



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

**EXTENSÃO RURAL E FLORICULTURA TROPICAL PARA O**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL: A COOPERAÇÃO NO PROCESSO**  
**DE INCLUSÃO COMPETITIVA DOS AGRICULTORES**  
**FAMILIARES EM PERNAMBUCO**

**FAUSTA CALADO SILVA**

**RECIFE – PERNAMBUCO – BRASIL**

**2008**

**EXTENSÃO RURAL E FLORICULTURA TROPICAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A COOPERAÇÃO NO PROCESSO  
DE INCLUSÃO COMPETITIVA DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES EM PERNAMBUCO**

**FAUSTA CALADO SILVA**

**Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, sob a orientação da Professora  
Doutora Maria do Rosário de Fátima de Andrade  
Leitão, como requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Extensão Rural e  
Desenvolvimento Local.**

**RECIFE – PERNAMBUCO – BRASIL**

**2008**

Ficha catalográfica  
Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central – UFRPE

S586e Silva, Fausta Calado  
Extensão rural e floricultura tropical para o desenvolvimento local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco / Fausta Calado Silva.  
-- 2008.  
144 f. : il.

Orientadora: Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão  
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação.  
Inclui referências e apêndices.

CDD 301.35

1. Sociologia rural
2. Agricultura familiar
3. Desenvolvimento local
4. Extensão rural
5. Cooperação
6. Floricultura tropical
7. Inclusão competitiva
8. Pernambuco (BR)
  - I. Leitão, Maria do Rosário de Fátima de Andrade
  - II. Título

**FAUSTA CALADO SILVA**

**EXTENSÃO RURAL E FLORICULTURA TROPICAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A COOPERAÇÃO NO PROCESSO DE  
INCLUSÃO COMPETITIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM  
PERNAMBUCO**

**Data da Defesa: 18/09/2008.**

**Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, aprovada pela Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores:**

---

**Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>.Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – (Orientadora)**

---

**Prof.Dr.Angelo Brás Fernandes Callou – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – (Examinador Interno)**

---

**Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>.Betânia Maciel – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – (Examinadora Interna)**

---

**Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>.Vitória Régia Fernandes Gehlen – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – (Examinadora Externa)**

**“ A vida não se apossa do globo pelo combate,  
mas sim pela formação de redes ”.**

**Lynn Margulis e Dorion Sagan,  
em *Microcosmos*, 1986.**

### **Ao Pai Celestial**

### **À Minha Família**

**Guerino (Meu querido e dedicado esposo),  
Guilherme, Gabriela e Gláuber (Filhos queridos, razão do nosso  
esforço e viver).**

### **Aos Meus Queridos Pais**

**Francisco de Medeiros Calado (in memoriam) -meu primeiro  
professor que me ensinou as primeiras letras, e Eurídice Marlene  
do Nascimento Calado (in memoriam), por tudo de bom que  
fizeram e educaram em seus dias de vida.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Pai Celestial, pelas possibilidades favoráveis ao término deste trabalho.

À minha família, meu querido esposo Guerino, e aos meus filhos adoráveis: Guilherme, Gabriela e Gláuber que compreenderam e compartilharam o esforço e o desafio de se empreender um trabalho como este e, em particular, pelo entendimento do precioso tempo subtraído de nosso convívio. Agradeço também, pelas leituras dos manuscritos e recomendações gramaticais.

À Prof<sup>ª</sup>.Rosário por, além de ter disponibilizado seu tempo, ter compreendido e acreditado neste tema de Flores Tropicais e ter orientado a edificação desta dissertação.

À Prof<sup>ª</sup>.Irenilda e a Prof<sup>ª</sup>.Salett, agradeço por terem dado suas contribuições no exame de qualificação.

À Prof<sup>ª</sup> Vivian pela explicações iniciais sobre o setor de flores tropicais e pela disponibilização do material que foi de grande ajuda.

Agradecimento especial dirijo a toda equipe de professores do POSMEX, principalmente àqueles com quem tive o privilégio na condição de aluna, ter usufruído seus conhecimentos.

Agradeço também pelo bom convívio que pude desfrutar com todos os colegas da turma.

Agradeço em especial, à Karla Pinheiro pelas informações preliminares sobre o setor de Floricultura Tropical do estado de Pernambuco.

Agradeço também a todos os produtores: Sr<sup>ª</sup>Maria do Carmo Teixeira, Sr<sup>ª</sup>Isabela Perazzo, Dr. Paulo Carneiro Leão, Sr.Gilson Pereira, Sr. Francisco Cavalcanti, Sr. Salustiano Flor, que compreenderam a importância desta pesquisa e disponibilizaram generosa parte de seu tempo para responder ao formulário e às entrevistas.

A todos, meu muito obrigada!

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a inclusão competitiva de agricultores familiares da Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco, tendo como objetivo compreender os elementos determinantes nos processos de cooperação entre esses produtores familiares. Focalizou-se o papel da cooperação, a partir da perspectiva dos mesmos, na solução dos principais problemas enfrentados e nas possibilidades de apoio das instituições envolvidas na cadeia produtiva do setor. Procurou-se identificar os fatores que possam interferir nos processos de cooperação entre eles, gerando-se, assim, subsídios que permitissem melhor entender os processos de inclusão desses produtores de forma mais competitiva no mercado. Do ponto de vista metodológico, foi realizado um levantamento de campo junto aos produtores rurais familiares, divididos em três grupos (estruturados e consolidados, estruturados e não-consolidados e não-estruturados e não-consolidados), formados por duas unidades produtivas cada grupo. Esse levantamento foi procedido através do preenchimento de formulários, entrevistas (estruturadas, semi-estruturadas e não-estruturadas). A pesquisa empírica foi precedida por uma pesquisa bibliográfica, que constituiu o arcabouço teórico que a fundamentou e, também, pelo levantamento de dados secundários utilizados na contextualização do setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco. Os resultados deste trabalho apontam que um processo de desenvolvimento local tem mais chances de sucesso se conduzido pelas próprias populações beneficiárias e, para tanto, torna-se necessário estimular um maior e melhor entrosamento e cooperação entre os produtores familiares, como uma condição importante para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento local. De fato, constatou-se o papel fundamental exercido pela cooperação entre os produtores no processo de sua inclusão competitiva dos mesmos, sendo importante elemento a ser considerado nas ações de extensão rural vinculadas às estratégias de desenvolvimento local. Considera-se que uma maior eficiência produtiva e comercial desses tenha impacto importante no bem-estar social dos membros da comunidade local.

## ABSTRACT

This work has as subject the competitive inclusion of familiar agriculturists of the Tropical Floricultura of the State of Pernambuco, whose objective consists of understanding the determinative elements in the processes of cooperation between these familiar producers. The paper of the cooperation was focused, from the perspective of the same familiar agriculturists, in the solution of the main faced problems and in the possibilities of support of the involved institutions in the productive chain of the sector. It was looked to identify the factors that can intervene with the processes of cooperation between them, generating itself, thus, subsidies that better allowed to understand the processes of inclusion of these producers of more competitive form in the market. Of the methodological point of view, a survey of field next to the familiar agricultural producers was carried through, divided in three groups (structuralized and consolidated, structuralized and not-consolidated and not-structuralized and not-consolidated), formed for two productive units each group. This survey was preceded through the fulfilling from forms, interviews (structuralized, half-structuralized and not-structuralized). Research empirical was preceded for research bibliographical, that constituted the theoretical approach who based it; and, also, for the used secondary data-collecting to show the context of the sector of Tropical Floricultura of the State of Pernambuco. The results of this work point that a process of local development has more possibilities of success if lead for proper beneficiary populations e, for in such a way, becomes necessary to stimulate a greater and better intermeshing and cooperation between the familiar producers, as an important condition with respect to the success of a strategy of local development. In fact, the basic paper exerted by the cooperation was evidenced enters the producers in the process of competitive inclusion of the same ones, being an important element to be considered in the actions of agricultural extension tied with the strategies of local development. It is considered that a bigger productive and commercial efficiency of these has important impact in the social welfare of the members of the local community.

## SUMÁRIO

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**LISTA DE FIGURAS**

**LISTA DE QUADROS**

**LISTA DE TABELA**

**INTRODUÇÃO** 18

**CAPÍTULO 1 – DELIMITAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA,  
PROBLEMÁTICA, OBJETIVO, JUSTIFICATIVA** 25

**1.1. Tema** 25

**1.1.1. Delimitação do Tema** 25

**1.1.1.1. A Região e o Setor de Floricultura Tropical em Estudo** 26

**1.1.1.1.1. Histórico sobre Setor de Floricultura Tropical do Estado de  
Pernambuco** 26

**1.1.1.1.2. Gênese da Floricultura Tropical em Pernambuco** 26

**1.1.1.1.3. A Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de  
Paudalho – Copaflores** 28

**1.2. Problemática da Pesquisa** 29

**1.3. Objetivo Geral** 30

**1.4. Objetivos Específicos** 31

**1.5. Justificativa** 32

**CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL** 33

**2.1. A Extensão Rural e uma breve retrospectiva sobre a Questão Agrária no  
Brasil** 34

	11
<b>2.2. A Importância da Cooperação no Desenvolvimento Local</b>	<b>38</b>
<b>2.3. Considerações sobre o Desenvolvimento Local</b>	<b>40</b>
<b>2.4. Aspectos do Imaginário e do Cotidiano que influenciam no Processo de Cooperação entre Agricultores Familiares</b>	<b>43</b>
<b>2.4.1. Conceitos e Reflexões sobre A Cooperação Entre Agricultores Familiares a Partir da Literatura do Imaginário e Cotidiano</b>	<b>46</b>
<b>2.5. Agricultura Familiar, Solidariedade e Desenvolvimento Local</b>	<b>50</b>
<b>2.6. A Necessidade de Uma Abordagem Sociológica</b>	<b>53</b>
<b>2.6.1. Elementos Fundamentais no Processo de Cooperação Destacados pela Sociologia do Conhecimento</b>	<b>53</b>
<b>2.6.1.1. O Modo de Produção Capitalista e a Cooperação</b>	<b>53</b>
<b>2.6.1.2. As Contribuições da Sociologia do Conhecimento</b>	<b>55</b>
<b>2.6.2. O Conceito e O Papel da Ideologia nas Economias Capitalistas</b>	<b>58</b>
<b>2.6.2.1. A Contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels</b>	<b>58</b>
<b>2.6.2.2. A Contribuição de Outros Autores sobre O Papel da Ideologia</b>	<b>62</b>
<b>2.6.2.3. A Ideologia Dominante e Processo de Cooperação entre Agricultores Familiares</b>	<b>65</b>
<b>2.6.3. Aspectos Sociológicos no Processo de Cooperação entre Agricultores Familiares</b>	<b>66</b>
<b>2.6.3.1. Conceitos e Reflexões sobre A Cooperação entre Agricultores Familiares a Partir da Sociologia Urbana</b>	<b>66</b>
<b>2.7. A relevância do Capital Social na Cooperação</b>	<b>73</b>
<b>2.7.1. – Por que tem se valorizado tanto o capital social ultimamente?</b>	<b>73</b>
<b>2.7.2. Uma concisa visão do que é Capital Social</b>	<b>73</b>
<b>2.7.2.1. O Que é Capital Social</b>	<b>73</b>
<b>2.7.2.2. A Visão dos Principais Pensadores - Coleman, Bourdieu e Putnam - sobre Capital Social</b>	<b>76</b>
<b>2.7.2.3. Desenvolvendo o Capital Social</b>	<b>79</b>

	12
<b>CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>82</b>
<b>3.1. Escopo, Mérito e Limitações dos Resultados Obtidos</b>	<b>82</b>
<b>3.2. Levantamentos de Informações a Partir do Formulário de Pesquisa - Análise dos Resultados</b>	<b>85</b>
<b>3.2.1. Perfil Sócio-Econômico dos Produtores Familiares Entrevistados</b>	<b>87</b>
<b>3.2.2. Caracterização das Unidades Produtivas Entrevistadas Quanto à Mão-de-obra Empregada</b>	<b>88</b>
<b>3.2.3. Caracterização das Unidades Produtivas Entrevistadas Quanto à Área e Espécies Plantadas, Possibilidades de Exportação e Padrão de Qualidade</b>	<b>89</b>
<b>3.2.4. Caracterização das Unidades Produtivas Quanto às Espécies Cultivadas</b>	<b>90</b>
<b>3.2.5. Caracterização das Unidades Produtivas – Aspectos da Comercialização - Vendas da Produção de Flores Tropicais</b>	<b>91</b>
<b>3.3. Principais Problemas Citados da Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco</b>	<b>93</b>
<b>3.3.1. Análise a partir das Áreas dos Principais Problemas Citados</b>	<b>94</b>
<b>3.4. Instituições Relacionadas com o Setor de Flores Tropicais</b>	<b>98</b>
<b>3.5. Ações na Produção de Flores Tropicais - Estratégia de Marketing</b>	<b>99</b>
<b>3.6. Os Problemas e a Cooperação Efetivos na Produção de Flores Tropicais</b>	<b>100</b>
<b>3.6.1. A Expectativa dos Agricultores Familiares da Copaflores - Ambiente Favorável a Inclusão Competitiva</b>	<b>104</b>
<b>3.7. Levantamento dos Atores Sociais envolvidos com o Setor de Flores Tropicais de Pernambuco</b>	<b>106</b>
<b>3.8. Possibilidades de Formação de Cooperação no Setor de Flores Tropicais</b>	<b>107</b>
<b>3.9. Levantamento da Interatividade entre os Atores Sociais Envolvidos com o Setor de Flores Tropicais de Pernambuco – Ações Desenvolvidas de Cooperação</b>	<b>108</b>
<b>3.10. Síntese das Articulações Cooperativas dos Produtores Entrevistados da Floricultura Tropical: Uma Visão a Partir da Cadeia Produtiva do Setor</b>	<b>109</b>

	13
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>124</b>
<b>APÊNCIDES</b>	

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ATLANTIS –</b>	Atlantis Flora Tropical LTDA
<b>BB –</b>	Banco do Brasil S/A
<b>BID –</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BNB –</b>	Banco do Nordeste do Brasil S/A
<b>COPAFLORA –</b>	Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho
<b>ECE's –</b>	Empresas Comercial Exportadora
<b>HÓRTICA –</b>	Hórtica Consultoria e Treinamento
<b>ONG CEAC –</b>	Organização Não Governamental Centro de Apoio às Famílias Carentes
<b>PROMATA –</b>	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona-da-Mata
<b>P&amp;D –</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
<b>REAPE –</b>	Rede de Educação Ambiental de Pernambuco
<b>RECIFLOR –</b>	Associação dos Produtores de Flores e Plantas Tropicais de Pernambuco
<b>SEBRAE –</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Coordenação Nacional e Agências
<b>T.I. –</b>	Tecnologia da Informação
<b>UFRPE –</b>	Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>VEILING HOLAMBRA –</b>	Cooperativa Veiling Holambra

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - Clássicos & Contemporâneos
- FIGURA 2** - Fluxograma da Cadeia Produtiva do Setor de Flores Tropicais do Estado de Pernambuco
- FIGURA 3** - Processos e Elos da Produção de Flores Tropicais do Estado de Pernambuco a Partir da Pesquisa de Campo

## LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** - Perfil Sócio-Econômico dos Produtores Entrevistados
- QUADRO 2** - Caracterização das Unidades Produtivas dos Produtores Entrevistados - Quanto Às Espécies Cultivadas
- QUADRO 3** - Principais Problemas da Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco - Na Opinião dos Produtores Entrevistados
- QUADRO 4** - Na Comercialização/Mercado os Principais Problemas Enfrentados pelos Produtores Entrevistados
- QUADRO 5** - Na Produção os Principais Problemas Enfrentados pelos Produtores Entrevistados
- QUADRO 6** - Na Pós-Colheita os Principais Problemas Enfrentados pelos Produtores Entrevistados foram as Sub-Áreas
- QUADRO 7** - Nos Recursos Humanos os Principais Problemas Enfrentados pelos Produtores Entrevistados foram as Sub-Áreas
- QUADRO 8** - Principais Instituições Relacionadas com o Setor de Flores Tropicais Ações Realizada na Opinião dos Produtores Entrevistados
- QUADRO 9** - Cooperação na Produção de Flores Tropicais - Na Opinião dos Produtores Entrevistados
- QUADRO 10** - Principais Atores Sociais Citados Relacionados com o Setor de Flores Tropicais - Na Opinião dos Produtores Entrevistados

**LISTA DE TABELA**

**TABELA 1** - Produção de Flores Tropicais e Folhagens: BRASIL - Distribuição da produção de Flores Tropicais, por Região Geográfica, em 2005

## INTRODUÇÃO

Além de pioneiro no setor de floricultura tropical no país, desde a década de 1990, o Estado de Pernambuco tem dinamizado esse segmento, liderando as exportações no Brasil e incorporando um grande e crescente número de produtores nessa atividade econômica. Contudo, há duas realidades bem distintas na floricultura tropical do Estado. De um lado, um pequeno conjunto de produtores familiares bem *estruturados* e totalmente *consolidados* tanto no cenário nacional como internacional. De outro, um número expressivo de produtores também familiares, mais que ainda se encontram muito distantes de uma estruturação mínima que permita uma exploração lucrativa no campo das flores tropicais, não conseguindo sequer sistematizar o escoamento de sua produção.

Sabe-se que, caso haja uma inclusão competitiva<sup>1</sup> desses produtores *não-estruturados*, a geração de emprego, renda, divisas e tributos, poderá resultar um verdadeiro processo de desenvolvimento local em todos os territórios onde a cultura de flores tropicais esteja inserida.

Nesse sentido, todo esforço de apoio à inclusão competitiva dos agricultores familiares menos favorecidos e, conseqüentemente, benéficas ao desenvolvimento local, deveria ser prioridade nas políticas públicas, particularmente aquelas que poderia dar suporte às iniciativas privadas convergentes com esse objetivo.

Vale ressaltar que a inclusão competitiva dos agricultores *não-estruturados* pode ser convergente com os interesses privados dos produtores já *consolidados*, notadamente pela flexibilidade que uma maior e mais diversificada produção poderia proporcionar a esse grupo. Assim, torna-se extremamente importante examinar as possibilidades de cooperação

---

<sup>1</sup> Na terminologia aqui empregada, o termo “*Inclusão Competitiva*” esta sendo usado para indicar uma situação em que os agricultores familiares estão preparados para competirem no mercado mesmo na ausência de apoio assistencialista do governo ou de qualquer outro ente, público ou privado. Ou seja, produtores familiares que conseguem, a partir de sua própria produção, sobreviverem no mercado.

entre esses dois grupos de produtores que pudessem conduzir a uma nova e importante fase de dinamização do setor de floricultura tropical no Estado de Pernambuco.

É dentro desse contexto que se insere o presente trabalho, que tem como objetivo compreender os elementos determinantes nos processos de cooperação entre os *Agricultores Familiares do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco*, a partir da análise dos processos de inclusão desses produtores de forma mais competitiva no mercado, considerando-se que uma maior eficiência produtiva e comercial desses produtores tenha impacto importante no bem-estar social dos membros da comunidade dos mesmos e, conseqüentemente gerando desenvolvimento local.

Assim faz-se necessário realizar uma reflexão sobre os elementos presentes na Extensão Rural, buscando-se em última instância, compreender os fatores que contribuem ou não para a melhoria na cooperação entre os agricultores familiares. Compreender em que sentido as interações de iniciativas públicas e privadas resultam ou não no Desenvolvimento Local.

Especificamente, objetiva-se, inicialmente, levantar subsídios teóricos que permitam guiar a estruturação de uma pesquisa empírica sobre o assunto: *Extensão Rural e Floricultura Tropical para o Desenvolvimento Local: A Cooperação no Processo de Inclusão Competitiva dos Agricultores Familiares em Pernambuco* e, dessa forma, contribuir para um melhor entendimento dos aspectos sociais envolvidos nas questões relacionadas com as possibilidades de cooperação entre os atores sociais locais, visando-se, em última instância, a melhoria do padrão de vida dos mesmos.

Buscar-se-á, portanto, por meio de sustentação teórica, a partir de arcabouço analítico constituído da literatura das disciplinas cobertas no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local- POSMEX da UFRPE, melhor entender os componentes sociais determinantes do comportamento cooperativo entre os produtores participantes de cadeias produtivas locais.

Os produtores são agricultores familiares e foram classificados, para os fins buscados neste trabalho, em três grupos distintos, em função do nível de estruturação produtiva e consolidação comercial. Sendo assim, os grupos foram diferenciados levando-se em consideração os seguintes aspectos vinculados à contratação de assalariados e envolvimento dos proprietários com a produção e gestão das suas respectivas unidades produtivas.

Partindo-se dos aspectos acima, definiu-se os agricultores familiares, pesquisados neste trabalho, em três grupos distintos: i) os que têm uma empresa familiar e estão a frente da gestão da produção e dos negócios, mas que têm, adicionalmente, alguns poucos trabalhadores assalariados na unidade produtiva, que serão chamados doravante de produtores *estruturados e consolidados* e ii) os que são agricultores de base familiar, chamados de agricultores familiares, que são os que vivem exclusivamente do plantio, cultivo ou da produção de uma agricultura/produção de subsistência ou de mercado, onde o núcleo principal é constituído pelos integrantes da família (pois todos estão envolvidos com a plantação), e podem ter, ou terem tido, um relacionamento com plantações e lavoura ou monocultura. Serão chamados doravante de produtores *não-estruturados e não-consolidados*, iii) entre esses dois grupos, há um terceiro, caracterizado por sua estruturação (dominam todo o ciclo dos negócios da floricultura tropical), mas não são consolidados (não realizaram vendas para outros estados brasileiros ou para outros países). Estes serão chamados de *estruturados e não-consolidados*.

Sendo assim, estão aqui definidos como sendo um grupamento produtivo qualquer concentrado em um dado território e comunidade, seja rural ou urbano. Vale especificar o termo cooperação, aqui entendido, não necessariamente com o significado de cooperativismo, este caracterizado pelo estabelecimento de instrumentos formais e legais que reúnem grupos de produtores em torno de um empreendimento produtivo qualquer. Sendo assim, o conceito de cooperação, aqui utilizado, não se está vinculado estritamente à doutrina ou prática da difusão de cooperativas no sistema econômico. O termo é tomado em sentido lato referindo-se a quaisquer estratégias de colaboração entre produtores que os auxiliem a aumentar suas chances de êxito econômico e, conseqüentemente, acarretando melhorias no padrão de vida da coletividade. Logo, o próprio termo cooperativismo tomado

no sentido estrito pode ser uma consequência de estratégias cooperativas entre os produtores. O relevante é que a cooperação pode tomar inúmeras formas se atingir objetivos específicos dentro de uma cadeia produtiva localizada em determinada comunidade. Cabe analisar sobre as estratégias e instrumentos que poderiam levar a formas e processo consistentes de cooperação produtiva entre os agricultores familiares.

Espera-se que o esforço aqui empreendido sirva, de alguma forma, como subsídio que venham ajudar as instituições – governamentais ou não – nas suas ações dirigidas em favor dos agricultores familiares nordestinos.

A questão da cooperação entre os agricultores familiares tem sido, geralmente, explorada sobre um prisma essencialmente econômico e, secundariamente, são abordados os temas sociológicos envolvidos. Este fato também justifica o esforço desenvolvido neste trabalho, uma vez que aqui o foco é estabelecido sobre os assuntos vistos no curso de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local- POSMEX da UFRPE.

Justifica-se esse esforço por se entender que formas de organizações produtivas baseadas em articulações de cooperação entre os agricultores familiares, sejam rurais ou urbanos, podem ajudar no processo de desenvolvimento local. Supõe-se, neste trabalho, que um *melhor entendimento sobre as Políticas Públicas e Desenvolvimento Local exercidas sobre as atitudes dos agricultores familiares* possam ajudar na formulação de ações – governamentais e não-governamentais - que levem a melhorar o nível de cooperação entre eles, acarretando em melhorias sobre o padrão de vida dos mesmos.

Dois importantes conceitos relacionam-se com os propósitos buscados neste trabalho: competição e cooperação. Pode-se entender competição como a disputa entre pessoas (ou grupo de pessoas organizadas em instituições formais ou informais), que tentam maximizar suas vantagens, mesmo que às expensas dos demais. Diferentemente, cooperação corresponde ao esforço coordenado por indivíduos para se atingir objetivos comuns. Assim, o conceito de *cooperação*, estabelecido neste trabalho, tem correspondência com o que foi proposto por Johnson (1997, p.43): significa o empenho coordenado por

indivíduos para se atingir objetivos comuns, prevalecendo a idéia de complementariedade de interesses: acredita-se que o que beneficia o todo, também beneficia cada um. Diversamente, *competição* refere-se às circunstâncias em que prevalece o interesse próprio, desconsiderando-se os benefícios coletivos, ou mesmo considerando-os como excludentes com os interesses próprios: o que beneficia o todo não beneficia individualmente, chegando mesmo a contrariar o interesse individual.

Portanto, o presente trabalho busca fornecer uma perspectiva sociológica ao problema da cooperação entre os agricultores familiares pequenos produtores - elemento considerado fundamental para o sucesso econômico das atividades produtivas desenvolvidas em pequenas comunidades.

Quanto aos procedimentos metodológicos o trabalho foi constituído em duas etapas, uma envolvendo a pesquisa bibliográfica e outra sendo composta pela pesquisa empírica.

Na pesquisa bibliográfica foi feita à construção do arcabouço teórico com revisão de literatura sobre cooperação dentro da sociologia (através de pesquisa bibliográfica com: livros, periódicos científicos e artigos e dados da internet) e revisão de literatura sobre cooperação a partir das disciplinas cursadas no Posmex. Partindo para a definição das variáveis de análise, a partir do arcabouço teórico.

Na pesquisa empírica foi feita à contextualização da Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco com levantamento de dados primários levantados através de formulários e entrevistas (estruturadas, semi-estruturadas e não-estruturadas), complementadas por levantamento de dados secundários (através de pesquisa bibliográfica: fontes oficiais, livros, periódicos científicos e não-científicos, artigos e dados da internet).

A presente pesquisa deve ser compreendida como exploratória e de caráter qualitativo, onde a base de informações foi levantada a partir da utilização de formulário

estruturado e complementado por entrevistas (semi-estruturadas) e não estruturadas<sup>2</sup>. Deve-se registrar que na maioria das entrevistas houve a gravação da mesma, coisa que dependeu da anuência dos entrevistados, havendo casos permitidos, permitidos parcialmente e não permitidos. Em todos os casos, no entanto, houve o comprometimento com relação à não identificação do entrevistado, condição estabelecida para a permissão da gravação e honrada neste trabalho.

Esta pesquisa está no campo das ciências sociais, tem natureza aplicada, conforme classifica Ander-Egg (1978, p.33) *apud* Marconi e Lakatos (1986, p.19). Tem preocupações descritivas, buscando-se analisar e interpretar relacionamentos entre os produtores, por exemplo quando se explicita a cadeia produtiva dos produtores de floricultura tropical, detalhando seus elos, processos e fluxograma, conforme estabelece Best (1972, p.12-13) *apud* Marconi e Lakatos (1986, p.19).

Também, segundo Hymann (1967, p.107-108) *apud* Marconi e Lakatos (1986, p.19), a presente pesquisa também se classifica como experimental, uma vez que procedeu a levantamento explicativo, avaliativos e interpretativos, buscando-se subsídios para melhorias futuras nos relacionamentos cooperativos dos produtores da floricultura tropical.

Deve advertir que os dados levantados buscaram compreender, principalmente, a perspectiva dos próprios produtores familiares sobre os temas aqui analisados. Essa foi a preocupação básica para se inferir sobre as reais possibilidades de cooperação na visão desses atores.

Espera-se com essa pesquisa contribuir para uma melhor compreensão da realidade local dos produtores familiares de modo a subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de estratégias, públicas e privadas que busquem o desenvolvimento local do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco.

---

<sup>2</sup> Foram também feitos alguns *registros fotográficos* que estão localizados no Apêndice C deste trabalho, o qual mostra algumas espécies de flores produzidas, as plantações, a produção, lugares visitados como fazendas e sítios e exibe alguns arranjos de flores tropicais.

Além desta introdução, que conteve a metodologia utilizada na pesquisa, foram concebidos mais três capítulos. O Capítulo 1 trata da delimitação, contextualização do tema pesquisa, além de estabelecer a problemática abordada e os objetivos do presente trabalho. Busca-se, também, nesse capítulo apresentar a justificativa, destacando-se a importância da cooperação para o sucesso dos produtores familiares nas estratégias de desenvolvimento local. No Capítulo 2, intitulado – Cooperação e Desenvolvimento Local, desenvolve-se alguns aspectos considerados fundamentais no processo de cooperação destacados dentro de um corpo de literatura explorado no POSMEX e pela sociologia. No Capítulo 3 desenvolveu-se a análise dos resultados e em seguida é apresentada as considerações finais do trabalho desenvolvido.

## **CAPÍTULO 1 – DELIMITAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, PROBLEMÁTICA, OBJETIVO, JUSTIFICATIVA**

### **1.1. Tema**

*As políticas de Desenvolvimento Local e os processos de cooperação entre os agricultores familiares constituem os temas centrais desta pesquisa.*

Busca-se investigar o papel da Cooperação na Extensão Rural e seus determinantes: A Inclusão Competitiva dos Agricultores familiares da Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco, a partir de arcabouço analítico construído da literatura referente ao tema.

O arcabouço teórico fundamenta a pesquisa empírica que realizada entre os agricultores familiares do setor de floricultura tropical do Estado de Pernambuco, onde se buscou identificar os fatores que possam interferir nos processos de cooperação entre eles.

Sendo assim, busca-se compreender os aspectos sociológicos relevantes na agricultura familiar de modo a subsidiar a formulação de ações – governamentais e não-governamentais – que levem a melhorar o nível de cooperação entre eles, acarretando em melhoras sobre o padrão de vida dos mesmos.

#### **1.1.1 Delimitação do Tema**

Quem será investigado?

- Os Agricultores Familiares estabelecidos em comunidades que produzem Flores Tropicais no Estado de Pernambuco.

Onde ?

- Nos municípios de Camaragibe, Paudalho, Paulista e Ribeirão, em Pernambuco, espaços que se destacam na produção de Flores Tropicais.

Período?

- No 1º semestre de 2008.

A pesquisa visa contribuir no levantamento de fatores que possam auxiliar na elaboração, na implementação e na avaliação de políticas e estratégias vinculadas aos esforços de Desenvolvimento Local do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco, nos municípios onde este está inserida a produção.

#### **1.1.1.1. A Região e o Setor de Floricultura Tropical em Estudo**

##### **1.1.1.1.1. Histórico sobre Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco**

O estado de Pernambuco está localizado na região nordeste do Brasil onde se encontra os indicadores sociais e de renda relativamente mais baixos da nação. Pernambuco faz divisa ao norte com Ceará e Paraíba; ao sul com Alagoas e Bahia; ao leste com o oceano Atlântico e ao oeste com estado do Piauí. O Estado é dividido em cinco mesorregiões geográficas e dezenove microrregiões, constituídas por municípios, cerca de 185 unidades político-administrativas formam o estado de Pernambuco. (ANDRADE, 2003).

Justifica-se o esforço da pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho, em função da grande importância potencial que o Setor de Floricultura Tropical do estado apresenta como será visto nos comentários abaixo. Ademais, esse segmento apresenta enormes potencialidades com promissores impactos para o Desenvolvimento Local, necessitando de estudos que melhorem a efetividade da Extensão Rural e das Políticas Públicas que a ele deve ser dirigidas no futuro.

##### **1.1.1.1.2. Gênese da Floricultura Tropical em Pernambuco**

Em 1912 chegou a Pernambuco o engenheiro agrônomo italiano Afonso Notaro, que veio para Garanhuns dirigir um colégio agrícola, onde foi criada a primeira plantação de *cravos* no Brasil, além de *rosa* e *gladiolo*. Como a distância de Garanhuns para Recife era grande e a estrada era precária, além da demanda não ser muito grande, a produção perdeu importância relativa, na década de 70 para o município de Gravatá-PE, que despontava com a produção de um milhão de *gladiolos* por mês. E, nesta mesma década, surgiu no

município de Bonito-PE uma colônia de japoneses cultivando *crisântemos*. (REAPE, 2007).

Assim se consolidava a floricultura no estado de Pernambuco, na década de 30. Afinal, a floricultura tropical do Estado recebeu forte impulso com a chegada, em 1935, do famoso paisagista Roberto Burle Marx, que veio residir no Recife e disseminou a cultura de flores tropicais, pois ele as utilizava nos seus projetos de praças e jardins da cidade. Na verdade, esse fator foi crucial para o segmento durante as décadas seguintes. Os entrevistados<sup>3</sup> apontam em seus relatos a importância dos colecionadores particulares que deram grande incentivo ao cultivo de flores tropicais, favorecendo o crescimento do setor.

Depois desse início, a cultura de flores tropicais permaneceu estagnada do ponto de vista mercadológico só vindo a ressurgir como uma alternativa econômica no estado de Pernambuco promissora na década de 1990.

Segundo a bibliografia existente, o setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco é considerado além de pioneiro na atividade, também o maior produtor nacional, sendo que o país destaca-se no ranking mundial, ocupando o terceiro lugar (REAPE, 2007).

Infere-se, portanto, sobre a importância estratégica desse segmento para o desenvolvimento local seja na perspectiva econômica, seja na social.

O Setor de Floricultura Tropical está constituído em produtores independentes, associações e cooperativas, estando a produção de flores tropicais distribuídas nos municípios de: Água Preta, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Paulista, Petrolina e recentemente Paudalho.

---

<sup>3</sup> Os relatos são de produtores da área que concederam as entrevistas e por privacidade não serão identificados com os nomes apenas chamados de “entrevistados” independente do gênero.

A produção é escoada para o próprio estado de Pernambuco e para outros estados do país notadamente para o sudeste, e para outros países. (REAPE, 2007).

Sabe-se que no mercado de flores a região nordeste desponta na produção e distribuição de flores tropicais, tendo Pernambuco como destaque.

Pernambuco, segundo o Sebrae-PE, é o primeiro produtor nacional de flores tropicais e o quinto de flores tradicionais. Atualmente, 197 produtores exploram 125 hectares de terra, organizados em quatro associações e uma cooperativa, movimentando R\$ 36 milhões/ano e gerando 800 empregos diretos. (JORNAL ESTADÃO, 2008)

**TABELA 1**  
**PRODUÇÃO DE FLORES TROPICAIS E FOLHAGENS: BRASIL**  
**Distribuição da produção de Flores Tropicais, por Região Geográfica**  
**Em 2005**

<b>REGIÃO</b>	<b>%</b>
Região Norte	14,6%
<b>Região Nordeste</b>	<b>71,4%</b>
Região Centro-Oeste	2,9%
Região Sudeste	8,8%
Região Sul	2,3%

Fonte: Elaboração da Autora a partir de dados extraídos da Hórtica (2008).

Ressalta-se que na Região Metropolitana do Recife vem se desenvolvendo diversos pontos de distribuição, foi uma nova maneira que os produtores encontraram para conseguir alcançar o público consumidor final.

Em contraste com sua importância, há uma lacuna sobre estudos que busquem levantar informações que visem auxiliar no processo de elaboração de políticas e estratégias públicas que auxiliem o segmento aqui em análise.

#### **1.1.1.1.3 A Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho – Copaflores**

Recentemente no município de Paudalho, o qual faz parte da Microrregião da Mata Setentrional Pernambucana inserido na Mesorregião da Mata Pernambucana, através do

Promata<sup>4</sup> iniciou em 2006, um projeto com o objetivo de profissionalizar a cadeia produtiva da floricultura tropical da Zona-da-Mata de Pernambuco. Deste modo nasceu a Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho – Copaflores<sup>5</sup>, composta primeiramente por 100 produtores locais, que estariam se beneficiando de treinamento, cursos, oficinas, eventos, etc.

No projeto foi estabelecido o cultivo das flores tropicais em uma área de plantação mínima de 5.000 m<sup>2</sup>(meio hectare), até o fim da execução do projeto. Foram implantadas doze variedades de flores como: *Heliconia Bihai*, *Heliconia Rauliniana*, *Heliconia Gloden Torch*, *Etilingera Elatior - Bastão-do-Imperador*, *Zingiber Spectabilis* – *Sorvetão* entre outras.

[...] a Cooperativa tem um ano de existência (um ano e alguma coisa) ela vai fazer dois anos em outubro, nós nascemos a partir de um projeto de floricultura da Zona-da-Mata do Promata.[...] a maior parte é daqui de Paudalho, mas tem um grupo de Chã-de-Alegria, um grupo de Goiana e uns dois de Carpina, tá certo, e tem ainda um de Glória-do-Goitá.[...] (ENTREVISTADO A, 2008).

[...] Só no projeto, a capacitação que a agente fez [...] agente fez visita, [...] a gente pega experiência um do outro [...] Comprei estas mudas que foram três, foram doze variedades que saiu no projeto, aí divido para cada um (*não*) pegar tudo igual [...] (ENTREVISTADO B, 2008).

[...] totalidade somos vinte e quatro membros.[...] Nós reunidos agente tem 30 hectares. [...] (ENTREVISTADO C, 2008).

## 1.2. Problemática da Pesquisa

O problema a ser analisado, de uma forma mais abrangente, pode ser enunciado da seguinte forma:

---

<sup>4</sup> O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona-da-Mata - Promata em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujo a finalidade do projeto é diversificar a economia e promover o desenvolvimento local sustentável da região, deste modo acarretando novas formas de geração de renda e mudanças no processo de trabalho. Assim, a ONG CEAC – Centro de Apoio às Famílias Carentes, sugeriu o desenvolvimento da Cultura de Flores Tropicais na Zona-da-Mata de Pernambuco, com o objetivo de profissionalizar a cadeia produtiva da floricultura tropical. <<http://www.promata.pe.gov.br/internas/busca/busca.asp>>

<sup>5</sup> Copaflores - Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho.

- Quais os fatores que influenciam as possibilidades de cooperação produtiva entre os agricultores familiares?

De uma forma mais específica, o problema que está sendo investigado na pesquisa pode-se enunciado da maneira seguinte:

- Qual as características do contexto e da cooperação entre os produtores de flores tropicais no Estado de Pernambuco e qual o papel da cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares?

Grande parte dos estudos que visam estimular o desenvolvimento de agricultores familiares têm dado forte ênfase em fatores econômicos e, de certa forma, desprezando aspectos sociológicos.

### **1.3 Objetivo Geral**

A pesquisa buscará entender os elementos determinantes nos processos de cooperação entre *os Agricultores Familiares do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco*, a partir da análise dos processos de inclusão desses produtores de forma mais competitiva no mercado, considerando-se que uma maior eficiência produtiva e comercial desses tenha impacto importante no bem-estar social dos membros da comunidade local.

Assim, partindo-se da premissa que um nível mais elevado de cooperação entre os produtores familiares pode gerar uma maior eficiência produtiva e comercial, com impactos positivos importantes sobre o bem-estar social desses atores, esta pesquisa busca-se compreender o contexto e os principais aspectos relacionados com a cooperação entre os produtores familiares de flores tropicais no Estado de Pernambuco e qual o papel da cooperação entre eles (e deles com os demais atores sociais e econômicos inseridos em seu entorno), no processo de inclusão competitiva desses agricultores familiares.

#### 1.4. Objetivos Específicos

- A partir do delineamento dos processos e elos da cadeia produtiva do setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco, buscou-se examinar o papel da cooperação na inclusão competitiva dos agricultores familiares no mercado.
- Levantar e analisar, na perspectiva dos produtores familiares, os principais problemas enfrentados, as principais instituições envolvidas e as possibilidades de cooperação no setor de flores tropicais do estado de Pernambuco que possam ajudar no processo de inclusão competitiva.
- Levantar e analisar, na perspectiva dos produtores familiares, as formas efetivas e potenciais de cooperação entre os produtores e, também, entre esses e as instituições que poderiam auxiliar na concepção e implementação de ações que os ajudem no processo de sua inclusão competitiva.

A pesquisa proposta visa, portanto, contribuir no levantamento de fatores que possam auxiliar na elaboração, na implementação e na avaliação de políticas e estratégias vinculadas aos esforços de desenvolvimento local. Em síntese, espera-se com a pesquisa contribuir com uma análise da realidade local de modo a subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de estratégias, públicas e privadas que busquem o desenvolvimento local dos agricultores familiares do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco.

### 1.5. Justificativa

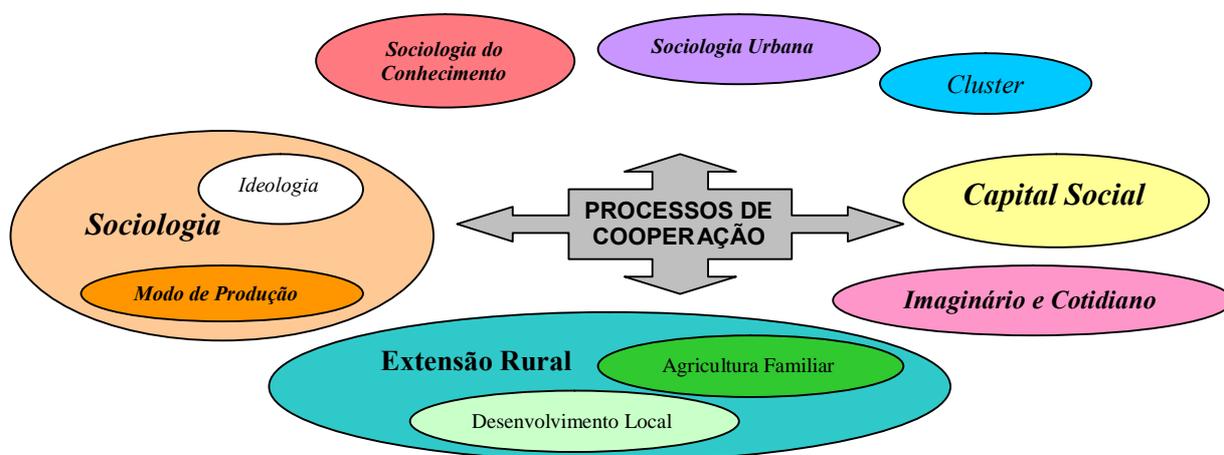
Visa-se levantar subsídios teóricos que possam respaldar a pesquisa empírica sobre o assunto e, dessa forma contribuir para um melhor entendimento dos aspectos sociais relacionados com as possibilidades de incremento da competitividade dos agricultores familiares que possam ser objeto de estratégias do qual levem a uma maior cooperação entre esses atores sociais.

Os aspectos sociais como: história, cultura, cotidiano, imaginário, capital social, ideologia (ideologia emanada do modo de produção capitalista) findam por influenciar a possibilidade de *não-cooperação* entre os agricultores familiares, devendo ser considerados explicitamente nas ações dirigidas aos agricultores familiares, sob pena de redução das possibilidades de sucessos das intervenções que buscam a melhoria da competitividade dos mesmos. O esforço desenvolvido neste trabalho satisfaz a necessidade de conhecer e compreender os determinantes da tendência de *não-cooperação*, resultando em um passo para o incremento da efetividade das ações governamentais e não-governamentais que possam investir na competitividade dos agricultores familiares. Sendo assim é de grande importância da conscientização dos fatores que findam por atrapalhar os processos de cooperação entre os agricultores familiares.

Acredita-se que a análise dos fatores determinantes da cooperação entre os agricultores familiares, dando-se ênfase aos elementos vinculados à teoria sociológica constitui um esforço que merece ser empreendido junto ao setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco. A floricultura tropical do Estado de Pernambuco tem posição destacada dentro do segmento em âmbito nacional. O Estado foi pioneiro na produção de flores tropicais e, hoje, detém, segundo estudiosos já mencionados, o primeiro lugar entre os estados produtores. A importância ressalta-se quando se sabe que o Brasil também se encontra entre os principais produtores mundiais de flores tropicais.

## CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo tem como base o arcabouço bibliográfico desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, além de abordagem analítica construída da sociologia na concepção teórica que serviu de base à pesquisa empírica procedida neste trabalho, conforme ilustra a figura abaixo.



**FIGURA 1 - CLÁSSICOS & CONTEMPORÂNEOS**

FONTE: Elaboração da Autora (2008)

Como será visto mais adiante, parte-se do conceito de ideologia para se buscar alguns dos elementos analíticos básicos a serem desenvolvidos na pesquisa, servindo de apoio no entendimento da natureza e função das idéias, imagens e símbolos na vida social e política dos atores sociais nos ambientes a serem estudado.

Os autores estudados mostraram que a função da ideologia é manter e justificar as estruturas sociais existentes. *“A ideologia dominante é desenvolvida e exercida através de vários entes numa sociedade capitalista”*, (MANNHEIM, 1986, p.218-219). Eagleton (1997) também procurou delinear alguns aspectos históricos do conceito de ideologia, entendendo que a finalidade mais importante da teoria da ideologia seria libertar as pessoas da opressão da ideologia. O autor propõe que a ideologia *“É antes uma questão de discurso que de linguagem – mas uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de*

*significação como tal*”.(EAGLETON, 1997, p.194). Louis Althusser, citado por Eagleton (op.cit.), representa uma outra contribuição extremamente importante para os fins buscado neste trabalho – qual seja: examinar o papel da ideologia dominante em determinados espaços da Região Nordeste sobre as possibilidades de articulação de agricultores familiares – considerando-se que ele estabelece a idéia de aparelhos ideológicos, o que certamente vai auxiliar na execução de uma pesquisa empírica sobre o assunto.

Verifica-se, portanto, que o referencial teórico que apoiará o trabalho a ser desenvolvido tem por base a sociologia do conhecimento, da ideologia e tendo como destaque os textos de outros autores.

## **2.1. A Extensão Rural e uma breve retrospectiva sobre a Questão Agrária no Brasil**

Antes de prosseguir com a discussão teórica de caráter mais sociológico, faz-se uma breve retrospectiva sobre a questão agrária no Brasil, procurando-se delinear o contexto onde a presente pesquisa busca dar sua contribuição.

Contudo, no desenvolvimento do texto, ainda nesta seção, são levantados importantes elementos teóricos relacionados com a Extensão Rural.

O final do século XIX e o início do século XX é um período que é chamado de *Belle Époque*<sup>6</sup>, neste momento histórico aconteceu o avanço da ciência, da técnica e a efervescência da indústria, além da paz social. A sociedade burguesa desfrutava os avanços da ciência destacando a luz elétrica, telefones e geladeira os quais eram, até então, restritos às minorias. Essa revolução gerou a expectativa que tais privilégios um dia todos os homens poderiam desfrutar. A Europa vivenciava o dinamismo do centro urbano com o

---

<sup>6</sup> Segundo Kvjawski (1988, p.07, grifo nosso) “*A Belle Époque* – não se sabe ao certo quem inventou esta expressão marcada por um **laivo de ironia** socarrona – foi, ao menos na aparência, um **tempo dourado** bafejado pela aragem da **riqueza** e da **doçura** de viver.”

automóvel, o metrô, o telefone, o cinematógrafo, o aeroplano:era o progresso próximo de todos Kyjowski (1988) e Needell (1993).

Nesse contexto, o Brasil era um país agrário. Entretanto, não se tinha investimentos na área rural brasileira. Só na década de 40, mais exatamente no pós-guerra, surgiu a Extensão Rural na América Latina através da indução de alguns programas dos EUA para o Brasil como o de produção de alimentos e o programa da borracha, (este último, na Amazônia). Assim, os EUA expandiram a sua produtividade em máquinas, motores, eletromecânicas, química, bioquímica e engenharia agrícola o que provocou, no Brasil, um incremento rural motivado pelo consumo da tecnologia americana. A idéia de modernização (*modernização conservadora*) perpassa na Extensão Rural Brasileira.(PADILHA, 1981).

A história da Extensão Rural no Brasil mostra como foi implantado um modelo conservador que não privilegiava os pequenos produtores, existindo uma política que implementava na agricultura ações voltadas apenas para uma modernização no campo sem preocupações sociais e ambientais. Esse processo de industrialização na Extensão Rural provocou uma agricultura subordinada e voltada apenas à agroindústria, elevando os grandes agricultores e negligenciando os pequenos produtores. Essas ações tiveram reflexos econômicos, sócias e ambientais, gerando um esgotamento desse modelo.

Pensadores apresentaram críticas sobre as ações públicas na extensão rural, como o ilustre Paulo Freire (1988) em seu livro “*Extensão ou Comunicação?*”, onde o autor faz serias observações sobre a extensão rural no livro que é considerado um divisor de águas, pois na época era utilizado o método difusionista onde o extensionista impunha suas idéias ao agricultor, e este por sua vez teria que absorver sem questionamento “o como fazer” o objetivo fundamental do extensionista seria segundo Freire (op.cit.):

“[...] no trabalho de extensão é tentar fazer com que aqueles substituam seus ‘conhecimentos’, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista.” (FREIRE, 1979, p.24).

E Freire (op.cit.) mostra como estava sendo a realidade do extensionista e do agricultor com métodos impostos sem respeitar a realidade do agricultor.

O conhecimento, pelo contrário, exige **uma presença curiosa do sujeito em face do mundo**. Demanda uma **busca constante**. **Implica em invenção e em reinvenção**. ( e não **Invenções e inovação**) **reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer**, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “**como**” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. **Conhecer é uma tarefa do sujeito , não de objetos**. (FREIRE, 1979, p.27, grifo nosso).

“Para isto, é necessário que, na **situação educativa, educador e educando** assumam o papel de **sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer**.” (FREIRE, 1979, p.28, grifo nosso).

O modelo difusionista apresentado por Gustavo Quesada (1980) em “*Comunicação e Comunidade: Mitos da Mudança Social*”, é mostrado claramente em seu capítulo: “Difusão de Inovações”. Como diz o autor, “*difusão nada mais é do que um público adotando algo, através do tempo, numa certa cultura*” (QUESADA, 1980, p.35). Esta proposta não tem a preocupação com o agricultor, e muito menos com o seu pensar; assim, o que se observa é que os agricultores são tratados como seres não pensantes, e o modelo difusionista esquece crenças, culturas, etc. dos agricultores, e isso é tão forte que a comunicação é tratada através de *filtros seletivos* ditos *filtros psicológicos* (*exposição seletiva, atenção seletiva e retenção seletiva*). Decerto, a idéia era mostrar que as mensagens sobre inovações “penetrariam” nos membros da audiência diferentemente em relação ao tempo. Neste contexto, é importante ressaltar o que é dito, por Quesada (op.cit.):

[...] necessidade de não só usar canais complementares nas campanhas de Extensão ou expansão como, também, ter de reciclar constantemente as nossas estratégias para poder “enredar” os que foram ficando para trás na difusão da comunicação encetada por nós. (QUESADA, 1980, p.39).

Segundo Callou (1994):

O modelo de comunicação adotado inicialmente no Brasil pelas agências de extensão é o ‘modelo clássico’ do extensionismo americano que se caracteriza, pela transmissão de mensagens das ‘estações experimentais’ para a população rural, e vice-versa, através dos ‘agentes de extensão’. (CALLOU, 1994).

Caporal e Costa Beber (1994) chamam atenção para o imobilismo conservador, onde não podemos nos deixar levar, pois este continua aprisionado às organizações públicas de Extensão Rural. O esgotamento do modelo de desenvolvimento rural, baseado na modernização, provocou as diferenciações sociais presentes no meio rural, fato este que

mostra o surgimento e crescimento de entidades privadas de assistência técnica e a presença das ONGs, com isso é preciso rever a Extensão Rural pública.

Convergente com esse pensamento outro autor também apresenta críticas sobre as ações públicas na extensão rural, como Juan Diaz Bordenave (1993), onde focaliza as contradições entre o discurso – em que comunicação rural tem sua importância reconhecida por políticos e técnicos – e a prática – com poucas instituições, nos países em desenvolvimento, que garantam suas funções e os meios necessários à sua atuação. Aborda ainda dois aspectos: a conceitualização de comunicação rural como conjunto de fluxos<sup>6</sup> e sua valorização como fator decisivo do desenvolvimento rural. Finaliza apontando para a concentração excessiva de transferência de tecnologia aos agricultores e para a necessidade de conscientizar dirigentes e povo em geral da urgência na adoção de políticas de reativação da agricultura e de valorização integral do espaço rural.

A partir da constatação que se tem com os erros do passado, como modernização conservadora que provocou a crise de identidade, essas tecnologias se mostraram insuficientes como práticas de Extensão Rural, deve-se, portanto revolucionar as bases teóricas, redimensionando seu papel assim com um novo referencial metodológico e então abrir caminho para uma Nova Extensão Rural socialmente mais útil. Esse argumento é sustentado por Lima (2000) e reforçado por Borin (BORIN *apud* LIMA, 2000), conforme transcrição abaixo:

**O que houve foi com o processo de industrialização em sociedades de bases agrárias, transformações estas acompanhadas por uma atenção maior ao que se refere ao desenvolvimento. E o quadro atual da agricultura brasileira, pode afirmar que o setor agrícola tem sido drasticamente penalizado pela política monetária. Com a chamada globalização da economia mundial as conseqüências são ditadas por tudo isso. Por falta de uma política agrícola adequada, sem acesso ao crédito ou à assistência conveniente ao seu tipo de atividade, pelo menos metade dessas propriedade se encontram em estado lastimável. (BORIN *apud* LIMA, 2000, p.02, grifo nosso).**

---

<sup>6</sup> O autor explica o conceito de Comunicação rural é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existente entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural. (BORDERNAVE,1993).

Constata-se, dessa forma, uma inadequação dos modelos à realidade brasileira, o que provocou um desrespeito às normas sociais. Espera-se que as críticas dos autores citados possam contribuir para a Extensão Rural, renovando as suas bases teóricas e práticas.

Relativamente aos pequenos produtores do Nordeste, deve-se considerar um contexto ainda mais restrito em termos de desenvolvimento econômico e de requerimentos ainda mais fortes no tocante à Extensão Rural. As desigualdades nos padrões de vida entre as regiões brasileiras ainda são muito grandes, sendo ainda muito precário o nível de vida de muitos pequenos produtores, rurais e urbanos, particularmente dentro do Nordeste: baixo nível de renda, pouca escolaridade, assistência médica precária, etc. Tais restrições constituem fortes limitações ao exercício da própria cidadania desses atores sociais e podem ser eliminadas, ou ao menos reduzidas, a partir do estabelecimento de um processo de desenvolvimento local, este entendido como constituindo uma forma adequada para o enfrentamento das dificuldades econômicas e sociais de grande parcela da população do Nordeste.

## **2.2 A Importância da Cooperação no Desenvolvimento Local**

Há uma relativa concordância entre os cientistas sociais<sup>7</sup> quanto à necessidade de se melhorar o nível da qualidade de vida de grande parte da população nordestina, ainda caracterizada por baixos indicadores econômicos e sociais. As disparidades de qualidade de vida no Nordeste do Brasil – região com mais de 50 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (2006) – e as regiões mais ricas do país (sul e sudeste) constituem claramente um problema não resolvido no Brasil. Também não há espaço para dúvidas quanto às enormes desigualdades na qualidade de vida entre os diversos territórios que compõem o espaço nordestino, destacando-se a situação de pobreza que retrata a população do seu Semi-árido. O estabelecimento de instrumentos e mecanismos que induzam à cooperação entre os diversos atores econômicos atuantes em determinadas comunidades têm sido encarado como uma estratégia que pode levar a melhorias das condições de vida de parte significativa dessa população. O problema surge quando esse tema é tratado sem levar em

---

<sup>7</sup> Vide por exemplo: Araújo (1999), Silva Filho (1997) e Albuquerque (2002), entre outros.

consideração aspectos cruciais como: econômicos, sociológicos, antropológicos, qualidade de vida, cidadania, escolaridade, saúde e outros vividos nas comunidades rurais.

De fato, inúmeros são os trabalhos que procuram dar uma contribuição, teórica ou empírica, sobre estratégias que induzam a geração de empregos e aumento dos rendimentos dessa população sertaneja. Contudo, em geral, as abordagens são de natureza estritamente econômica, pouco considerando os múltiplos aspectos envolvidos com a questão do subdesenvolvimento. É verdade, que as abordagens de desenvolvimento local tem levantado questões relevantes sobre o papel das relações de cooperação entre atores e instituições locais no processo de transformação econômica e social de territórios, mas mesmo assim, há importante lacuna relativamente à análise dos elementos sociológicos influenciadores dessas relações.

A cooperação entre agricultores familiares pode ocorrer visando-se, por exemplo, ratear custos comuns no que se refere, ao estabelecimento de parcerias com atores de outras localidades; contratação de consultores; a capacitação da mão-de-obra; a disseminação de procedimentos produtivos mais adequados; a projeção de uma marca e outras estratégias mercadológicas; a prospecção de mercados e de oportunidades; etc. Além disso, a cooperação entre os agricultores familiares aumenta o poder de negociação junto a fornecedores, compradores, concorrentes. Também aumenta o poder de barganha junto a autoridades governamentais quando da solicitação de estradas, energia elétrica, saneamento básico, pontes, escolas, hospitais, etc.

Utilizando-se do conceito de cluster - tomado como uma aglomeração de empresas trabalhando em regime de cooperação – Amorim (1998) menciona vários condicionantes do dinamismo dessas relações de cooperação, algumas delas extrapolando as relações econômicas, e que são abaixo transcritas:

- (a) a existência de uma **aglomeração de empresas, em sua maioria de pequeno e médio porte** – ocasionalmente incluindo também uma ou algumas poucas grandes empresas – as quais operam em um determinado negócio e estão localizadas dentro de um certo raio de distância de um centro;
- (b) **a atividade principal do cluster é compartilhada por um expressivo número de firmas**, sendo que cada uma delas – ou o que é mais comum, um conjunto delas – se dedica a tarefas específicas desse negócio. Essas tarefas

podem se relacionar tanto com aspectos de produção, como também de comercialização, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e novos mercados;

(c) **as firmas se relacionam de uma maneira intensa e contínua, e esse processo de freqüentes interações combina, de forma simultânea, aspectos de competição e de cooperação – do sucesso dessas relações dependerá o sucesso do cluster;**

(d) os proprietários das firmas desfrutam e procuram estimular **relações de confiança** entre os seus pares, de forma que as relações comerciais entre ambos possam funcionar sem maiores embaraços;

(e) ao redor das firmas integrantes do sistema dos clusters, existe freqüentemente uma **rede de instituições públicas e privadas que têm como papel atuar como partes estimuladoras e catalisadoras do processo de entrosamento e atuação conjunta das firmas**. Essas instituições – podendo algumas, inclusive, ser do tipo Organizações Não-Governamentais (ONGs) – exercem um **papel crucial**, pois cabe a elas fomentar e dar sustentação às relações entre as firmas, mediar eventuais conflitos entre as mesmas ou entre as firmas e outras instituições. (AMORIM, 1998, p.25, grifo nosso).

Conforme se observa, a partir da citação acima, as relações de cooperação entre produtores e destes com outros atores sociais configuram um aspecto crucial para o sucesso econômico dos pequenos produtores<sup>8</sup>. Sendo este papel crucial desenvolvido pelas relações de cooperação tanto para os clusters maduros, como os mencionados por Amorim (op.cit.), como nos casos de núcleos produtivos locais, que poderiam ser considerados como “embriões” de estruturas produtivas semelhantes aos clusters.

Como as relações de cooperação entre pessoas configuram um tema coberto pela sociologia, e dada a ausência de considerações sobre esse ponto, procurou-se neste trabalho explorar esse aspectos que são considerados aqui como extremamente pertinentes no trato do mencionado assunto.

### 2.3. Considerações sobre o Desenvolvimento Local

**Desenvolvimento local** é entendido como um **processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população**. (DE JESUS, 2003, p.72, grifo nosso).

---

<sup>8</sup> Vários outros autores destacam a *importância crucial das relações de cooperação entre produtores e destes* com os demais atores sociais atuantes em um determinado território. Para maiores detalhes consultar, por exemplo, Guimarães e Martin (2001) e Urani et al (2002).

Sabe-se que *as políticas públicas* principalmente no meio rural, continuam a ser de fundamental importância dentro do *processo de desenvolvimento local*, dado o grau de vulnerabilidade dos agricultores familiares em termos de escolaridade, infra-estruturas (econômica e social) e de capital<sup>9</sup>, as políticas postas deveriam gerar soluções, que rebatessem diretamente entre os agricultores familiares. As ações de políticas públicas precisam promover mudanças que assegurem maior competitividade entre os agricultores familiares, talvez a única possibilidade de consolidação da cidadania para os agricultores familiares inseridos como estão em uma economia capitalista globalizada<sup>10</sup>.

É importante notar que diante de um mundo globalizado, com novo modelo de produção e de comercialização envolvendo mais competição conforme Pires (2004, p.67), os agricultores familiares sozinhos terão suas chances muito reduzidas. Há a necessidade de desenvolvimento de instrumentos que beneficiem e focalizem: a agricultura familiar, a economia solidária e o cooperativismo, entre outros aspectos, conforme a citada autora. Nessas iniciativas deve-se buscar o fortalecimento e a integração dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento sustentável.

Um *processo de desenvolvimento local* só faz sentido se conduzido pelas próprias populações beneficiárias de seus resultados, daí a crença de que a indução a um maior e melhor entrosamento e *cooperação* entre os agricultores familiares seja condição importante para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento local.

Partindo-se da premissa de que a *cooperação entre agricultores familiares* configura-se como um elemento crucial na determinação do sucesso econômico dos mesmos, haverá elementos sociológicos que terminam por influenciar os processos de cooperação entre os agricultores familiares. Fatores sociológicos como: cotidiano, cultura, ideologia,

---

<sup>9</sup> D'Araujo (2003, p.08-09) considera que existe várias *formas da capital: Capital Natural, Capital Financeiro, Capital Humano e Capital Social*.

<sup>10</sup> Diversos autores chamam a atenção para o processo da globalização seus "**impacto nas estruturas e práticas nacionais e locais**" onde temos "**processos de mudança altamente contraditórios e desiguais**" Santos (2005), e segundo Canclini (2003) há "**objeto cultural não identificado**" apresenta-se "como um **conjunto de processos** de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las".

imaginário, história, capital social, findam por influenciar, positivamente ou negativamente, as possibilidades de cooperação entre os mesmos.

Há no sistema capitalista uma tendência à não cooperação entre os trabalhadores e agricultores familiares, tendência forte, que repercute no rural, e faz predominar o individualismo. A base dessa tendência encontra-se, todavia, na essência do próprio modo de produção capitalista que estabelece uma disputa constante entre os atores sociais na busca pelo máximo bem-estar individual possível, levando tais atores a considerarem prioritariamente seus interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos. Uma estratégia possível para os agricultores familiares é *o aumento de cooperação* entre eles e isso, como se defende nesse trabalho, deveria nortear as políticas públicas.

Diante de todas essas constatações acredita-se conforme relata Lima (2000), que umas das “*medidas necessárias para a melhoria da produção agrícola seria mudar a política governamental para o setor rural e a melhoria do nível de qualificação do agricultor brasileiro*”. A mencionada autora apresenta aspectos sobre as novas ruralidades com características de uma agropecuária voltadas para os nichos de mercado. O desenvolvimento agrícola estaria muito mais atrelado a uma densa *rede de relações (que talvez pudesse ser chamado da cooperação)* entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas. O próprio crescimento urbano demanda novos produtos e serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações rurais dos recursos necessários para que sejam elas protagonistas centrais da construção de novas ruralidades, novos territórios e um novo conceito de desenvolvimento. São temas que merecem reflexões em torno do desenvolvimento rural contemporâneo.

Deve-se buscar a *inclusão social*, através de políticas públicas que levem à promoção do agricultores familiares da região nordestina, atores castigados por indicadores sociais baixos e fatores geográficos e sociais perversos. Observa-se que não se pode replicar casos de sucesso, como por exemplo o de Santa Catarina onde “as experiências econômicas pautadas na *cooperação são históricas*”, conforme Pedrini (2003, p.100). Em outros

núcleos produtivos, existe toda uma gama de fatores específicos que devem ser considerados: econômicos, as condições edafo-climáticas<sup>11</sup>, sociais, antropológicos, históricos. O desafio seria replicar das experiências de cooperação o que pode ser replicado como modelo ou estratégias: como foram feitas as articulações iniciais, observando a construção desse e de outros projetos de sucesso, desenvolvendo assim o que é necessário para a cooperação entre os agricultores familiares tornarem-se mais competitivos.

A reflexão procedida indica que, nas intervenções públicas que buscam aumentar o nível de cooperação entre os agricultores familiares, torna-se necessário entender melhor os aspectos históricos e sociológicos que influenciam a cooperação e trabalhar tais aspectos de forma objetiva no âmbito das políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares. Entre os aspectos a serem abordados está a influência da ideologia prevalecente em determinados locais e que tendem, pelo que foi visto, a serem limitadoras das estratégias de melhoria da cooperação entre os agricultores familiares. A melhoria da educação e o estabelecimento de estratégias de associativismo e cooperação devem estar na base dessas políticas entre outros aspectos, que serão levantados mais adiante neste trabalho.

#### **2.4 Aspectos do Imaginário e do Cotidiano que influenciam no Processo de Cooperação entre Agricultores Familiares**

O Nordeste do Brasil se caracteriza como uma região que tem além das condições edafo-climáticas singular, pautada em seca e fome, também sofre reminiscências do seu processo de colonização, marcado por mão-de-obra escrava e onde predominou uma distribuição de terra caracterizada por grandes latifúndios. Diante de questões históricas como esta, é que se caracteriza a região nordeste, fazendo parte da *memória coletiva*, o “*peso dos senhores de engenho*” e tudo o que representa os grandes latifúndios (a exploração no período colonial) .

---

<sup>11</sup> *Edafo-climáticas*: termo usado pelos engenheiros agrícolas e ambiental, geógrafos e economistas para referir-se ao solo e, clima. *A expressão Edafoclimáticas: refere cara(c)terísticas definidas através de fa(c)tores do meio tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a humidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial. As condições edafoclimáticas são relativas à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas.* (Cirberdúvida Da Língua Portuguesa, 2008).

Para Oliven (1998) , a construção social da *memória* se reveste de importância fundamental, e para Halbwachs (HALBWACHS apud OLIVEN,1998, p.29) um dos precursores dos estudos sobre a memória, mostrou como a *memória pessoal* está ligada à *memória grupal*, e esta, por sua vez , à *memória coletiva* de cada sociedade que poderia ser chamada de *tradição*. A *memória nacional* representaria a forma mais completa de uma *memória coletiva*. (OLIVEN,1998, p.29, grifo nosso). A “história dos *atos sociais* e história das *mentalidades coletivas*”.(GIRARDET,1987, p.20, grifo nosso), é importante, no cotidiano, ela é construída, criando assim o *imaginário*.

Partindo-se da premissa de que a *cooperação entre agricultores familiares* configura-se como um elemento crucial na determinação do sucesso econômico dos mesmos, haveria *uma tendência à não-cooperação entre os agricultores familiares em função do imaginário e cotidiano arraigado nas tradições, nas ideologias e nas questões históricas*, sendo tal característica uma tendência mais forte no Nordeste do Brasil.

O comportamento dos agricultores familiares muitas vezes é preocupante por esperarem ações paternalistas, e protecionismo do Estado, o que resulta das políticas econômicas implementadas no passado recente (década de 50 até meados da década de 90) conforme Silva Filho (1997).

Baczko (1985.) diz que:“*Cada classe social é, ao mesmo tempo, produtora e prisioneira da sua ideologia.*” (BACZKO, 1985, p.304, grifo nosso), e define o *imaginário*, na obra de Michelet, dizendo que - “*o imaginário como sendo o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutar e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem.*” (BACZKO, 1985, p.303) Prevalecendo assim *expectativas e aspirações* que poderiam ser *imaginário e cotidiano*, verifica-se que há uma tendência do coletivo em criar e imaginar algo maior e que foge ao seu controle. Esse fato gera uma rede de símbolos, citando Weber em Baczko (Op.Cit.):

O social produz-se através de uma **rede de sentidos**, de marcos de referências **simbólicos** por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma **identidade coletiva** e designam as suas relações com as instituições políticas, etc. A vida social é produtora de **valores e normas** e, ao mesmo tempo, de

sistemas de representações que as fixam e traduzem. Assim se define um código colectivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais. (BACZKO, 1985,p.307, grifo nosso).

Esse processo leva a função do símbolo, e introduz valores, que modelam os comportamentos individuais e coletivos, e estes mesmo símbolos provocam a razão de existir e agir para os indivíduos e grupos sociais. Construindo assim, segundo ainda o mencionado autor, os “*sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social e são constituídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações*”. (BACZKO, 1985,p.311, grifo nosso).

Tudo isso corrobora que as forças do imaginário e cotidiano dominam a imaginação entre os agricultores familiares refletindo em suas vontades, valores, ações etc.

Sendo assim, toma-se como premissa o fato de que o imaginário e o cotidiano influenciará fortemente a própria consciência dos agricultores familiares, sustentando-se, dessa forma, que há uma tendência a não-cooperação entre os agricultores familiares em função de toda construção do imaginário proveniente de pontos como fatores históricos e políticas econômicas implementadas na região nordestina.

É o cotidiano refletido no imaginário, e o imaginário refletido no cotidiano, que representa toda a gama vivida entre os atores sociais, e o imaginário é forte entre eles.

Segundo Capelato(1998) citando Roberto Romano que adverte:

[...] para quem vive em sociedade como a nossa, **a construção dos imaginários** tem uma importância particular [...] Não se mexe com símbolos impunemente. Eles são **o resíduo ético de tradições seculares, preconceitos arraigados nos corações e mentes**. (ROMANO, 1996, p.316 apud.CAPELATO, 1998, p.34, grifo nosso).

Vale chamar a atenção para o peso do estado no cotidiano da agricultura familiar interferindo no cotidiano desses atores, conforme Abramovay (1992).

### **2.4.1. Conceitos e Reflexões sobre A Cooperação Entre Agricultores Familiares a partir do Imaginário e Cotidiano**

Os atores sociais estão integrados na sociedade que é estruturada em mundo macro e micro, e os agricultores familiares, estão inseridos neste mundo, que faz parte da região no nordeste do Brasil que por sua vez tem outras regiões que faz parte da nação que faz parte da América Latina, que por sua vez está inserida em algo maior, o global.

O imaginário e cotidiano exerce influencia nas relações de produção e, conseqüentemente, na cooperação e na competitividade. É importante levantar questões como: *regionalismo, memória coletiva, consciência coletiva, imaginário social e nação*, para poder traçar a construção do imaginário entre os agricultores familiares. Estes são pontos que levantados podem facilitar à compreensão do imaginário e cotidiano dos agricultores familiares.

Antes de se discutir as conseqüências de algumas das questões sobre o processo de cooperação entre agricultores familiares, convém explicitar alguns conceitos:

- **Nação**

Oliveira (2001) define *Nação*, como o conjunto de habitantes de um território que tem geralmente a mesma língua, ligado por tradições, interesses e aspirações comuns e subordinados a um poder central, que mantém a unidade do grupo. (OLIVEIRA, 2001, p.245, grifo nosso).

Já segundo Oliven (1998) *Nação* para Weber “é uma comunidade de sentimento que normalmente tende a produzir um ESTADO próprio” é preciso invocar antigas tradição (reais ou imaginarias) como fundamento “natural” da IDENTIDADE NACIONAL que está sendo criada. Isso tende a obscurecer o caráter histórico e recente dos estados nacionais. (OLIVEN, 1998, p.25, grifo nosso). As fronteiras geopolíticas e as fronteiras culturais é que se estabelece o que faz e o que não faz parte da nação, e assim é que se constrói uma identidade nacional, como cita Oliven (op.cit.):

O **ESTADO-NAÇÃO** procura delimitar e zelar por suas fronteiras geopolíticas, ele também se empenha em demarcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte de **NAÇÃO**. Através desse processo se constrói **UMA IDENTIDADE NACIONAL** que procura dar uma imagem à comunidade abrangida por ela. (OLIVEN,1998, p25, grifo nosso).

A importância de ver o conceito é justamente de verificar como é construído através do estado, da nação, uma relação de identidade nacional, onde o indivíduo vai absorvendo, assimilando, os símbolos e elementos que iram fortalecer sua *memória comum*, e conseqüentemente *memória coletiva*, criando assim o *imaginário*.

Uma das razões pelas quais a problemática da **NAÇÃO** e da tradição permanece sendo extremamente atual num mundo que tende a tornar-se uma “**aldeia global**” deve-se ao fato de as pessoas continuarem a nascer num determinado país e região, a falar sua língua, a adquirir seus costumes, a identificar-se com seus símbolos e valores, a torcer por sua seleção nacional de esporte, a respeitar sua bandeira, e a serem convocados para defender as fronteiras da pátria e morrer pela honra nacional. (OLIVEN,1998, p.38, grifo nosso).

- **Regionalismo**

A questão do regionalismo no Brasil é algo muito presente e forte, impactando diretamente no *imaginário* e no *cotidiano* dos agricultores familiares. O regionalismo segundo Oliven (op.cit.) evidencia justamente as diferenças regionais existente em um país, e isso acarreta a construção do imaginário, o autor menciona:

O **regionalismo** aponta para as **diferenças** que existem entre regiões e utiliza estas diferenças na construção de **identidades próprias**. Reivindicações populares até os interesses disfarçados das classes dominantes. A conotação política do regionalismo varia, entretanto, de acordo com o contexto social e a época em que está inserido”. (OLIVEN, 1998, p.26, grifo nosso).

E isso é enfatizado quando “Segundo Oliven (op.cit.) para BORDIEU *o regionalismo (como o nacionalismo) não passa de um caso particular de lutas propriamente simbólicas.*” (OLIVEN,1998, p.29, grifo nosso).

Na verdade, todo o processo histórico existente no país leva o pequeno produtor a criar identidades próprias, que seria uma maneira de se defender, identificar, se proteger e aceitar a realidade vivida. Além do fato de que o indivíduo busca identidades próxima a sua realidade para melhor ser aceito, é uma espécie de proteção.

- **Memória Coletiva**

Vale observar que os atores compartilham todo o conjunto de construção do *imaginário* e esse processo é chamado de *memória coletiva*. Para Oliven (op.cit.) nesse processo, a construção social da memória se reveste de importância fundamental. E Halbwachs (op.cit.) um dos precursores dos estudos sobre a *MEMÓRIA*, mostrou como a memória pessoal está ligada à *MEMORIA GRUPAL*, e esta, por sua vez, à *MEMÓRIA COLETIVA* de cada sociedade que poderia ser chamada de *TRADIÇÃO*. A memória nacional representaria a forma mais completa de uma *memória coletiva*. (OLIVEN,1998, p.29, grifo nosso). Na *memória coletiva* perpassa também o *conceito de grupo*, que é um sistema social que envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum, conforme explica Johnson (1997). É em decorrência da *memória coletiva* que o imaginário ganha força entre os pequenos produtores.

Esse aspecto se revela também na *Consciência Coletiva*.

- **Consciência Coletiva**

Baczko (1985) chama a atenção para a “*Consciência coletiva*”, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento da existência da coletividade.”( BACZKO, 1985, p.306, grifo nosso). Este conceito mostra a grande importância da coletividade no indivíduo, que interfere no seu consciente: o indivíduo se encontra no coletivo, assim como o coletivo se encontra nele.

“**Consciência Coletiva** é o que chamamos de ‘sentimento de nós’. É o estudo cognitivo e emocional que abrange **indivíduos do próprio grupo** social, bem como interesses e valores culturais.” (OLIVEIRA,2001, p.236, grifo nosso).

O conceito retrata, portanto, todo o *imaginário* e *cotidiano* absorvido na coletividade e que será refletido em suas ações, valores, crenças etc, percebidos por alguns autores, como Turner (1999) citando Durkheim;

“**Consciência Coletiva** termo de Émile Durkheim para os sistemas de símbolos culturais que as pessoas na sociedade **compartilham** e usam para regular suas relações.” (TURNER, 1999, p.224, grifo nosso).

- **Imaginário Social**

Os **imaginários sociais** constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse **Mauss**, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus **imaginários sociais**, uma **coletividade** designa a **sua identidade**; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõem crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc. (BACZKO, 1985, p.309, grifo nosso).

O imaginário social demonstra toda a força da coletividade, é a reunião das relações existentes do coletivo, com o meio ambiente, com a vida social.

“O **imaginário social** elaborado e consolidado por uma **coletividade** é uma das respostas que dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais.” (BACZKO, 1985, p.309, grifo nosso).

Segundo ainda o mencionado autor, “as relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido”. (BACZKO, 1985: p.310)

“O **Imaginário social** é, deste modo, uma das **forças reguladoras da vida coletiva**.” (BACZKO, 1985, p.309, grifo nosso).

O imaginário social é um poder, um poder que age sobre a coletividade, criando valores, símbolos, atingindo indivíduos e grupos sociais. É importante destacar aqui, como é construído o imaginário social através de aspectos do discurso “*presente el cambio en la vida cotidiana de la sociedade...*” como observa Leitão (1998, 2005).

“O Imaginário social é, pois, uma peça efectiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais.” (BACZKO, 1985, p.310).

Considerando os conceitos levantados acima é relevante observar as conseqüências destas questões sobre o *processo de cooperação entre agricultores familiares*, o peso das limitações proveniente do *imaginário e cotidiano* entre os atores é grande. Torna-se, portanto necessário, considerar, no âmbito de qualquer política pública dirigida para os aglomerados produtivos locais de pequenos produtores, as análises sociológicas e históricas extrapolando o bojo das preocupações essencialmente economicistas que tendem a prevalecer nas iniciativas do setor público de apoio aos mencionados núcleos produtivos.

## 2.5. Agricultura Familiar, Solidariedade e Desenvolvimento Local

A partir dos anos 1990, o **associativismo** econômico ressurgiu com novas roupagens: é a **economia solidária**, uma forma de se construir alternativas de trabalho e renda numa nova perspectiva, criando diálogo entre a sociedade organizada (movimentos sociais, sindicatos, igrejas, universidades), os trabalhadores desempregados e excluídos dos seus direitos e, em alguns casos, com a parceria do Estado. (PEDRINI, 2003, p.102).

Como os pequenos produtores podem ser mais competitivos em uma sociedade capitalista? Os pequenos produtores terão pouca chance numa situação onde na “[...] *lógica absolutamente singular da economia econômica, [...] ‘negócio é negócio’ e a maximização do lucro é a razão de tudo*”, Bourdieu (2004, p.132).

Destaca-se, neste sentido, o rebatimento ao meio rural, as observações de Pires (2004):

A sobrevivência das organizações econômicas – sejam elas empresas cooperativas ou empresas capitalistas – depende das estratégias usadas para responder aos desafios da acirrada competição que tem lugar na economia globalizada. (PIRES, 2004, p.56)

Uma estratégia possível para os agricultores familiares é o aumento de cooperação entre eles e isso, como se defende nesse trabalho, deveria nortear as políticas públicas.

A reflexão feita acima deixa claro, que, torna-se necessário entender, as nuances que envolvem a influência da ideologia, o poder da ideologia sobre as pessoas, em particular, sobre as que pertencem às classes dominadas sobre os trabalhadores.

Mais uma vez Pires (op.cit.), identifica que a *solidariedade* é um elemento intimamente vinculado à *cooperação* dentro da divisão social do trabalho, estendendo a noção de cooperação para além das associações formais. Também reforça a idéia de que as políticas devam contemplar a idéia da *solidariedade/cooperação*.

O momento atual alimenta novos sonhos, movidos pela idéia de uma sociedade mais participativa onde os fatores políticos tendem a se sobrepor aos fatores econômicos, a partir da ampliação da esfera pública. A ênfase numa maior participação e responsabilidade individual com os destinos da sociedade volta-se para a possibilidade de reencantar o social. (PIRES, 2004, p:93)

Também Ricardo Abramovay (1992), fala do peso do estado na agricultura familiar, mostrando a importância das políticas públicas nas vidas desses atores sociais.

[...] o peso do **Estado** na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: **interferência nas estruturas agrárias, na política de preço, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica**, formam o cotidiano dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, **o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica**. (ABRAMOVAY, 1992, p.22, grifo nosso).

Buscando-se *inclusão social*, dentro da perspectiva da *economia solidária*<sup>12</sup>, é que se deve pensar em políticas públicas e desenvolvimento local, na promoção do pequeno produtor da Região nordestina, atores castigados por indicadores sociais baixos e fatores geográficos e sociais perversos.

Como mencionado anteriormente, não se pode simplesmente buscar replicar casos de sucesso, em outros núcleos produtivos pois as experiências econômicas pautadas na cooperação são históricas e envolvem toda uma gama de fatores (econômicos, as condições edafo-climáticas, sociais, antropológicos, históricos) que devem ser considerado, conforme Pedrini (2003).

Abramovay (2005) analisando *as novas dimensões da ruralidade*, mostra justamente como pode o rural se comportar diante do processo de desenvolvimento, onde o rural não é apenas agricultura, indústria e comércio, o rural representa a manutenção ambiental e sua capacidade de organização.

**O produto rural (agrícola e não agrícola) é valorizado** por sua capacidade de **exprimir uma tradição**, um modo de fabricação em que se recuperam culturas e se colocam à mostra estilos de vida que os habitantes dos grandes centros têm buscado. (ABRAMOVAY, 2005, grifo nosso).

Além disso, o autor chama atenção que “*a agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais.*” Abramovay (op.cit)

---

<sup>12</sup> Conforme França (2002, p.124), enquanto fenômeno, a emergência de uma *economia solidária* está intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente.

Deve-se considerar nas ações de políticas públicas que, como chama atenção Abramovay (op.cit.), “o desafio da **agricultura familiar** é educacional, pois ela só será **competitiva** se os seus gestores receberem uma formação que os capacite a integrar os mecanismos dinâmicos”. Abramovay (2005, grifo nosso).

E o desafio seria *replicar as experiências de cooperação*, como foi feita as articulações, observando a construção desse e de outros projetos de sucesso, desenvolvendo assim o que é necessário para a cooperação entre os pequenos produtores tornarem-se mais competitivos.

Nesse contexto, a elevação da competitividade entre os pequenos produtores é fundamental para o avanço no processo de desenvolvimento e, de fato, o estabelecimento de instrumentos e mecanismos que induzam à cooperação entre os pequenos produtores e atores econômicos atuantes em determinadas comunidades têm sido encarado como uma estratégia que pode levar a melhorias das condições de vida de parte significativa dessa população. A cooperação entre pequenos produtores deve ser encarada como elemento fundamental para o sucesso econômico das atividades produtivas desenvolvidas em pequenas comunidades.

A reflexão procedida acima deixa claro, que, nas intervenções públicas que buscam aumentar o nível de cooperação entre os agricultores familiares, torna-se necessário entender melhor os aspectos históricos que influenciam a cooperação e trabalhar tais aspectos de forma objetiva no âmbito das políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares. Entre os aspectos abordados, verificou-se a influência da ideologia prevalecente em determinados locais e que tendem, pelo que foi visto, a serem limitadoras das estratégias de melhoria da cooperação entre os agricultores familiares. A melhoria da educação e o estabelecimento de estratégias de associativismo e cooperação devem estar portanto na base dessas políticas.

## 2.6. A Necessidade de Uma Abordagem Sociológica

### 2.6.1. Elementos Fundamentais no Processo de Cooperação Destacados pela Sociologia do Conhecimento

#### 2.6.1.1.O Modo de Produção Capitalista e a Cooperação

Uma primeira idéia que merece ser examinada nesta seção, relaciona-se ao conceito de *socialização*. A socialização constitui uma das mais importantes questões tratadas em sociologia. Este conceito refere-se às interações que induzem os indivíduos nos componentes básicos da personalidade que são necessários para sua participação na sociedade, conforme Turner (1999, p.253). Para Galliano (1981, p.307) a socialização pode ser compreendida como sendo um processo de *aquisição de conhecimentos, padrões, valores, símbolos*. Adiciona, ainda o autor, que o conceito compreende também a aquisição, durante toda a vida do indivíduo, de *maneiras de agir, pensar e sentir próprias dos grupos, da sociedade, da civilização em que o indivíduo vive*. Logo, o *modo de produção* - que compreende, como será visto adiante neste trabalho, as forças produtivas e as relações de produção - são elementos fundamentais influenciadores do *processo de socialização* em qualquer sociedade. Ou seja, considera-se que o modo de produção prevalecente em determinada sociedade seja um elemento básico a influenciar a socialização e, portanto, as percepções dos indivíduos e grupos, estabelecendo uma maior ou menor propensão para se agir em determinado sentido.

Assim, numa ilustração grosseira, pode-se dizer que, numa comunidade tribal, onde determinadas tarefas são executadas espontaneamente de forma coletiva (por exemplo, a caça), esperar-se-ia uma maior tendência à cooperação na execução de trabalhos coletivos de uma outra natureza qualquer. Diferentemente, no sistema capitalista, onde se estabelece uma *concorrência entre os indivíduos* quando do processo da venda de sua força-de-trabalho e onde o sucesso econômico entre os próprios capitalistas implica, também, em concorrência entre eles na busca de consumidores, os valores e atitudes ligadas à cooperação tenderiam a ser negligenciados. Se este for o caso, em situações onde prevaleça

de forma mais acentuada essa tendência de disputa entre os indivíduos e grupos, menor seria a tendência à cooperação entre eles.

Ao se desprezar nas análises econômicas os fenômenos sociológicos como o apresentado no caso do *processo de socialização*, deixa-se de se capturar um elemento explicativo crucial que em muito poderia, se entendido, ajudar nas ações de entidades públicas e outras motivadas a estabelecer um clima de cooperação entre os pequenos produtores regionais. Ademais, como cada comunidade tem sua história e suas especificidades culturais, sociais, etc., não se poderia pensar em ações, programas e projetos de quaisquer naturezas vinculados à intervenção nas estruturas produtivas locais, sem que tais fatores houvessem sido levantados e examinados de forma apropriada. Para uma melhor compreensão do que foi sugerido até aqui, comenta-se, nos parágrafos seguintes, outros importantes conceitos.

As *forças produtivas* de uma determinada sociedade são compostas por *meios de produção* (máquinas e equipamentos) e *pessoas*. Em todo processo produtivo há também um processo de interação entre pessoas e o resultado, a produção, é fundamentalmente um resultado de um ato social. Em todas as fases do circuito econômico (produção, distribuição e consumo) estabelece-se um emaranhado de relações entre pessoas, resultando nas chamadas *relações de produção*. O traço mais característico das relações de produção no *capitalismo* é dado pela existência, de um lado, dos *proprietários dos meios de produção* e, de outro, a existência dos *trabalhadores assalariados detentores apenas de sua força-de-trabalho*. O conceito de *modo de produção*, ou sistema econômico, de uma determinada sociedade é determinado pelas *forças produtivas* e pelas *relações de produção* que estão vinculadas a essa sociedade. Sendo assim, o modo de produção é definido pela maneira através da qual uma dada sociedade produz os seus bens e serviços, os utiliza e os distribui, sendo o modo de produção o centro organizador de todos os aspectos da sociedade, conforme Oliveira (2001). Segundo ainda o mencionado autor:

Ao longo da História, a espécie humana tem produzido de vários modos aquilo de que necessita. Por isso, pode-se afirmar que a História da humanidade é a história da transformação da sociedade humana pelos diversos modos de produção [...] Como vimos, cada sociedade tem uma forma histórica de produção que lhe é própria; e sua história é a história do desenvolvimento do seu processo de produção [...] Foi esse processo de desenvolvimento que ocasionou

o aparecimento dos principais modos de produção. São eles: primitivo, escravista, asiático, feudal, capitalista e socialista. (OLIVEIRA, 2001, p.103)

O modo de produção é, portanto, o conceito básico a partir do qual se pode tentar compreender os aspectos levantados pela sociologia do conhecimento relativamente às possibilidades de cooperação dentro de um determinado grupo de pequenos produtores. Vale ressaltar que a condição dos pequenos produtores não os caracteriza como classe dominante, aproximam-se eles muito mais das vulnerabilidades próprias dos trabalhadores assalariados. Na verdade, mesmo os camponeses proprietários são considerados como proletário, segundo Merton (1970, p.574). O mencionado autor mostra também, como transcrito abaixo, que a classe dominante finda por impor o conteúdo da cultura e, por consequência, ideológico que mais lhe serve:

“Uma explicação empírica parcial da falsa consciência, implícita no Manifesto, baseia-se na opinião de que a burguesia controla o conteúdo da cultura, difundindo assim doutrinas e normas alheias aos interesses do proletariado.” (MERTON, 1970, p.574)

Sendo assim, toma-se como premissa o fato de que o *modo de produção capitalista* influenciará fortemente a própria consciência dos pequenos produtores e trabalhadores, ressaltando-se, dessa forma, que há uma tendência a não-cooperação entre os pequenos produtores em função da ideologia emanada do modo de produção capitalista, sendo, tal tendência mais forte no Nordeste do Brasil.

#### **2.6.1.2. As Contribuições da Sociologia do Conhecimento**

Mannheim(1982) foi responsável por importantes contribuições no campo da *sociologia do conhecimento*, notadamente sobre as idéias relacionadas com o conceito de *ideologia - conjunto de crenças, valores e atitudes culturais* que servem de base para a manutenção do *status quo* ou para justificar movimentos que levem à sua modificação – destacando que o conhecimento produzido em uma sociedade é moldado pela maneira como a própria sociedade é organizada, ou seja: por sua cultura e estrutura. Logo, o que o indivíduo sabe depende de sua posição na estrutura da sociedade, sendo particularmente influenciado pela classe social a que pertence. Partindo do conceito de *relativismo cultural* proveniente dos antropólogos que, segundo os quais, de que aquilo que é considerado

verdadeiro, valorizado ou esperado em um sistema social, talvez não o sejam em outros, Mannheim(op.cit.), entendia que, sendo *verdade algo socialmente localizado e determinado*, então não poderia haver uma base objetiva para a mesma.

Destaque-se que, segundo Mannheim(op.cit.):

A tese principal da sociologia do conhecimento é a que afirma a existência de modos de pensamento incapazes de serem adequadamente compreendidos enquanto permanecerem obscuras as suas origens sociais. Não há a menor dúvida de que só o indivíduo é capaz de pensar. Não existe essa entidade metafísica denominada espírito grupal, que pensa acima das cabeças dos indivíduos, ou cujas idéias estes se limitam a reproduzir. Mas nem por isso se deve concluir que todas as idéias e sentimentos que motivem a conduta de um indivíduo tenham exclusivamente nele suas origens e possam ser adequadamente explicadas apenas à luz da sua própria experiência. ( MANNHEIM, 1982, p.97).

O que pode ser compreendido, como foi indicado na citação acima, é que o indivíduo não está sozinho ele também é influenciado e influencia o meio. Ainda no mesmo trabalho, o autor confirma esse argumento:

Talvez seja precisamente quando essa oculta vinculação do pensamento à existência do grupo e suas raízes na ação se tornam visíveis, que pela primeira vez se possa, mediante o reconhecimento dessas conexões, atingir uma nova espécie de controle sobre fatores, até então incontroláveis, do pensamento. ( MANNHEIM, 1982, p.99).

Esta conclusão que chega Mannheim(op.cit.) mostra como as Ciências Sociais “fornecem não apenas questões de caráter geral mas hipóteses concretas para a pesquisa e modelos de pensamento que ordenarão a experiência”. (MANNHEIM,1982, p.100). Isso remete à reflexão estabelecida por Mannheim(op.cit.) sobre a importância do pensamento dos indivíduos, como este se comporta na sociedade, como ele manipula e é manipulado.

Dessa forma, as contribuições de Mannheim(op.cit.) não permitem desprezar os argumentos sustentados nas seções anteriores desse trabalho, segundo os quais a cooperação entre pequenos produtores pode ser algo mais fácil de ser percebido em determinadas sociedades do que em outras. De fato, têm-se verificado práticas de cooperação, particularmente de cooperativismo (neste caso formal), mais intensas na Região Sul do país do que no Nordeste brasileiro. Ademais, não é difícil encontrar referências na grande imprensa de fatos que corroboram esse argumento dando conta de

casos de insucessos desse tipo de empreendimentos no Nordeste, muitas vezes por conta de certa “ingenuidade” dos produtores<sup>13</sup>.

Obviamente, os fatores de insucesso de práticas de cooperação entre pequenos produtores nordestinos podem ter, e certamente têm, outros aspectos negativos influenciadores, como, por exemplo, a baixíssima escolaridade entre os mesmos. Contudo, não se pode deixar de considerar, também, que a *subserviência* verificada por parte da maioria dos sócios de cooperativas (ou de outras iniciativas para obtenção de crédito oficial favorecido, por exemplo) relativamente aos diretores seja um fato recorrente no Nordeste, sendo muito comum a ocorrência de empreendimentos coletivos em que os cooperados se comportam como “empregados” dos membros da diretoria, deixando-se de se aperceberem como “donos” legítimos desses empreendimentos. Este tipo de percepção (levando à subserviência) provavelmente estará entre as principais explicações da repetição de tantos casos de desvios de recursos, quando das tentativas de estabelecimento desses empreendimentos coletivos, sejam formais ou informais.

Há, portanto, que se “extrair” aspectos desfavoráveis socialmente estabelecidos (aspectos ideológicos muitas vezes) que possam inibir ações de cooperação entre determinados grupos de pequenos produtores – como o caso do sentimento de subordinação mencionado acima – para que essas ações possam ocorrer com maiores chances de êxito. Obviamente, o caso da “*subserviência*” dos cooperados relativamente à diretoria da cooperativa, configura apenas uma ilustração das implicações de fatores socialmente estabelecidos que podem repercutir negativamente nas estratégias de cooperação entre pequenos produtores no Nordeste, comprometendo suas chances de sucesso. Torna-se fundamental pensar, quando do desenvolvimento da cooperação entre pequenos produtores, nas repercussões dos aspectos culturais, sociais e ideológicos sobre a cooperação dos pequenos produtores.

---

<sup>13</sup> Vide, por exemplo, os noticiários relacionados ao “escândalo do anzol” que envolvia colônias de pescadores no Nordeste (Diário de Pernambuco, Vida Urbana, 30/01/2001).

Outros autores, além de Mannheim(op.cit.), deram contribuições que podem ser muito relevantes nos estudos sociológicos que ajudem a aumentar as possibilidades cooperação entre pequenos produtores. Durkheim(1990), por exemplo, se dedicou ao problema de compreender o que mantém *coesos os sistemas sociais* e como sua organização e funcionamento produzem vários tipos de conseqüências para tais sistemas. Outra contribuição de Durkheim(op.cit.), fundamental para os propósitos perseguidos neste trabalho que é o de gerar subsídios que auxiliem nas ações de atores sociais dedicados a aumentarem as chances de cooperação entre pequenos produtores, refere-se à elaboração do conceito de *consciência coletiva*. Transcreve-se abaixo uma definição sobre o conceito estabelecido por Johnson (1997):

A consciência coletiva é um arcabouço cultural de idéias morais e normativas, a crença em que o mundo social existe até certo ponto à parte e externo à vida psicológica do indivíduo. Como indivíduos sentimos as limitações e restrições impostas pelo mundo social e somos afetados por elas quando fazemos opções sobre como nos mostrar e nos comportar em relação aos outros. (JOHNSON,1997, p.49).

Esses elementos destacados pelo mencionado autor, a partir dos estudos de Durkheim(op.cit.), são claramente importantes no processo de estabelecimento de atitudes e ações cooperativas de um grupo qualquer, particularmente para os grupos de pequenos produtores.

## **2.6.2. O Conceito e O Papel da Ideologia nas Economias Capitalistas**

### **2.6.2.1. A Contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels**

Originariamente, segundo Nielsen Neto (1986), o termo *ideologia* foi adotado por Antoine Destutt de Tracy (1754-1836) para substituir o de psicologia que era considerado “*ciência da alma*” à qual se contrapunha a “*ciência das idéias*”. Na verdade, ele usou o termo para designar uma disciplina filosófica que deveria ser a base de todas as demais ciências, ele considera a ideologia como a ciência das idéias.

Todavia, passa a ser de extrema valia para os propósitos perseguidos neste trabalho, o termo *ideologia* no sentido em que foi empregado por Karl Marx e Friedrich Engels(1998)

no livro “*A ideologia Alemã*”. A abordagem original marxista sobre ideologia representa uma ruptura radical com as concepções até então existentes quanto à ***natureza e função das idéias, imagens e símbolos na vida social e política***. Na visão desses autores, conforme mencionado na *Mirador*(1986), o conceito possui três aspectos fundamentais parcialmente transcrito abaixo:

i) refere-se a um ***sistema de pensamento relacionado a toda uma forma de conceber o mundo, inclusive em seus aspectos naturais, mas sobretudo o mundo social, as relações entre os homens e sua atividade***. Diferentemente dos filósofos do séc. XVIII, que vinculam o termo ao estudo da gênese de idéias ou conceitos isolados, a concepção marxista de ideologia considera conjuntos de idéias, crenças, imagens e pressupostos, destacando sua relativa unidade e coerência; ii) ***O “conjunto de idéias” ou “visão do mundo” não pode ser compreendido senão como produto e reflexo de uma sociedade e de uma época, e, particularmente, de grupos sociais reais, estratos e classes. São os interesses, a atividade e o papel histórico desses grupos ou classes sociais que a ideologia expressa, enquanto visão do mundo***. Não os expressa, porém, como conhecimento ‘verdadeiro’, mas como racionalização, seja, ***ao mesmo tempo que os expressa, exprime-os parcialmente, deforma-os e obscurece-os.***”; iii) A ideologia não é um sistema de pensamento neutro ou inócuo, ***tendo uma função ou direcionalidade, constituindo parte essencial dos conflitos de cada época. Sua função é legitimar, justificar e dessa forma contribuir para a manutenção da ordem social existente***, ou, no caso das ideologias críticas, desvelar-se e desse modo contribuir para a sua mudança. *Mirador* (1986, volume 11, p.5951, grifo nosso).

A citação tem por objetivo deixar claro que em “*A Ideologia Alemã*” Marx e Engels(op.cit.) revelaram o papel fundamental exercido pela ideologia na dinâmica histórica dos povos, uma vez que cabe a ela buscar uma legitimação dos privilégios de determinadas classes sociais sobre outras. Vale dizer: ***a ideologia será um instrumento crucial no processo histórico da exploração do homem pelo homem***. Corroborando essa idéia o fato de que é justamente em “*A Ideologia Alemã*”, que Marx e Engels(op.cit.) estabelecem a *teoria do materialismo histórico*, procurando fundamentar cientificamente suas críticas às tendências ideológicas burguesas. Na verdade, os autores criam uma *nova concepção do processo histórico* e tem no termo *ideologia* a questão-chave representada pela primeira formulação do materialismo histórico, conforme Gorender (1998). Na mesma obra, indica o mencionado autor, o sentido de ideologia dado por Marx e Engels(op.cit.) em “*A Ideologia Alemã*”:

Por conseguinte, a ideologia pertence ao âmbito do que Marx chamou depois de superestrutura. Tanto ele quanto Engles, em toda sua obra posterior, empregaram o termo sempre no sentido exposto em ***A Ideologia Alemã***. Conquanto fizessem numerosas análises extremamente ricas de formas e manifestações da ideologia, o sentido fundamental não mudou. Ou seja, o da ideologia ***enquanto***

**consciência falsa, equivocada, da realidade. Porém consciência necessária aos homens em sua convivência e em sua atividade social.** Consciência falsa que não resulta de manipulação calculista, de propagandismo deliberado, mas da necessidade de pensar a realidade sob o enfoque de determinada classe social, no quadro das condições de sua posição e funções, das suas relações com as demais classes etc. manipulação e propagandismo têm sua matriz na ideologia, como **traduções** a níveis culturais inferiores e para enfrentamento de injunções imediatistas. (GORENDER, 1998, XXII, grifo nosso).

Na verdade, já no prefácio de “*A Ideologia Alemã*”, os autores chamam atenção juntamente o papel nocivo que a ideologia burguesa exerce sobre os homens pertencentes às classes sociais dominadas:

Até agora, os homens sempre tiveram idéias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus, do homem normal etc. **esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto de dominá-los completamente. Criadores, inclinaram-se diante de suas próprias criações. Livremo-los, pois, das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jogo dos quais eles se estiolam. Revoltemo-nos contra o domínio dessas idéias.** (MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 03, grifo nosso).

Torna-se clara a idéia de que em qualquer momento da história e em qualquer espaço, a ideologia das classes dominantes prevalecerão retirando, ou ao menos reduzindo, as possibilidades de articulações de cooperação entre os menos favorecidos pelo sistema social vigente. Pode-se apoiar em alguns outros conceitos desenvolvidos pelos autores da “*A Ideologia Alemã*” para se melhor entender tal processo.

Partindo-se do conceito de *modo de produção*, noção considerada fundamental na análise marxista, pode-se entender melhor o papel desempenhado pela ideologia na legitimação do domínio de classes sobre classes. Por *modo de produção* entende-se a junção das *forças produtivas* e das *relações de produção* em uma dada sociedade. As *forças produtivas*, por sua vez, são o somatório dos *meios de produção* (matérias-primas e instrumentos de produção) mais a *força de trabalho*. As *relações de produção* são as relações que os homens estabelecem entre si no processo produtivo. Esse processo inclui não só relações entre indivíduos, mas também as relações deles com as forças produtivas – se eles são proprietários da terra ou dos meios de produção, por exemplo, ou se recebem salários para usar meios que pertencem a outras pessoas. O *modo de produção* representa, na verdade, a maneira como uma sociedade é organizada para produzir bens e serviços.

Ora, no sistema capitalista, o operário é detentor apenas de sua força de trabalho, que é ideologicamente estabelecido com o mesmo status de qualquer outra mercadoria, sendo necessário para ele vender a sua única propriedade (o seu trabalho) para ter acesso a outras mercadorias. Todo o processo de extração de riqueza do trabalhador só se torna possível porque ele finda por acreditar que esse sistema é de alguma forma justo, mas essa crença não é outra coisa senão fruto das influências da ideologia dominante.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (op.cit.) são contundentes na elucidação do processo de domínio da ideologia burguesa sobre o operário. Abaixo transcreve-se algumas passagens que não deixam dúvidas quanto a esse poder nocivo da ideologia sobre as classes exploradas.

Primeiramente os autores mencionados chamam a atenção sobre a prevalência da vida sobre as formas de construção da consciência:

“[...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 20)

Marx e Engels (op.cit.) fala que a linguagem é tão antiga como a consciência e procura mostrar as relações entre elas a partir de necessidades entre os homens:

“[...] a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens.” (MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 24).

Neste sentido, os autores mostram também que a consciência é um produto social:

“[...] é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência da natureza que se ergue primeiro em fase dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação à qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza). (MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 25).

E Complementa:

“[...] Por outro lado, a consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade.” (MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 25).

Os autores findam por mostrar o processo de domínio da ideologia burguesa sobre o operário, nas palavras dos pensadores:

[...] O poder social, isto é , a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária, mas sim natural; ela lhes aparece, ao contrário, como uma força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde ela vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, tão independente da vontade e da marcha da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade. (MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 30).

Ainda explicando Marx e Engels(op.cit.) sobre a influência dos pensamentos da classe dominante:

[...] Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação.(MARX E ENGELS-1845, 1998, p. 48).

É natural que no contexto refletido pelas citações acima, houvesse, no sistema capitalista forte domínio ideológico capaz de reduzir ou mesmo eliminar as possibilidades de cooperação entre os operários e os demais integrantes do proletariado. Assim, buscou-se explicitar, mesmo que de forma sumária, a contribuição de Marx e Engels(op.cit.), contida em “*A Ideologia Alemã*”, tanto na elaboração de um conceito mais rigoroso de *ideologia*, bem como quanto ao papel crucial que a mesma exerce sobre o processo histórico que tem determinado as formas de exploração do homem pelo homem.

#### **2.6.2.2. A Contribuição de Outros Autores sobre O Papel da Ideologia**

Outros autores também mostraram que a função da ideologia é manter e justificar as estruturas sociais existentes. A ideologia dominante é desenvolvida exercida através de vários entes numa sociedade capitalista, entre eles: religiosos, políticos, artísticos, na

indústria cultural e até na ciência. Vale transcrever a noção de ideologia estabelecida por Karl Mannheim(1986):

[...] As ideologias são as idéias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com frequência motivos bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são, na maior parte dos casos, deformados. A idéia do amor fraterno cristão, por exemplo, permanece, em uma sociedade fundada na servidão, uma idéia irrealizável e, neste sentido, uma idéia ideológica, mesmo quando o significado pretendido constitui, em boa-fé, um motivo da conduta do indivíduo. É impossível viver harmoniosamente, à luz do amor fraterno cristão, em uma sociedade que não se acha organizada sob o mesmo princípio. (MANNHEIM, 1986, p.218)

Como elucidado por Karl Mannheim(op.cit.), os indivíduos são levados a renunciar aos seus próprios objetivos:

O indivíduo se vê, em sua conduta pessoal, sempre forçado – na medida em que não recorre à ruptura da estrutura social existente – a renunciar a seus motivos mais nobres. O fato de que esta conduta ideologicamente determinada sempre fique aquém de sua significação pretendida pode apresentar-se sob várias formas – e correspondendo a estas formas existe toda uma série de tipos possíveis de mentalidade ideológica. Podemos ter, como o primeiro tipo desta série, o caso em que o indivíduo – que pensa e concebe – se ache impedido de tomar consciência da incongruência de suas idéias com a realidade em virtude do corpo total de axiomas implicado em seu pensamento, histórica e socialmente determinado. (MANNHEIM, 1986, p.218)

Uma outra faceta da ideologia é mostrada pelo autor é “mentalidade hipócrita”, que tem como objetivo estabelecer o logro consciente:

Um segundo tipo de mentalidade ideológica é a “mentalidade hipócrita”, que se caracteriza pelo fato de que, historicamente, tenha a possibilidade de desvendar a incongruência entre suas idéias e suas condutas, mas, em vez de o fazer, oculta estas percepções, em atenção a determinados interesses vitais e emocionais. Como um tipo final, existe a mentalidade ideológica que se baseia no logro consciente, em que se deve interpretar a ideologia como sendo uma mentira deliberada. Neste caso, não estamos tratando com a auto-ilusão, mas antes com o enganar deliberadamente outra pessoa. (MANNHEIM, 1986, p.218-219)

Em resumo, e nas próprias palavras do autor, verifica-se que a ideologia perpassa vários estágios:

Existe um número infundável de estágios transacionais variando desde a mentalidade bem intencionada situacionalmente transcendente, passando pela “mentalidade hipócrita”, até a ideologia no sentido de mentiras conscientes. Nesta altura, não há necessidade de nos ocuparmos ainda mais com estes fenômenos. É entretanto necessário chamar a atenção para cada um destes tipos, a fim de perceber com maior clareza a peculiaridade do elemento utópico quanto a este aspecto. (MANNHEIM, 1986, p.218-219)

Eagleton (1997) também procurou delinear alguns aspectos históricos do conceito de ideologia, entendendo que a finalidade mais importante da teoria da ideologia seria libertar as pessoas da opressão da ideologia. O autor enfatizou que o conceito é de difícil definição, possuindo amplo espectro de significados históricos e que tentar estabelecê-lo sob alguns sentidos específicos não tem sido um caminho bem sucedido.

Seja no sentido de determinação social do pensamento ou no sentido de disposição de *falsas idéias*, o termo ideologia deixa escapar dimensões importantes do conceito que encerra. O autor demonstra ceticismo relativamente aos argumentos essencialistas a respeito de ideologia (dos historicistas, da doutrina semiótica e da visão sociológica), chegando a declarar que: “*Todas as perspectivas [essencialistas] contêm um âmagô de verdade mas, tomadas isoladamente, mostram-se parciais e falhas*”. O autor propõe que a ideologia “*É antes uma questão de discurso que de linguagem – mas uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal*”. O autor conclui, finalmente, que a teoria da ideologia deve estimular a luta política, verdadeiro processo de libertação da opressão ideológica.

[...] quando homens e mulheres, engajados em formas locais, inteiramente modestas de resistência política, vêm-se trazidos, pelo ímpeto interior de tais conflitos, para o confronto direto com o poder do Estado, é possível que sua consciência política seja definitivamente e irreversivelmente alterada. Se uma teoria da IDEOLOGIA tem algum valor, este consiste em auxiliar no esclarecimento dos processos pelos quais pode ser efetuada praticamente tal libertação diante de crenças letais. (EAGLETON, 1997, p.194).

Louis Althusser (1996) representa uma outra contribuição extremamente importante para os fins buscado neste trabalho – qual seja: examinar o papel da ideologia dominante em determinados espaços da Região Nordeste sobre as possibilidades de articulação de agricultores familiares - considerando-se que ele estabelece a idéia de *aparelhos ideológicos*, o que certamente tende a auxiliar na execução de uma pesquisa empírica sobre o assunto.

Segundo Althusser (op.cit.) a ideologia tem uma *existência real* e uma *existência material*, sendo que o autor considera que o *imaginário* também pode ser real, atentando para o fato de que o que se imagina é real para quem imagina. Foi dessa constatação que o

autor concebeu o conceito de “*aparelhos ideológicos de Estado*”, entendidos como certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições específicas. Como ilustração de potenciais aparelhos ideológicos do Estado pode-se citar: instituições religiosas, escolares, familiares, sindicais, culturais, jurídicas, políticas, informacionais, culturais, etc. Ressalte-se que a função dessas instituições (“*aparelhos ideológicos do Estado*”) é manter a estrutura do poder do Estado.

### **2.6.2.3. A Ideologia Dominante e Processo de Cooperação entre os Agricultores Familiares**

Pode-se inferir a partir da literatura discutida nas seções anteriores o forte papel exercido pela ideologia sobre as classes dominadas, que refletem as estratégias de exploração do homem pelo homem. Marx mostrou a partir do conceito de modos de produção, que a forma de exploração entre os homens foi, com o passar do tempo, assumindo características cada vez mais sutis, saindo de sistemas escravistas, onde havia relações de subordinação pela força explícita e chegando, no sistema capitalista, numa relação proveniente das esferas produtivas em que o operário tem a “ilusão de justiça” por poder vender sua força de trabalho (única propriedade) para poder ter acesso a outras mercadorias. Na verdade, a força de trabalho é a grande geradora de riqueza e a posse dos meios de produção, pelos capitalistas, em nada serviria para gerar riquezas sem a “contribuição” dos trabalhadores.

Nesse sistema, a força ideológica torna-se crucial para a manutenção do status quo. Não é de surpreender, portanto, que qualquer iniciativa objetivando o aumento da cooperação entre os trabalhadores ou entre os agricultores familiares, seja extremamente desestimulada pelos mecanismos ideológicos vigentes. Em particular, na Região Nordeste, onde prevaleceu e prevalece ainda em vários municípios uma ideologia de “*coronelismo*”, o papel perverso da ideologia dominante deve se fazer ainda mais forte. Desconhecer esse fato pode significar reduzir as possibilidades de êxito das políticas públicas que visem melhorar o nível de articulação entre os agricultores familiares.

### 2.6.3. Aspectos Sociológicos no Processo de Cooperação entre Agricultores Familiares

#### 2.6.3.1. Conceitos e Reflexões sobre A Cooperação Entre Agricultores Familiares a Partir da Sociologia Urbana

Antes de se discutir as conseqüências de algumas idéias e conceitos próprios da sociologia urbana sobre o processo de cooperação entre agricultores familiares, convém explicitar o *conceito de cidade* utilizada por Wirth (1967):

“Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos.” (WIRTH, 1967, p. 104).

Na verdade, as cidades funcionam como lócus gerador de tendências massificantes sobre os atores sociais de uma maneira geral. Deve-se, no processo de análise das possibilidades de cooperação dos agricultores familiares, levar em consideração a influência de elementos urbanos, e particularmente o metropolitano, que interferem nas relações sociais entre os indivíduos. As cidades, reais e imaginárias – criadas pelos veículos de comunicação de massa – findam por dominar elementos motivadores dos atores sociais, acentuando, em muitas circunstâncias o sentimento de individualismo e de desconfiança e dificultando, dessa forma, esforços dirigidos na busca de articulações de cooperação entre os mesmo.

Vale observar que nas cidades ocorre uma “luta” do indivíduo na busca de autonomia em face dos processos massificantes a que está exposto. Simmel (1967) assim releva esse aspecto:

**Os problemas mais graves da vida moderna** derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das **esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura extrema e da técnica de vida.** (SIMMEL, 1967, p.13, grifo nosso).

[...]Todas as relações emocionais íntimas entre pessoas são fundadas em sua individualidade, ao passo que, nas relações racionais, trabalha-se com o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente. (SIMMEL, 1967, p.15).

Otávio Velho(1967) chama a atenção para o fato de que a interferência dos conflitos de interesses econômicos, políticos e ideológicos que tomam como palco as cidades no imaginário dos atores sociais, é fato que se mostra de grande importância desde a Revolução Industrial, conforme transcrição abaixo.

[...] a cidade sempre é considerada como o locus de convivência das grandes correntes e interesses econômicos, políticos e ideológicos. **E se anteriormente à Revolução Industrial tal se dava sobretudo como instrumento do poder social por excelência que ainda residia no campo e que imprimia profundamente sua marca sobre a própria cidade, com a Revolução Industrial desloca-se efetivamente o centro real do poder, o que inverte a tendência básica**, fazendo com que o ‘modo de vida urbano’ – e mais ainda o ‘metropolitano’ – levada pela técnica moderna, pelos meios de comunicação e de transporte, vá tendendo a permear cada vez mais todos os níveis da vida social nos mais remotos rincões do globo. (VELHO, 1967, p.10, grifo nosso).

O autor ainda ressalta que:

Assim, mesmo aqueles que não aceitam a primazia explicativa do urbano como tal concordam com a importância da categoria inclusive de sociedade urbano-industrial, *em que* ‘o industrial’ permite *ao* ‘urbano’ atualizar todas as suas virtualidades, em oposição à sociedade agrária tradicional, em que ocorre o inverso. Para o estudo da cidade isso implica que se abandone a caracterização ‘abstrata’ do urbano e que, descendo mais ao concreto e ao histórico, aceite-se, como ponto de partida uma distinção básica entre cidades inseridas em sistema pré-industriais e industriais, em todas as suas variantes organizacionais. (VELHO, 1967, p.10).

Essas idéias de contextualização espacial (no caso nas cidades), no presente trabalho, em territórios específicos, são importantes para uma melhor compreensão sobre a cooperação entre agricultores familiares. Abaixo seguem um conjunto de idéias e conceitos associados com a sociologia urbana que mostram-se úteis para os objetivos pretendidos neste trabalho.

- **A transição para os centros urbanos e a Desconfiança Impeditiva da Cooperação**

O sentimento de isolamento e individualismo dos indivíduos nas cidades, e mais ainda nas grandes metrópoles, finda por reduzir as possibilidades de interação cooperativa entre os mesmos, conforme acentua Wirth (1967) no trecho transcrito abaixo.

O aumento do número de habitantes de uma comunidade para mais de algumas centenas obrigatoriamente limitará a possibilidade de cada um dos membros da comunidade conhecer pessoalmente todos os outros. Max Weber, reconhecendo o significado social desse fato, salientou que, do ponto de vista sociológico, os grandes números de habitantes e a densidade do agrupamento significam que as relações de conhecimento pessoal mútuo entre os habitantes, inerentes a uma

vizinhança, estão faltando. O aumento do número, pois, envolve uma modificação no caráter das relações sociais. (WIRTH, 1967, p. 108).

Naturalmente, dentro da esfera produtiva de pequenos produtores urbanos a mentalidade formatada pela ambiência e vivência nos centros urbanos tende a prejudicar processos de cooperação entre eles. Dessa forma, tornam-se limitadas as possibilidades de rateios de custos comuns a determinados núcleos produtivos relativamente, por exemplo, a esforços de marketing, treinamento da mão-de-obra, compartilhamento de equipamentos, máquinas e construções civis, entre outras possibilidades, inclusive de aumento do poder de barganha desses produtores sobre governos, instituições oficiais, fornecedores e clientes. A base dessa “desconfiança impeditiva da cooperação” pode estar vinculada à mencionada tendência de redução do conhecimento mútuo entre as pessoas nos centros urbanos.

Torna-se necessário, portanto, considerar, no âmago de qualquer política pública dirigida para os aglomerados produtivos locais de pequenos produtores, o peso de tais limitações aos processos de cooperação que visem ao aumento das possibilidades de sucesso de núcleos produtivos. Urge, conseqüentemente, considerar a análise sociológica, extrapolando o bojo das preocupações essencialmente economicistas que tendem a prevalecer nas iniciativas do setor público de apoio aos mencionados núcleos produtivos.

Considerando-se, em muitos outros casos, as potencialidades de atividades desenvolvidas em núcleos produtivos locais como forma de superação de estágios econômicos precários, podendo-se, inclusive, a partir dos mesmos, impulsionar a geração de emprego e renda, tem-se que desenvolver esforços no sentido de organizar os agricultores familiares de modo a superar as limitações inerentes aos indivíduos isolados. Valendo lembrar Wirth (op.cit.), quando menciona que: “O indivíduo, portanto, somente se torna eficaz agindo através de grupos organizados”. (WIRTH, 1967, p.122, grifo nosso).

- **Urbanização**

O fenômeno urbanismo deve ser apreendido enquanto processo geralmente associado à intensificação da industrialização ou o crescimento demográfico acelerado, mas não

apenas limitado aos resultados diretos desses fenômenos. O fato é que o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, segundo Wirth (op.cit.).

A passagem de uma economia rural-agrícola para uma economia industrial, estabelece a expansão das cidades e a criação de novas aglomerações. A transformação da atividade econômica enseja um complexo conjunto de implicações sobre as vidas dos indivíduos urbanos. Muitas vezes com a industrialização das cidades, que passam de uma economia rural agrícola para um processo de desenvolvimento capitalista, gera-se uma expansão da cidade e um grande excedente habitacional, gerando, como conseqüência, uma necessidade de organização como: saneamento básico, serviços da saúde, etc. A explosão demográfica urbana, verifica-se, em geral, em três momentos:

a) o primeiro momento, a urbanização é conseqüência direta da industrialização, a cidade modifica-se de diversas formas; órgãos administrativos, vias de comunicação, classe média e operária que procuram os subúrbios e favelas devido a limitação de habitações, a cidade não é mais uma entidade espacial bem definida;

b) o segundo momento, observa-se uma crescente terceirização do setor industrial e redução da população agrícola ativa.

c) o terceiro momento, junto com a urbanização é também verificado o desenvolvimento urbano – onde está incluído o desenvolvimento econômico, organização técnica, social e administrativa da cidade.

Vale ressaltar que todas as mudanças ocasionadas pelo urbanismo findam por acarretar problemas sociais, particularmente os relacionados com a estrutura do relacionamento das pessoas: mudam-se os relacionamentos com a comunidade e a vizinhança: há estratificação social; redução da família, mudanças de estilos de vida e transformações políticas.

- **Competição e Cooperação**

Conforme já definido na introdução deste trabalho, o conceito de competição refere-se à disputa entre pessoas (ou grupo de pessoas organizadas em instituições formais ou informais), que tentam maximizar suas vantagens, mesmo que às expensas dos demais. Já o conceito de cooperação foi definido como o desenvolvimento de esforços coordenados por pessoas (ou grupo de pessoas organizadas em instituições formais ou informais) visando-se atingir objetivos comuns.

Dos conceitos explicitados acima, emergem duas questões relacionadas a essas idéias: a competição é necessariamente nociva? E qual delas, cooperação ou competição, tende a prevalecer nas sociedades urbanas?

Sociológicos, como Herbert Spencer (conforme Johnson (1997)), consideravam a competição um mecanismo necessário para promover o progresso social, opinião esta que concordava em grande parte com o sistema capitalista então emergente, aproximando-se, inclusive da metáfora da “mão invisível”, que dizia que na busca de seus próprios interesses individualistas os atores sociais terminavam por promover o bem-estar geral da coletividade. A Escola de Chicado também enfatizou o papel da competição nos padrões de crescimento urbano, à medida que vários grupos étnicos, raciais e de classe, entre outros, competem por espaço e Max Weber considerava a competição uma forma pacífica de conflito. Contrariamente, Karl Marx, em sua crítica ao capitalismo, argumenta que a competição entre capitalistas, entre trabalhadores e entre capitalistas e trabalhadores eram as principais causas da contradição. Na abordagem marxista fica, portanto, a idéia de que a competição própria do sistema capitalista provoca conseqüências claramente negativas, particularmente as relacionadas com a exploração da classe trabalhadora e a falta de consciência e unidade dessa classe quanto à sua subordinação.

De forma geral, pode-se inferir, a partir do que foi mencionado relativamente ao pensamento dos autores citados acima, que a competição, e não a cooperação, marca profundamente a sociedade capitalista, restando a idéia de que os atores sociais nesse

sistema são induzidos constantemente a uma disputa sem fim. É claro que nesse ambiente as tentativas de estabelecimento de cooperação entre as classes exploradas tendem a ser mais dificilmente construída.

- **Socialização e Interação**

Como mencionado acima, a socialização pode ser compreendida como sendo um *processo de aquisição de conhecimentos, padrões, valores, símbolos, compreendendo também a aquisição, durante toda a vida do indivíduo, de maneiras de agir, pensar e sentir próprias dos grupos, da sociedade, da civilização em que o indivíduo vive*. O processo de socialização, conforme discutido, relaciona-se também com o *processo de interação*, outro importante conceito sociológico que indica **quando pessoas agem em relação recíproca em um contexto social**. No *conceito de interação* estabelece-se uma distinção entre ação e comportamento. O *comportamento* inclui tudo que o indivíduo faz, de se movimentar, correr, escrever um romance ou jogar futebol. Na *ação*, contudo, é um comportamento intencional e considera-se a maneira de como outras pessoas o interpretarão e a ele reagirão. Na interação social, percebemos outras pessoas e situações sociais e, baseando-nos nelas, elaboramos idéias sobre o que é esperado e os valores, crenças e atitudes que a ela se aplicam. Nessa base, resolvemos agir de maneiras que terão os significados que queremos transmitir, conforme explica Johnson (1997). Segundo este autor, ao ilustrar o que pretende dizer sobre *interação*, ele menciona que:

[...] quando entramos em uma loja, por exemplo, grande parte do que fazemos baseia-se no reconhecimento de que estamos em uma situação de comércio e no conhecimento de que se espera dos vários atores que participam dessas situações. E é **esse processo mental radicado em significado que distingue ação de comportamento e que ocupa lugar central na interação como processo social**. O método geral para compreender o que fazemos em termos do significado que atribuímos ao nosso comportamento e ao nosso semelhante é conhecido como **teoria da ação**. O desenvolvimento dessa teoria está ligado principalmente a Max WEBER e ao conceito que propôs de *verstehen* (“compreensão”, em alemão). Argumentava Weber que não podemos compreender o que pessoas fazem sem ter alguma idéia de como elas, de forma subjetiva, interpretam seu próprio comportamento. Esse **insight** básico pede aos sociólogos que incluam a **empatia no método que usam para compreender a vida social**, juntamente com outros métodos científicos mais objetivos. [...] (JOHNSON, 1997, p.131, grifo nosso).

É forçoso admitir, a partir do que foi comentado acima, que o processo sociológico de *socialização* e *interação* encontram-se fortemente influenciados pelo ambiente em que um indivíduo se desenvolve. Sendo assim, os indivíduos estabelecidos nos centros urbanos recebem um processo de socialização e interação próprias desses ambientes. Ou seja, tendem a se tornarem pessoas individualistas, característica marcante da *urbanização*. Dessa forma os centros urbanos, diferentemente da vida nos meios rurais, refletem um estilo de vida em que cada indivíduo tende a ser centrado em si próprio, onde o zelo por suas coisas particulares findam por prevalecer sobre o zelo que tem pelas coisas de interesse comum. Neste ambiente, há claras limitações aos processos de cooperação entre os indivíduos, sejam trabalhadores, pequenos proprietários ou burgueses.

Os conceitos de socialização e interação estabelecidos nos centros urbanos das sociedades capitalistas tendem, pelo que foi comentado acima, a acirrar ainda mais o sentimento de disputa próprio do sistema capitalista. Isso significa que uma compreensão mais profunda dos fatores psíquicos, antropológicos e sociológicos, se fazem extremamente necessários quando se deseja que políticas públicas – ou mesmo iniciativas privadas provenientes de organizações não-governamentais, por exemplo – almejem a melhoria do nível de cooperação entre agricultores familiares, objetivando a elevação de sua eficiência econômica, social e política.

Todavia, resta deixar claro que as possibilidades de competição ou cooperação entre indivíduos e grupos, em situações específicas, constituem questões sociológicas importantes porquanto cobrem um largo espectro – desde a maneira como indivíduos interagem em situações íntimas e dentro da estrutura da economia local, nacional e mundial, quando se envolvem relações entre países. Sustentando esse argumento, pode-se apontar os componentes universais da sociologia – que também o são da sociologia urbana – e que segundo Vila Nova (2004), são os seguintes:

Uma **população** localizada em um **ambiente natural** delimitado (território) acrescentado de um **ambiente cultural** criado de acordo com um **sistema de conhecimentos e técnicas**, sendo essa população organizada segundo um **sistema de símbolos, valores e normas** compartilhadas intersubjetivamente, diferenciada através de um **sistema de posições e papéis** e um **sistema de grupos e categorias**, e, finalmente, satisfazendo a suas necessidades segundo um sistema de **instituições**. (VILA NOVA, 2004, p.219, grifo nosso).

## **2.7. A relevância do Capital Social na Cooperação**

### **2.7.1. - Por que se tem valorizado tanto o capital social ultimamente?**

Diante de todo o passado vivido na extensão rural brasileira verifica-se a necessidade de ações governamentais e não-governamentais para alavancar uma nova extensão rural. Além de ser uma necessidade brasileira, isso é uma realidade verificada também no nordeste brasileiro, uma das regiões mais pobres do país com mais de 50 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (2005), e sabe-se que parte dessa população já migrou de suas cidades de origem e está localizada nos grandes centros (provocando as favelizações pelo êxodo rural). Por certo, existe ainda uma grande população localizada em regiões do sertão e semi-árido onde a qualidade de vida é indesejável e os indicadores sociais são alarmantes.

Verifica-se, então, porque a emergência de estudos/ações que possibilitem um incremento de *Capital Social*. Esse tem um papel importante para impulsionar a comunidade provocando o Desenvolvimento Local uma vez que é através do *Capital Social* que se pode verificar o desenvolvimento de todos os atores envolvidos.

### **2.7.2. Uma concisa visão do que é Capital Social**

#### **2.7.2.1. O Que é Capital Social**

Augusto Franco (2001), em seu livro sobre o *Capital Social*, diz que o conceito foi descrito pela primeira vez por *Aléxis de Tocqueville* (1835,1840), porém quem usou o termo foi *Lyda Hanifan* (1916). E só em 1972 é que Capital Social foi empregado pelo sociólogo *Ivan Light* (1972) e o economista *Glenn Loury* (1977,1987) para analisar questões concretas de desenvolvimento.

O *Capital Social* seria a riqueza, os recursos, ou melhor todo o investimento feito em um ser humano para seu desenvolvimento intelectual, financeiro e até moral, na sociedade. Assim, o capital social se forma ao longo de toda a existência de um ator inserido em uma

sociedade. Esse desenvolvimento ocorre através de relacionamentos sociais, de vizinhança, de toda a *rede de relações*<sup>14</sup> que o indivíduo inserido na sociedade constrói ao longo de sua vida.

Diante desta reflexão, os pensadores que mais se destacaram na definição do conceito de capital social foram os sociólogos *Pierre Bourdieu*, *James Coleman* e, freqüentemente citado, também o economista *Putnam*, todos muito considerados na literatura sobre o assunto. Atualmente, o conceito de capital social é empregado crescentemente por cientistas políticos, pesquisadores sociais e, sobretudo por *policy makers* (fazedor de política), que se baseiam no material teórico dos pensadores citados acima.

Porém o conceito de Capital Social é, originalmente, um conceito tocqueviliano segundo Franco (op.cit.).

A nascente democracia americana, aos olhos de Tocqueville, era já uma democracia radicalizada, na qual o conceito contemporâneo de cidadania política, como direito e responsabilidade do cidadão, estava antecipatoriamente presente [...] Capital Social é um conceito tipicamente americano. Tocqueville reconheceu que a América é um país do mundo em que se tirou partido da associação e em que se aplicou esse poderoso meio da ação a uma diversidade maior de objetos. (TOCQUEVILLE, 1840, p.219 apud FRANCO, 2001, p.78).

Outro pensamento complementar ao conceito é visto em Francisco Herreros e Andrés de Francisco(2001) citando Coleman e Bourdieu ambos definem capital social como:

“[...] um conjunto de recursos disponíveis para o indivíduo derivados de sua participação em **redes sociais**.” (HERREROS e FRANCISCO, 2001, p.06, grifo nosso, tradução nossa).

Os autores apresentam a visão de Coleman para o capital social :

“O **Capital Social** se **caracteriza** por: (consiste em) algum aspecto da estrutura social e facilita certas ações de indivíduos que estão situados dentro dessa estrutura.” (HERREROS e FRANCISCO, 2001, p.06, grifo nosso, tradução nossa).

E expõe a definição de Bourdieu sobre capital social onde enfatiza a uma rede de relações quando define o Capital Social como sendo:

“[...] agregado dos recursos reais e potenciais que estão unidos as posições de uma rede duradoura de **relações** mais ou menos institucionalizadas de

---

<sup>14</sup> Bourdieu (1998) in: NOGUEIRA, Maria Alice e ATANI, Afrânio (1998).

reconhecimento mútuo.” ( HERREROS e FRANCISCO, 2001, p.06, grifo nosso, tradução nossa).

E isso fica mais evidente nas transcrições abaixo:

O **Capital Social** é [...] uma “pertencencia” (sentir pertencente) a um grupo. Isso proporciona e possibilita estar em uma base da solidariedade.”(BOURDIEU, 1998, p.83, grifo nosso, tradução nossa).

O **Capital Social** é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma **rede durável de relações** mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p.83, grifo nosso, tradução nossa).

A definição de Putnam (2001) sobre o capital social dá uma visão sobre a **ação coletiva** e as **responsabilidades políticas**:

**Capital Social**: inclui elementos que podem ser ‘adscritos’ a um enfoque próprio dos estudos de cultura política, mas também elementos similares aos empregados por os autores do enfoque estrutural se puder interpretar que determinadas características dos cuidados, como a posição de virtude cívica, é capital social e é nesse sentido que a análise encaixaria em o marco da cultura política. (PUTNAM, 2001, p.90, tradução nossa).

“O **Capital Social** consiste normalmente em vínculo sociais, normas e confiança transferível de um marco social a outro.” (PUTNAM, 2001, p.94, tradução nossa).

Assim, o objetivo do capital social é o de agregar fatores econômicos e sociais, e a estes, por sua vez, não se limita o conceito, como reforça Coleman (2001):

É o de incorporar o princípio das ações da economia à análise dos sistemas sociais propriamente ditos, que incluem aos sistemas econômicos mas a eles não se limitam [...].(COLEMAN, 2001, p.50, tradução nossa).

O que é também relevante no capital social são as **redes de ligações** que segundo Bourdieu (1998), elas endossam o investimento social:

A **rede de ligações** é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas ou institucionalmente garantidas. (BOURDIEU, 1998, p.68)

O *Capital Social* seria o desenvolvimento/investimento feito nos indivíduos inseridos na sociedade. Dessa forma, temos: o *capital humano* - que é o investimento feito no indivíduo, como estoque de conhecimento/estudo, o *capital físico* - o investimento em coisas tangíveis como máquinas, equipamentos etc, o *capital cultural* - todo o conhecimento do indivíduo e o *capital econômico/financeiro* - o estoque do patrimônio/dinheiro.

A relação entre o capital social, capital humano, capital físico e capital cultural é que eles estão interligados, não são excludentes e um depende do outro.

Portanto, mais investimento em *Capital Humano*, seria de grande consequência para a sociedade, segundo o sociólogo Anthony Giddens (2005) abordando sobre *capital humano*:

Se convém evitar que as divisões globais se aprofundem ainda mais, então é necessário, não somente nas nações em desenvolvimento, mas também nas industrializadas, que se faça mais investimento em ‘**capital humano**’ – **saúde pública, educação e treinamento**. O principal desafio para o século XXI é **assegurar que a globalização beneficie as pessoas em todos os lugares**, não somente os que encontram numa privilegiada posição. (GIDDENS, 2005, p.78, grifo nosso).

Coleman (2001) diz que: “*O conceito demonstra que o Capital Social na família e na comunidade contribuem para a formação de Capital Humano*”. E Putnam (2001) argumenta que todos os “*capitais*” são complementares:

“O **Capital Físico, Capital Financeiro, Capital Humano e Capital Social** são complementares, não alternativas excludentes.” (PUTNAM, 2001, p.99, grifo nosso, tradução nossa).

#### **2.7.2.2. A Visão dos Principais Pensadores - Coleman, Bourdieu e Putnam - sobre Capital Social**

Coleman (op.cit.) aponta alguns argumentos sobre o *Capital Social* que seriam as redes sociais onde os atores envolvidos poderiam construir informações gerando assim uma confiança mútua entre as partes envolvidas. Esse sistema de confiança possibilitaria

normas sociais cooperativas, provocando, deste modo, relações; as redes estáveis e relações interpessoais. Portanto as *relações sociais* são a base fundamental para o capital social, o autor afirma a importância delas na construção do desenvolvimento social.

“Uma forma importante de *Capital Social* é o potencial de informação inerente as relações sociais. A informação é importante porque proporciona uma base da ação.” (COLEMAN, 2001, p.59, tradução nossa).

“O *Capital Social* é importante para o desenvolvimento intelectual dos filhos.” (COLEMAN, 2001, p.67, tradução nossa).

“O *Capital Social* da família constitui as relações entre filhos e pais, e medir a força das relações entre pais e filhos como medida de *Capital Social*.” (COLEMAN, 2001, p.68, tradução nossa).

Bourdieu (2001) apresenta sua contribuição no Capital Social enfocando principalmente o Capital Cultural (que seria uma junção entre a educação e a cultura, seu ponto de vista é, especialmente no que interessa à distribuição de capital cultural e à manutenção da ordem social). O Capital Cultural que é a educação é apresentado sobre três formas: no *estado incorporado* – sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado* – sob a forma de bens culturais e no *estado institucionalizado* – sob a forma de objetivação.

O *Estado Incorporado* - A acumulação de *Capital Cultural* exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor. [...] O *Capital Cultural* é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um habitus. [...] A transmissão do *Capital Cultural* é, sem dúvida, a forma mais dissimulada da transmissão hereditária do capital; por isso, no sistema das estratégias de reprodução, recebe um peso tanto maior quanto mais as formas diretas e visíveis de transmissão tendem a ser mais fortemente censuradas e controladas.” (BOURDIEU, 1998, p.74)

“O *Estado Objetivado* - O *Capital Cultural* objetivado em suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., é transmissível em sua materialidade.” (BOURDIEU, 1998, p.77)

O *Estado Institucionalizado* - Ao conferir ao *Capital Cultural* possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre os diplomados e, até mesmo, sua “permuta”; permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o *Capital Cultural* e o *Capital Econômico*, garantindo o valor em dinheiro de determinado *Capital Escolar*. (BOURDIEU, 1998, p.78-79).

Putnam (2001) apresenta uma visão mais economicista, enfatiza ao mesmo tempo os fatores que provocam o desenvolvimento econômico, considerando a importância do capital social nas relações (*redes sociais como um elemento crucial do capital social*) dos indivíduos que provocam benefícios sociais.

O *Capital Social* se refere a característica da organização social, como exemplo redes, normas e confiança, que facilitam a cooperação e coordenação em benefício mútuo. O *Capital Social* aumenta os benefícios da inversão em *Capital Físico e Humano*. (PUTNAM, 2001, p.90, tradução nossa).

“[...] O *Capital Social* incorporado em normas e redes de compromisso cívico parece ser uma pré-condição para o desenvolvimento econômico, assim, como para um governo efetivo.” (PUTNAM, 2001, p.93, tradução nossa).

“[...] O *Capital Social* também é importante para o desenvolvimento das economias ocidentais avançadas.” (PUTNAM, 2001, p.95, tradução nossa).

[...] Um estudioso Robert Lucas - economista, reconhece que a acumulação de capital humano é fundamentalmente uma atividade social, que implica um grupo de pessoas de uma maneira que não tem equivalente em uma acumulação de *capital físico*. (PUTNAM, 2001, p.96, tradução nossa).

Existem duas correntes que estudam o *Capital Social*, uma corrente é de aspecto economicista e a outra corrente é de visão sociológica, o importante é que essas duas correntes convergem; pois o principal consenso é que o capital social provoca mudanças na sociedade através das redes de relacionamentos/confiança e na cooperação e alcança todos os atores como cidadãos.

As divergências entre os principais autores são apresentadas por Aécio Matos (2004): quando ele cita que as abordagens de *Coleman* e *Putnam* têm um tratamento economicista, pois o conceito de capital social não é uma categoria objetiva e mensurável como categorias econômicas. Pois o sujeito é considerado nesta visão como algo que acumula e reproduz, “*determinada por escolhas racionais dos atores sociais no estabelecimento de estruturas de relações, instrumentalmente associadas e eficácia da ação coletiva.*”(MATOS, 2004). Matos (op.cit.) faz críticas a *Coleman* e *Putnam*, pelo desprezo que fazem às contribuições da sociologia moderna e pelo determinismo da história sobre a capacidade de organização de um povo, pontos condenados na sociologia.

Matos (op.cit.) afirma:

“Uma ferramenta que permitiria isolar as variáveis a serem manipuladas para produzir o desenvolvimento, numa perspectiva meramente funcionalista.” (MATOS, 2004).

Diferentemente de Bourdieu (1998) onde defende que o capital cultural não é um dado social, mas, uma rede de relações pontuadas em estratégias de investimentos.

As redes de vínculos é o produto de estratégias de inversão social destinadas de modo consciente ou inconsciente a uma instituição ou a reprodução de relação sociais utilizadas diretamente, a curto e longo prazo, a uma transformação de relação contingentes. (BOURDIEU, 1998, p.85)

### 2.7.2.3. Desenvolvendo o Capital Social

É possível desenvolver capital social. Tudo reforça a idéia de que um forte incremento de ações voltadas para o desenvolvimento de uma determinada comunidade pode e deve gerar um aumento do *capital social*, se empregado em uma determinada comunidade, provocando melhorias das possibilidades de *cooperação*.

A cooperação voluntária (por exemplo, associações de crédito rotativo) depende do *capital social*. As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a *cooperação* e a *confiança social* porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a *cooperação* futura. (FRANCO, 2001, p.93)

“A *cooperação* voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de *capital social* sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.” (PUTNAM, 1993, p.177, apud FRANCO, 2001, p.100, grifo nosso).

Pensando-se em agricultores familiares, que trabalhem em determinado arranjo produtivo qualquer e, que possam alavancar sua competitividade em um mundo globalizado, onde os pequenos quase sempre não têm chance se estão sozinhos. Nesse sentido, é que se fala de *cooperação*, uma *cooperação* que provoque o que Franco (2001) comenta:

Os estoques de *capital social*, como *confiança*, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de *cooperação*, *confiança*, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo. (FRANCO, 2001, p.93, grifo nosso).

A cooperação entre pequenos produtores deve ser encarada como elemento considerado fundamental para o sucesso econômico das atividades produtivas desenvolvidas em pequenas comunidades.

“Quanto mais elevado o nível de *confiança* numa comunidade, maior a probabilidade de haver *cooperação*.” (FRANCO, 2001, p.104, grifo nosso).

Putnam (op.cit.) reconhece a importância do *Capital Social*, e que deveria existir programas que combinem com os compromissos coletivos, sendo assim, isso é um reforço para ações governamentais ou não-governamentais para investir em capital social, onde provocaria mudanças na qualidade de vida dos atores envolvidos e elevaria os outros tipos de capital, pois sabe-se que o acréscimo de *capital humano* provoca melhorias na qualidade de vida de todos.

“Uma vez que reconhecemos a importância do *Capital Social*, deveríamos ser capazes de desenhar programas que combinem criativamente a eleição individual com o compromisso coletivo.” (PUTNAM, 2001, p.100, tradução nossa).

Uma outra lição que devemos tirar da pesquisa de uma forma de *capital humano*; não, pelo menos, em sentido estrito – mas como uma forma de *capital social* mesmo. Tanto que afirma: “Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante do que o *capital físico e humano*.” (PUTNAM, 1993, p.192, apud FRANCO, 2001, p.124).

Franco (op.cit.) apresentando os “Dilemas da ação coletiva” diz:

Robert Putnam parte dos chamados ‘dilemas da ação coletiva’, diante dos quais as partes envolvidas numa relação teriam a ganhar se cooperassem, mas não cooperam porque, não havendo um compromisso mútuo confiável entre elas, cada qual prefere desertar por oportunismo. (FRANCO, 2001, p.95).

Considerando-se a realidade nordestina, o *dilema da ação coletiva* – só vem a endossar a idéia de que *haverá uma tendência à não-cooperação entre os pequenos produtores em função da ideologia emanada do modo de produção capitalista e do processo histórico que sofreu, caracterizado por um colonialismo marcado pela exploração da mão-de-obra escrava e onde sempre predominou uma distribuição de terra caracterizada por grandes latifúndios, notadamente na Zona-Da-Mata e no Sertão nordestinos.*

Assim, é necessário que se pense a Extensão Rural em algo mais, com estratégias voltadas para os pequenos produtores enfocando temas como: agroecologia, agricultura familiar, economia solidária, educação no campo, desenvolvimento local, incubadas de cooperativas, associativismo, culturas populares, novas ruralidades, comércio justo, estudos de recepção e capital social. Tudo isso pode e deve provocar um desenvolvimento entre os pequenos produtores a partir da elaboração do Capital social e da cooperação entre eles, aspecto fundamental quando se pensa em competitividade de agricultores familiares.

## CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 3.1. – Escopo, Mérito e Limitações dos Resultados Obtidos

Privilegiando-se a percepção dos produtores familiares entrevistados, buscou-se nessa análise caracterizar as unidades produtivas investigadas, os principais problemas enfrentados pela floricultura tropical do Estado de Pernambuco, bem como as interações com os entes que compõem o entorno institucional do setor e as iniciativas vinculadas à cooperação, como meio de fortalecer a competitividade do setor.

Vale chamar a atenção para o fato de que, dada a natureza exploratória e qualitativa da presente pesquisa, não se pretendeu fazer um levantamento quantitativo (estatístico) da opinião dos produtores sobre os temas tratados no formulário e retratadas nas entrevistas (semi-estruturadas e não estruturadas) da presente pesquisa. Antes, pretendeu-se, como mencionado, obter a visão dos produtores entrevistados sobre quais os temas (ou questões) que poderiam ser considerados os mais relevantes dentro da floricultura tropical no Estado de Pernambuco.

O conjunto de produtores entrevistados<sup>15</sup>, foi selecionado, principalmente, a partir do *nível de estruturação e consolidação* que apresentavam por ocasião das entrevistas, que foram realizadas durante todo o primeiro semestre de 2008. Assim, considerou-se para os propósitos perseguidos no presente trabalho, como *estruturado* o produtor que conseguia controlar todo ciclo de produção e vendê-la no mercado, caso contrário o produtor foi considerado *não-estruturado*. Ou seja, esse produtor não conseguiu concluir o ciclo dos negócios das flores tropicais, ao não sistematizar os canais de distribuição necessários à sistematização de suas vendas. E considerou-se *consolidado* o produtor que já tenha realizado vendas para outros estados brasileiros ou para mercados internacionais, caso contrário o produtor foi considerado *não-consolidado*. Em outras palavras, produtor

---

<sup>15</sup> Todos os entrevistados dedicam-se a Floricultura Tropical, porém os mesmos também atuam em outras atividades rurais ou urbanas.

*consolidado* já adquiriu maturidade suficiente para exportar a sua produção atendendo, conseqüentemente, aos requisitos de eficiência e qualidade necessária para atender os requisitos de qualidade produtiva e operacional(logística) e regulatória para tanto. Considerando essa classificação, o conjunto selecionado (e entrevistado) de produtores foi assim constituído: dois produtores considerados *estruturados e consolidados*; dois produtores *estruturados e não-consolidados* e dois produtores *não-estruturados e não-consolidados*. Esses produtores foram estudados em profundidade nessa pesquisa, o que envolveu longas entrevistas, estruturadas e semi-estruturadas e visitas às suas propriedades, mantendo-se entrevistas com os trabalhadores das unidades produtivas.

Ressalta-se que todas as unidades produtivas entrevistadas<sup>16</sup> se caracterizam como de base familiar. Vale observar, no entanto, que alguns entre os produtores estruturados mantêm mão-de-obra assalariada para a execução de um conjunto de tarefas específicas. No entanto, todos os produtores investigados caracterizam-se por manter uma gestão familiar dirigidas pelos próprios donos e seus familiares. Esses familiares desempenham, em geral, outras tarefas na produção e distribuição de flores tropicais e dedicam tempo integral ou parcialmente a elas.

Cabe observar que, levando-se em conta a grande heterogeneidade do grupo de produtores selecionados, em termos de estruturação e consolidação, a visão dos problemas que emergiu mostrou-se muito convergente e, conseqüentemente, consistente com o que na realidade marca as questões mais fundamentais para a floricultura tropical no Estado de Pernambuco. É óbvio, como mencionado acima, que os resultados acima não poderão ser utilizados para extrapolações estatisticamente robustas sobre os temas tratados para toda a floricultura tropical do Estado, pois isso não faz parte do escopo do presente trabalho, mas certamente os resultados aqui obtidos poderão servir de úteis subsídios para o delineamento de pesquisas futuras, formalmente quantitativas. Afinal esse pode constituir um dos objetivos legítimos de uma pesquisa qualitativa e exploratória como a presente.

---

<sup>16</sup> Destaque-se que as entrevistas, em geral, foram realizadas a partir de visitas às unidades produtivas, onde a autora pode dispor de tempo generoso (não menos de quatro horas em cada uma), suficientes para discutir os temas em profundidade. Além do tempo da entrevista, houve também tempo destinado à observação direta da execução dos processos e tarefas em cada unidade produtiva visitada e entrevistas com os trabalhadores das unidades produtivas.

Felizmente, acredita-se que os resultados encontrados na presente pesquisa excederam a mera provisão desses subsídios, ressalvadas as limitações colocadas acima. A convergência obtida nas respostas levantadas permite que as mesmas sejam exploradas no sentido de se inferir sobre o papel da cooperação como elemento fundamental na inclusão competitiva dos agricultores familiares entrevistados.

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, vale chamar atenção para o fato que a floricultura tropical do Estado, depois de um longo período de estagnação do ponto de vista mercadológico, passou a ganhar força como atividade econômica recentemente, principalmente a partir da década de 90, conforme (LOGES, 2007). Nessa retomada de dinâmica recente, o Estado de Pernambuco tem se destacado dentro do setor em âmbito nacional, conforme constata os relatos transcritos abaixo:

De acordo com dados da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), incluídos no estudo nacional sobre a cadeia da floricultura, coordenado por Antônio Márcio Buainain, Pernambuco é o maior produtor nacional de flores tropicais, com 180 hectares plantados e cerca de 200 agricultores. ( UFRPE, 2007).

Sobre o tema destaca-se ainda:

O agronegócio de flores em Pernambuco está organizado em associações e cooperativas, e tem crescido nos últimos dez anos devido a investimentos privados e do governo nos setores produtivos, pesquisa e preparação para o mercado externo. (LOGES, 2007).

Nesse processo de dinamização, o setor de flores aparece com uma estrutura dividida, onde de um lado se encontra um pequeno conjunto de produtores *estruturados* e *consolidados* competitivamente, inclusive com experiência de exportações, e, de outro, um conjunto de produtores *não-estruturados*, que estão desenvolvendo forte esforço no sentido de obterem uma inclusão competitiva dentro do setor.

Observe-se que a floricultura tropical do Estado apresenta elevada possibilidade de expansão, podendo gerar um expressivo número de pontos de trabalho e renda, além de suas possibilidades de geração de divisas e tributos. Tudo isso só será possível, no entanto se houver uma inclusão competitiva de inúmeros produtores familiares que ainda se encontram *não-estruturados*. Torna-se, portanto, indispensável entender na perspectiva desses produtores, como se poderia desenvolver esforços, públicos e privados,

convergentes com os interesses de todos. Com isso poderá ocorrer processos de cooperação mais efetivos e com resultados extremamente promissores.

### **3.2. - Levantamentos de Informações a Partir do Formulário de Pesquisa - Análise dos Resultados**

A análise aqui desenvolvida baseou-se em uma pesquisa de campo que buscou verificar, a partir da perspectiva dos próprios produtores familiares, as principais características, problemas, instituições e aspectos das articulações cooperativas existentes entre os atores sociais e econômicos envolvidos com o setor, dando ênfase nas instituições que possam participar de uma inclusão competitiva dos agricultores familiares. Tentou-se vislumbrar quais os papéis, efetivos e potenciais, que os produtores (*estruturados, não-estruturados, consolidados e não-consolidados*) e as instituições (públicas e privadas) que poderiam exercer papel importante na dinamização do setor de floricultura tropical do Estado, de modo a ocorrer uma inclusão competitiva, sem assistencialismo para o maior número de agricultores familiares possível.

Deve-se destacar primeiramente, nessa análise, que a produção de flores tropicais poderá ser significativamente ampliada através das seguintes possibilidades, entre outras, que se mostram viáveis:

- i Aumento da área plantada pelos atuais agricultores familiares (*estruturados, não-estruturados, consolidados e não-consolidados*);
- ii Incremento da produtividade das pessoas e da terra dos produtores familiares, principalmente dos *não-estruturados*;
- iii Aumento do número de produtores pela inclusão de outros produtores que seriam atraídos em caso de sucesso mais efetivo (e visível) dos atuais produtores familiares *não-estruturados*;

- iv Maior nível de especialização de todos produtores, em variedade de plantas e funções mais claras dentro da cadeia produtiva;
- v Melhor coordenação entre os processos e elos da cadeia produtiva;
- vi Aumento dos lucros potenciais e, conseqüente, maiores possibilidades de re-investimentos no setor;
- vii Redução de riscos empresariais e financeiros pela consolidação do setor;
- viii Maior capacidade de oferta, maiores quantidades de um conjunto de plantas mais diversificado, implicando em maior regularidade na oferta e, conseqüentemente, maior confiabilidade dos clientes quanto ao atendimento da demanda.

Tudo isso remete à grande potencialidade apresentada pelo setor de floricultura tropical em termos de geração de emprego, renda, divisas e tributos. Uma eventual re-dinamização do setor implicará, como argumentado acima, numa maior oferta, tendendo a se observar uma relevante redução de custos por conta da escala produtiva. Isso, em si, pode gerar maiores lucros e, portanto, aumento das atratividades sobre novos investimentos, o que poderia caracterizar, em última instância, em função do caráter retro-alimentado do processo, uma promissora estratégia de desenvolvimento local.

Assim, parece estar dependendo de uma efetiva inclusão competitiva dos agricultores familiares na floricultura tropical do estado de Pernambuco. As informações levantadas são consistentes com o fato de que a melhoria da cooperação existente entre eles, poderia configurar um meio promissor de acelerar processo de desenvolvimento local que ocorreria a partir da dinamização do setor de flores tropicais.

### 3.2.1. - Perfil Sócio-Econômico dos Produtores Familiares Entrevistados

Os produtores *estruturados e consolidados* são representadas pelos *grandes produtores*, que já estão no Setor de flores tropicais desde o seus primórdio no estado de Pernambuco. Os produtores *estruturados e consolidados*, apresentam-se com suas unidades produtivas preparadas para os mercados e mantêm empregados assalariados, que estão na produção ou dando o suporte na administração. Porém o controle dos negócios sempre é realizado por alguém da família, que administram os aspectos mais importantes da empresa.

Nos grupos das unidades familiares *estruturados e consolidados*, os produtores têm elevada escolaridade, contratam técnicos que trazem conhecimento científico (principalmente agrônomos) e também têm acesso a Tecnologia da Informação (T.I.).

Já o grupo de produtores *não-estruturados*, caracteriza-se como agricultores familiares com baixa escolaridade (em geral analfabetos) e se mostram muito dependentes de ações do órgão a que estão vinculados; não existe contratação de mão-de-obra assalariada, nem a contratação direta de técnicos. As orientações técnicas demandam da cooperativa, que, no caso analisado, ainda se encontra em processo de reestruturação<sup>17</sup>.

Os produtores agricultores familiares se apresentam como famílias de baixa renda e que vivem, quase que exclusivamente, do que plantam. Com relação à unidade produtiva, todos estão envolvidos totalmente com a produção. Apenas o escoamento da produção depende da cooperativa, pois eles não tem recursos e nem conhecimento para promove-los.

Como mencionado, o nível de escolaridade dos grupos (*estruturados e não-estruturados*) de produtores é bem contrastante: os produtores *estruturados*, de grandes produtores e que se iniciaram na atividade desde do início da década de 1990, início da dinamização recente do setor, tem sua escolaridade mais elevada, já os agricultores familiares, que pertencem a uma nova etapa de desenvolvimento do setor, ainda em processo, mostram-se com uma escolaridade muito baixa.

---

<sup>17</sup> Trata-se da Copaflores no Município de Paudalho-PE.

**QUADRO 1**  
**PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

GRUPO	PRODUTORES ENTREVISTADOS	PERFIL
<b>Grupo 1</b>	Estruturados e Consolidados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolaridade elevada (superior)</li> <li>• Contratação de mão-de-obra assalariada</li> <li>• Acesso a técnicos especializados</li> <li>• São lucrativos</li> <li>• Já exportaram para outros estados ou países</li> <li>• Têm outras atividades também consolidadas</li> <li>• Grande capacidade de articulação política e institucional</li> <li>• Muito ligados afetivamente ao setor</li> </ul>
<b>Grupo 2</b>	Estruturados, mas Não-consolidados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolaridade elevada (superior)</li> <li>• Contratação de mão-de-obra assalariada</li> <li>• Acesso a técnicos especializados</li> <li>• Têm baixa lucratividade</li> </ul>
<b>Grupo 3</b>	Não-estruturados, Não-consolidados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixíssima escolaridade</li> <li>• Realizam vendas apenas em caráter eventual.</li> </ul>

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

### 3.2.2. - Caracterização das Unidades Produtivas Entrevistadas Quanto à Mão-de-obra Empregada

Todas as unidades produtivas entrevistadas<sup>18</sup> caracterizam-se por uma administração baseada na família. De fato, os produtores entrevistados participam diretamente do controle da gestão dos negócios de suas respectivas unidades produtivas, junto com seus familiares. No total, são 14 pessoas (proprietárias e membros da família) na gestão das unidades produtivas. Além desses, no conjunto das unidades produtivas entrevistadas, foram registradas mais 6 pessoas na área administrativa, esses assalariados. Trabalhando diretamente na produção, registrou-se mais 22 trabalhadores, totalizando juntamente com

<sup>18</sup> Essas unidades produtivas estão localizadas em: Aldeia/Camaragibe, Paudalho, Paulista e Ribeirão municípios do estado de Pernambuco.

os mencionados trabalhadores da área administrativa, em todas as unidades entrevistadas, 28 trabalhadores assalariados.

Ressalte-se, que nas unidades produtivas dos produtores *estruturados*, apesar da existência de trabalhadores assalariados, inclusive na área administrativa, o controle é feito diretamente pelos proprietários ou alguém da família.

E entre os agricultores familiares *não-estruturados* e *não-consolidados* todos da família estão envolvidos com a unidade produtiva, participando das tarefas em todo o processo da produção, exceto nas vendas, considerando-a que permanece como um entrave, ainda a ser solucionado, dependendo muito de ações a serem promovidas pela cooperativa.

### **3.2.3. - Caracterização das Unidades Produtivas Entrevistadas Quanto à Área e Espécies Plantadas, Possibilidades de Exportação e Padrão de Qualidade**

Considerando-se os produtores entrevistados, o total da **área plantada** de flores tropicais chegou a 54 hectares, sendo 30 hectares a área plantada pelos associados da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho (Copaflora).

Com relação à **exportação** de flores tropicais, como já mencionado, só os produtores *estruturados e consolidados* já conseguiram realizar exportações, para outros estados brasileiros ou para outros países. Atualmente, segundo relatos dos mesmos, as exportações do setor mostram-se praticamente paralisadas em função da valorização da moeda nacional (o real) frente o dólar, que desestimulam fortemente os esforços de exportação<sup>19</sup>.

Nesse caso, observa-se que há uma interessante estratégia de articulação entre os produtores de modo a viabilizar as exportações. Tal estratégia, no entanto, necessita ser

---

<sup>19</sup> Segundo relatos dos produtores, como as exportações ocorriam através de uma espécie de consócio, a formalização das exportações junto aos órgãos reguladores federais e estaduais fica a cargo apenas de um representante dos produtores, onerando-o mais desproporcionalmente por remete-lo à outra categoria de contribuinte, em função das remessas de produtos ao exterior. Para uma equalização dos custos tributários e logísticos pertinentes.

aprimorada dentro do atual contexto de taxa do câmbio e uma equalização dos custos tributários e logísticos pertinentes.

Os demais produtores ainda estão distantes de conseguirem exportar, primeiramente, pelas dificuldades de acessar o mercado internacional, e depois pelos requerimentos de qualidade impostos pelo mercado internacional e, ainda, pelos problemas apontados pelos produtores que já exportaram (problema da taxa de câmbio, custos logísticos e pelos encargos tributários). Os produtores *não-estruturados*, não apresentam condições organizacionais para participarem do mercado externo, participando do mercado interno de forma ainda muito precária, algo que configura um dos objetivos centrais de instituições como a Copaflores.

### **3.2.4. - Caracterização das Unidades Produtivas Entrevistadas Quanto às Espécies Cultivadas**

Na **produção**<sup>20</sup> de flores tropicais as principais espécies cultivadas<sup>21</sup> são as *Heliconias* (pequenas, médias, grandes e pendentes) com suas variedades; Bihai, Golden Torch, Rostrata, Rauliniana, Alan Carle, e outras, seguida da *Alpinia (Ginger)*, o Bastão-do-imperador (*Etlingera Elatior, Torch Ginger*), o Sorvetão (*Zingiber Spectabilis*), o *Costus Tapeinochillus* e outras flores tropicais, além das folhagens<sup>22</sup>, conforme mostram os dados no quadro 2.

Na **produção** da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho, a Copaflores, no projeto foi iniciado com 12 espécies de flores tropicais, os

---

<sup>20</sup> Vide Apêndice C.

<sup>21</sup> Todas essas espécies são muito valorizadas na produção de arranjos com flores tropicais Além das folhagens com seus diversos tipos que compõem os arranjos e buquês. Os retornos potenciais das flores tropicais e seus arranjos, comparando com a ociosidade da terra e com o emprego em outras culturas tradicionais.

<sup>22</sup> As folhagens são um item de grande importância na floricultura tropical, uma vez que 60% dos arranjos é de folhagem. No mercado local as hastes são vendidas a centavos, os arranjos por terem a arte e acompanhados de folhagens pode sair com um preço de R\$ 130,00,( Arranjo Tropical R\$ 130,00 cód.: 012, Coroa com Antúrios R\$ 450,00 cód.: 048), segundo fontes no site da Teleflores Silvestre (2008) e ainda os arranjos poderão sofrer variações em função da disponibilidade das flores.

cooperados cada um recebeu inicialmente rizomas de três espécies, sendo que todos receberam a *Heliconias Golden Torch*.

**QUADRO 2**  
**CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS**  
**DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**– QUANTO ÀS ESPÉCIES CULTIVADAS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

Espécies Cultivadas	Grau de Importância para os entrevistados
Heliconia (e suas variedades)	Item entre os mais citado como “ <i>Muito Importante</i> ”
Alpinia (gingibre-vermelho)	Item entre os mais citado como “ <i>Muito Importante</i> ”
Anthurium (copo-de-leite)	Item entre os mais citado como “ <i>Muito Importante</i> ”
Costus ( <i>Zingiber</i> )	Item entre os mais citado como “ <i>Muito Importante</i> ”
Folhagens	Item entre os mais citado como “ <i>Muito Importante</i> ”
Etingera(bastão-do-imperador)	Item entre os mais citado como “ <i>Importante</i> ”
<i>Zingiber Spectabilis</i> (sorvete)	Item entre os mais citado como “ <i>Importante</i> ”
Tapeinochilo	Item entre os mais citado como “ <i>Importante</i> ”
Musa (bananeira-da-abissínia)	Item entre os mais citado como “ <i>Importância Média</i> ”

Fonte: Elaboração da autora através da pesquisa de campo.

**3.2.5. - Caracterização das Unidades Produtivas – Aspectos da Comercialização**  
**- Vendas da Produção de Flores Tropicais**

Todos os produtores mencionaram as dificuldades de mercado como sendo o principal entrave dos produtores *não-estruturados*. Na verdade, pode-se depreender dos relatos dos entrevistados, que as dificuldades da comercialização dos produtores decorrem de inúmeros outros fatores entre os quais valendo mencionar: qualidade das plantas, dificuldades no pós-colheita (preparação do produto para venda e produção de arranjos), dificuldade logística, dificuldade de acesso a crédito e dificuldades no estabelecimento de estratégias de mercado adequadas ao setor. Essas últimas requereriam um fluxo de informações e conhecimento específicos que possibilitassem a identificação e seleção dos segmentos de mercado a explorar a partir de estratégias mercadológicas válidas. Isso está, de fato, muito distante da possibilidade dos produtores *não-estruturados* e só pode ser viabilizado através de iniciativas associativas ou cooperativistas, como é o caso da Copaflores para os produtores de flores tropicais de Paudalho.

Os produtores *estruturados e consolidados* diferentemente dos *não-estruturados*, já têm, pela vasta experiência que possuem, bem definido o seu mercado, concentrando as suas atrações na Região Metropolitana do Recife e focando sua atenção a: supermercados, decoradores e lojistas. Também atuam em outros estados do Brasil e em outros países, conforme já mencionado. Como verificado na pesquisa, as vendas dos produtores *estruturados e consolidados* são feitas a partir de ligações comerciais através do atacado, varejo, quiosque, feiras, floriculturas, paisagistas, decoradores, supermercados e outros agentes nos mercados interno e externo, fornecedor de mudas, garden center, etc. No mercado externo destaca-se a importância dos consórcios de exportação.

Para os *estruturados e não-consolidados*, as **vendas** não são sistematizadas, mas já ocorreram eventualmente por canais de distribuição (atacadistas e varejistas como: decoradores, empresas promotoras de eventos, restaurantes, hotéis etc.).

Apurou-se nas entrevistas que, no caso da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho, a Copaflores, a **venda** da produção é incipiente e os cooperados, estão ainda em processo de aprendizagem sobre todo o ciclo produtivo e comercial do segmento das flores tropicais. Destaque-se que os mesmos vêm tentando estabelecer parcerias com empresas que atuam na comercialização de produtos, restaurantes, e outros locais para poder escoar a sua produção de forma mais regular. Na verdade, os cooperados têm consciência da importância do mercado consumidor, inclusive de suas potencialidades para o setor de floricultura tropical.

Já para os produtores *não-estruturados*, como já foi citado, ainda estão dependendo da estruturação dos processos ligados à comercialização. Na verdade, a comercialização de seus produtos configura o maior entrave enfrentado por esses produtores. Para os mesmos, atualmente as vendas são circunstanciais e a maior parte da produção não chega ao mercado.

No que pese as dificuldades na comercialização dos produtos, os produtores *não-estruturados* acreditam no potencial e vendas de seus produtos, e tanto para os produtores *estruturados* como para os produtores *não-estruturados* o mercado se mostra muito promissor, pois ainda existem possibilidades de conquista de mercados que ainda não foram explorados. A expectativa é que com a criação destes novos espaços para vendas, esses agricultores possam se incluir competitivamente nos mercados.

O segmento está sujeito à sazonalidade tanto na produção das flores (cada espécie obedece ao seu ciclo natural) e, também, quanto às oscilações da procura pelos produtos durante o ano. Existem épocas do ano em que se vende mais no setor de floricultura tropical. Destacando-se as datas comemorativas como: o dia das mães, o dia dos namorados e o dia internacional das mulheres, é o período de grande procura por flores tropicais segundo todos os entrevistados<sup>23</sup>.

Para aproveitar determinadas épocas os produtores *não-estruturados* têm organizado determinados eventos coletivos, como a organização de lugares para a exposição dos produtos, demonstrando disposição para unir forças e cooperar uns com os outros. Se apoiados por instituições locais e por outros produtores, essa disposição de cooperar poderá ser utilizada de forma mais sistemática e aumentar a competitividade do setor.

### **3.3. - Principais Problemas Citados da Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco**

A análise dos **principais problemas**<sup>24</sup> da floricultura tropical do estado de Pernambuco, na perspectiva dos próprios produtores, foi realizada por áreas e sub-áreas,

---

<sup>23</sup> Os principais momentos de atividades sociais em que os produtores têm mais contatos visando à competitividade do Setor é nas “feiras e exposições” considerada pelos entrevistados como muito importante, seguida pelos “eventos e workshops” e pelas “conferências, seminários, cursos” ou “treinamentos e encontros”.

<sup>24</sup> Na classificação estabelecida adiante. Ao invés da quantificação direta das citações, optou-se pela expressão 1º, 2º ou 3º “Item mais citado”, uma vez que alguns entrevistados preferiram não estabelecer uma hierarquia estrita entre os itens. Vide quadro 3.

(assistência técnica, crédito, comercialização/mercado, cooperação, distribuição, pós-colheita, produção, recursos humanos, regulação do setor e tecnologia da informação) conforme organização do formulário utilizado nas entrevistas.

O grupo dos produtores *estruturado e consolidado* não apresentam dificuldades relevantes, pois já ultrapassaram muitas barreiras e aprenderam com o passar dos anos. Entretanto, concordam que o principal problema do setor está na *comercialização/mercado*.

Os *estruturados*, na verdade já sistematizaram de forma satisfatória todos os aspectos críticos de suas unidades produtivas: na comercialização/mercado, na produção, na pós-colheita, nos recursos humanos e na assistência técnica.

Já o grupo dos *produtores não-estruturado*, apresentam como o principal problema no setor as dificuldades no âmbito da comercialização/mercado, porque eles produzem mas não têm como escoar a produção. Todo os processos da cadeia produtiva deles esbarra-se na comercialização do produto. Dependem quase que totalmente das ações da cooperativa. Contudo, eles reconhecem tal dificuldade e têm consciência que estão numa fase de total aprendizado sobre todo o ciclo produtivo do setor.

### 3.3.1. - Análise a partir das Áreas dos Principais Problemas Citados

Ainda, conforme o formulário aplicado, foram hierarquizados os três problemas considerados mais graves pelos produtores, buscando-se destaca-los. Assim os três problemas apontados como *mais graves*, por áreas, foram: o primeiro problema mais grave a **comercialização/mercado**; o segundo problema *mais grave* às áreas de **produção e pós-colheita** e o terceiro problema mais grave relaciona-se ao **recursos humanos**, conforme mostrado no quadro 3.

**QUADRO 3**  
**PRINCIPAIS PROBLEMAS DA FLORICULTURA**  
**TROPICAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**NA OPINIÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

Principais Problemas	Citações
<b>Comercialização/mercado</b>	1º. Item mais citado
<b>Produção/ Pós-colheita</b>	2º. Item mais citado
<b>Recursos humanos</b>	3º. Item mais citado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Dentro da área de **comercialização/mercado**, os principais problemas enfrentados pelos produtores por sub-áreas foram: “*falta de acesso a canais de distribuição*” (distribuidores, representantes, varejistas, etc.). Este foi o item mais apontado como o “muito importante”, seguido dos itens, “*ausência de uma marca comercial reconhecida*”, “*falta de cultura para o consumo*”, “*assistência técnica*”. Em terceiro lugar aparece com os itens “*alta carga tributária*” e a “*falta de divulgação do produto (no mercado internacional)*”, conforme dados do quadro 4.

De fato as áreas apontadas constituem, sem sombra de dúvidas, na opinião dos entrevistados, os problemas mais sérios a serem enfrentados pelos produtores e instituições envolvidas com a floricultura tropical no Estado de Pernambuco. Vale destacar, no entanto, que as soluções não poderão dispensar uma maior e melhor articulação cooperativa entre os entes envolvidos com o setor.

**QUADRO 4**  
**NA COMERCIALIZAÇÃO/MERCADO OS**  
**PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS**  
**PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

Comercialização/Mercado - Principais Problemas (sub-áreas)	Citações
Falta de acesso a canais de distribuição (distribuidores, representantes, varejistas, etc.).	1º Item mais citado
Ausência de uma marca comercial reconhecida/ Falta de divulgação do produto (no mercado internacional)/ Falta de cultura para o consumo, assistência técnica	2º Item mais citado
Alta carga tributária.	3º Item mais citado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Na área da **produção** as principais sub-áreas apontadas foram: as mais importantes: “*adubação e/ou correção do solo*” e “*baixa profissionalização dos produtores*”, seguidas de “*análise do solo*”, “*assistência técnica*”, “*ausência de pesquisa/estudos*”, “*baixa qualidade do produto*”, “*falta de qualificação de mão-de-obra*”, e “*insumos (herbicida, inseticida)*”. Mesmo alguns dos produtores *estruturados*, apontam também como a *integração da cadeia produtiva na produção* como algo muito importante.

Registre-se que o planejamento das ações a serem realizadas no âmbito da comercialização aparece como uma necessidade fundamental a ser atendida. Neste caso, a coordenação das ações articuladas por produtores e instituições parece também constituir uma preocupação básica, apresentado no quadro 5.

**QUADRO 5**  
**NA PRODUÇÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS**  
**ENFRENTADOS PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

<b>Produção-Principais Problemas (sub-áreas)</b>	<b>Citações</b>
Adubação e/ou correção do solo.	1º. Item mais citado
Baixa profissionalização dos produtores.	2º. Item mais citado
Análise do sol.	3º. Item mais citado
Assistência técnica.	Item citado
Ausência de pesquisa/estudos.	Item citado
Baixa qualidade do produto.	Item citado
Falta de qualificação de mão-de-obra.	Item citado
Insumos (herbicida, inseticida).	Item citado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Investir na capacitação dos produtores e nas técnicas produtivas adequadas, mostra-se, também, como uma preocupação a ser considerada nas ações a serem empreendidas para a consolidação do setor através da inclusão competitiva dos agricultores familiares. Parcerias e articulações cooperativas são indispensáveis para que na consolidação de uma nova etapa de dinamismo do setor.

Na área de **pós-colheita** as principais sub-áreas que são considerada a mais importantes são: “*ausência de pesquisa/estudos*”, seguida da sub-áreas de “*inadequação*”

dos meios de apoio logístico (na unidade produtiva’), “inexistência de material com informações técnicas e tecnologia pós-colheita”, listados no quadro 6.

Conhecimento técnico, apoio logístico adequado configuram –se como limitantes a serem resolvidos ao lado de um menor e melhor fluxos de informações e ações a serem dirigidas à pós-colheita.

**QUADRO 6**  
**NA PÓS-COLHEITA OS PRINCIPAIS**  
**PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS**  
**PRODUTORES ENTREVISTADOS FORAM AS SUB-ÁREAS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

<b>Pós-colheita-Principais Problemas (sub-áreas)</b>	<b>Citações</b>
Ausência de pesquisa/estudos.	1º. Item mais citado
Inadequação dos meios de apoio logístico (na unidade produtiva).	2º. Item mais citado
Inexistência de material com informações técnicas.	3º. Item mais citado
Tecnologia pós-colheita.	Item citado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Na área de **recursos humanos** as sub-áreas consideradas importantes são: a “*falta de pessoal qualificado (na Produção)*” e a “*falta de interesse da população local por treinamento*”, indicados no quadro 7. Investimentos em capacitação do pessoal, na opinião dos entrevistados, destaca-se como uma prioridade consensual. Nesse aspecto, a cooperação entre os produtores e instituições mostra-se muito necessária.

**QUADRO 7**  
**NOS RECURSOS HUMANOS OS PRINCIPAIS**  
**PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS**  
**PRODUTORES ENTREVISTADOS FORAM AS SUB-ÁREAS**

<b>Recursos Humanos-Principais Problemas (sub-áreas)</b>	<b>Citações</b>
Falta de pessoal qualificado (na Produção).	1º. Item mais citado
Falta de interesse da população local por treinamento.	2º. Item mais citado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Observa-se que os produtores *estruturados* e *consolidados* não têm muita dificuldade, considera até mesmo pouco relevante os problemas, pois consegue superar sem muita dificuldade quando aparece.

### 3.4. - Instituições Relacionadas com o Setor de Flores Tropicais

Entre as **instituições** com as quais os entrevistados tem mais interagido nos últimos anos, destaca-se como a mais importante o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o **SEBRAE** de Pernambuco. A importância do Sebrae estadual tem sido apontada por todos os entrevistados ressaltando-se o seu papel no desenvolvimento do setor no Estado na década de 1990. A atuação do Sebrae foi considerada pela maioria dos entrevistados como sendo de grande valor desde os primórdios. Todos os agricultores, *estruturados* ou *não*, têm reconhecido como muito importante a atuação do Sebrae no setor.

Já, os cooperados da **Copaflora** também destacam a participação do **Promata** no nascedouro da cooperativa junto com o apoio da **Ong CEAC**(Centro de Apoio às Famílias Carentes), e a **Prefeitura** Municipal de Paudalho. Também foram citados, como instituições que interagem, os bancos oficiais brasileiros (BB e BNB), que liberaram financiamento para os agricultores familiares. Também merece destaque a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a **UFRPE** através Departamento de Agronomia –Área de Fitotecnia - Laboratório de Floricultura no Programa de Pós-graduação em Melhoramento Genético de Plantas na Área de Fitotecnia que participa com seus alunos de pesquisa de campo junto a produtores<sup>25</sup>, esses resultados estão sumariados nos dados do quadro 8.

---

<sup>25</sup> Os trabalhos são liderados pela Prof. Dra. Vivian Loges, do Departamento de Agronomia da UFRPE.

**QUADRO 8**  
**PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS**  
**COM O SETOR DE FLORES TROPICAIS E AÇÕES**  
**REALIZADA NA OPINIÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

Instituições	Operador	Ações
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE – PE	—	Cursos, Capacitação e Treinamento
Bancos Oficiais	Banco do Brasil, Banco do Nordeste	Crédito, Empréstimos
Governo do Estado de Pernambuco - Desenvolvimento Sustentável da Zona-da-Mata/ PROMATA	Operador de Negócios que a ONG CEAC – Centro de Apoio às Famílias Carentes	Projeto de Flores Tropicais (Copaflora)
Prefeitura Municipal de Paudalho	Promata	Projeto de Flores Tropicais (Copaflora)

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Existem outras instituições governamentais e privadas que poderiam estar envolvidas direta ou indiretamente com o setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco, elas foram listadas apresentadas no Apêndice D<sup>26</sup>.

### 3.5. - Ações na Produção de Flores Tropicais - Estratégia de Marketing

Os produtores *estruturados e consolidados* têm consciência da importância das estratégias de mercado, tendo definidas suas **estratégia de marketing** e já desenvolveram inclusive suas próprias logomarcas. Os agricultores familiares associados da Copaflora têm se preocupado com a criação de um selo (ou logomarca) para a cooperativa e já providenciaram a criação da marca da cooperativa. Vale mencionar as principais estratégias de dinamização mercadológica do setor de Floricultura Tropical de Pernambuco, segundo os entrevistados, a saber:

<sup>26</sup> Contudo, tais instituições não foram objeto de comentários dos produtores entrevistados. A lista foi elaborada no intuito de servirem de subsídios a pesquisas futuras sobre o aparato institucional do setor.

- i Eventos envolvendo técnicos e acadêmicos, produtores e outros atores ligados ao setor,
- ii Sensibilizando os órgãos públicos de pesquisa a se envolverem mais com o setor,
- iii Sensibilização dos próprios produtores a se organizarem
- iv Feiras de negócios.

### 3.6. – Os Problemas e a Cooperação Efetivos na Produção de Flores Tropicais

Considerando os *produtores não-estruturados*, vale mencionar alguns aspectos relatos nas entrevistas pelos participantes.

Da gênese da organização da Copaflores, segundo relatos dos entrevistados, no início os agricultores familiares foram atraídos para participar da Cooperativa, principalmente, pela facilidade na liberação de recursos, por acharem que realmente o projeto fazia sentido, por vislumbrar uma atividade que pudesse realmente dar lucro e proporcionar uma qualidade de vida melhor. Mas, com o passar do tempo, foram se desencantando e vieram as dificuldades, e nas dificuldades só permaneceram realmente quem acreditou e tem confiança de que o projeto realmente pode e deve gerar dinheiro para eles.

De fato, a forte ênfase colocada na esfera de produção, em detrimento dos aspectos mercadológicos, redundaram na ineficiência do sistema de comercialização dos produtores, conforme relato transcrito abaixo:

[...] Mas, o Promata, no início, houve facilidade demais, a liberação de recursos foi muito fácil. Então, o projeto ele foi estimulado pra nós, enquanto produtores, como uma coisa de muita facilidade de comercialização. Toda a conversa, toda a divulgação,[...] toda a estratégia de convencimento pra gente aderir ao projeto era de exportação, pra Itália aquela coisa toda, que as flores, **como se todo mundo comesse flor... como se todo mundo comesse flor.**[...] (ENTREVISTADO A, 2008, grifo nosso).

O projeto inicialmente conseguiu atender 100 produtores, porém após as dificuldades enfrentadas nesses dois anos de atuação, o número de produtores caiu para menos de oitenta que participam da Copaflores, que nasceu das dificuldades de articulação pelos participantes do projeto do Promata, conforme relato:

[...] a Cooperativa tem um ano de existência (um ano e alguma coisa) ela vai fazer dois anos em outubro, nós nascemos a partir de um projeto de floricultura da zona-da-mata do Promata. A cooperativa ela surgiu a partir da falta de articulação entre os que estavam participando deste projeto, um projeto foi criado para cem(100) produtores [...] o projeto foi pra cem pessoas, mas realmente ele não pactuou cem(100) produtores. [...] (ENTREVISTADO A, 2008).

As dificuldades principais citadas foram: os *recursos financeiros* que foram ficando escassos, problemas para conseguir financiamento para irrigação, falta de *comercialização do produto*, (os agricultores familiares já estão produzindo e não tem como escoar a produção) com *problemas nos rizomas* distribuídos (não apresentaram as qualidades devidas) dificuldades diversas que levaram os agricultores familiares a desestimularem-se.

Contudo, há um grupo de cooperados que realmente acredita e que continuam investindo tempo e dinheiro no negócio, lutam para que o projeto dê certo e apostam e têm esperança no sucesso das flores tropicais. Esses têm depositado na cooperativa confiança pela estruturação do setor, mostrando-se dispostos a cooperaram nesse processo. Cabe, aos que lideram a cooperativa e participantes do entorno institucional continuar mostrando a importância fundamental da cooperativa como articuladora de ações adequadas à solução dos problemas dos cooperados, particularmente na questão de mercado e da comercialização.

As diferenças entre as atividades tradicionais e as novas (como a flores tropicais), do ponto de vista, principalmente, da comercialização do produto, não foram assimiladas; atração pelos recursos a serem liberados e ênfase, irrealista na exportação, trouxeram frustrações e descontentamento com o setor para muitos.

Outras vulnerabilidades foram relatadas: orçamento mal dimensionado, falta de infraestrutura (estradas, etc.), falta de mão-de-obra treinada, dimensionamento equivocado (meio hectare), desembolso de recursos não sincronizado com as reais necessidades dos produtores (liberação facilitada no início e escassos em época de eleição). A vantagem foi fazer o agricultor familiar acreditar na floricultura tropical.

[...] Então os produtores, pessoas que estão acostumadas [...] pessoas que plantava macaxeira, batata, quando falou em exportar ficaram maravilhados [...] todo mundo [...] e o projeto era para meio hectare, quem trabalha com flor sabe que um hectare não é nada, não dá para nada, na flor tropical [...] meio hectare não dá. [...] (ENTREVISTADO A, 2008).

[...]E o projeto no ano eleitoral começou a falhar com a liberação de recursos, no ano eleitoral, a operadora do negócio que é a responsável pelo projeto, ela não tinha [...] isso não foi observado [...] claro que é feito a licitação ela não tinha as condições, consegui dinheiro emprestado pra poder caucionar o que ela podia caucionar, é uma operadora, é uma Ong [...] ela não tem a mínima condição de bancar o projeto pra receber depois do Promata [...]. (ENTREVISTADO A, 2008).

[...]O que é que começou a acontecer, os custos previsto começaram a falhar, o projeto era pra ter sido encerrado em junho do ano passado e ele ainda não se encerrou, a previsão é pra junho deste ano. E a gente ainda tem muita coisa pra fazer. Então isso começou a causar uma insatisfação grande dos produtores, e uma parte dos produtores, a maior parte é daqui de Paudalho ( mas tem um grupo de Chã-de-Alegria, um grupo de Goiana e uns dois de Carpina, tá certo e tem ainda um de Glória-do-Goitá). O pessoal começou a desistir, por que pra plantar flor você tem que ter uma irrigação boa e regular. O pessoal não tem dinheiro para isso. Começou a insatisfação. [...] (ENTREVISTADO A, 2008).

A insatisfação e a descrença, foram os elementos que levaram a desmotivação dos produtores envolvidos. A cooperação neste contexto decerto não podia ser desenvolvida com facilidade.

Muitas questões mercadológicas, ficaram secundarizadas diante da ausência de elementos mais fundamentais como, por exemplo: um local para concentrar a produção na pós-colheita, onde pudesse funcionar um “galpão de beneficiamento/*packing house*”, conforme esclarece um entrevistado:

[...] criaram a marca da cooperativa [...] por que a gente tem que ter, as coisas [...] e hoje a gente não tem sede, a gente esta utilizando como sede, a sede da operadora do negócio, da Ong [...] E é fundamental, porque se você quiser vender flor, tem que ter comunicação [...] o cliente tem que saber onde lhe encontrar, ele não pode ligar pra você hoje e amanhã não consegue, você tem flor hoje, não tem flor amanhã, não pode acontecer isso. Você já tem que estabelecer sua condições. Então a gente ta considerando, ta instalado lá, [...] instalado entre aspas [...] é o endereço que estamos fornecendo. Mas, **a cooperativa passou a ter um centro inicialmente de distribuição de saídas, e depois se transformou-se num centro de queixas** [...] porque [...] totalidade somos vinte e quatro membros [...] são pessoas que não tem condições de bancar. Então, teve gente que já plantou, [...] eu acho até persistente mesmo, [...] plantou três vezes, teve o plantio de muda três vezes. [...]” (ENTREVISTADO A, 2008, grifo nosso).

[...] **olha eu sei vender batata e macaxeira, flor não, [...] mas vai ter quem venda e, até aqui não apareceu.** Eu planto a minha batata, meu inhame, eu sei onde vou vender e a flor não, o lugar que eu vou vender, vou levar, e flor por enquanto não tem ainda, não tem, que a flor é um produto diferente, tem uma floriculturazinha na cidade aí que sempre compra, mas é pequena e os eventos são poucos, casamento estas coisas [...] são pouco.[...] (ENTREVISTADO B, 2008, grifo nosso).

Nas entrevistas também foram relatadas muitos problemas relacionados com o fornecimento de insumos e falta de conhecimento básico sobre aspectos técnicos das plantas, conforme relato:

[...] Teve produtor que adquiriu rizomas de Alan Carle (Heliconia) e quando a flor nasceu, não era Alan Carle (Heliconia) [...] era uma “*Miqueriense*”, que é uma flor sem valor [...] ela pode dar um arranjo [...] é flor de dois, três dias [...] Enquanto, nós temos uma Bihai (Heliconia), que flor de vinte dias, vinte cinco dias [...] Nisso foi fornecido valor único (nos rizomas) pra gente, mas é muito ruim isso, teve gente que recebeu Alpinia Rosa [...] quando recebeu era vermelha, aí plantado na sombra dificulta [...] Quem pediu vermelha, recebeu rosa, que a vermelha é no sol e a rosa é meia-sombra, tá entendendo [...] Então, teve muita coisa[...]. (ENTREVISTADO A, 2008).

Sem a presença de mediadores institucionais, como o Sebrae, por exemplo, esses problemas não encontraram -se soluções pertinentes. Outras questões relacionadas ao crédito e a comercialização ocorreram:

[...] O crédito teve um problema no começo, mas agora liberou, mas no começo muito, muito complicado, [...] Banco do Brasil, Banco do Nordeste, complicou muito, e depois, agora melhorou, liberou [...] Na produção achei boa (*produção*) [...] (*pós-colheita*), diretamente, não, só por que a vendagem tá pouca, [...] (*a comercialização*) A cooperativa vai ver se resolve agora. [...] (ENTREVISTADO B, 2008).

A cooperativa concentrou-se na produção, um foco errado na visão dos entrevistados, que deveria se concentrar na comercialização, conforme registra um entrevistado:

[...] Não, não to muito bem satisfeito por que, eu to achando a cooperativa muito devagar ainda, eu acho que ela devia ter se envolvido mais com a venda, com o resto não, com técnico, com agrônomo, com visita tudo é bom, agora uma coisa que não tá muito bom é a venda, ela tá devagar, eu acho que ela devia ter se envolvido mais [...]. (ENTREVISTADO B, 2008).

Na percepção dos produtores da Copaflores o relacionamento com lojistas e fornecedores é considerado um fato muito importante na consolidação do setor. Eles consideram que já há cooperação na produção e no pós-colheita.

Apesar de todos os problemas de comercialização, na percepção dos produtores *não-estruturados*, suas respostas no formulário foram em comum com os demais entrevistados: a forma de relacionamento com alguns **atores**: com os **lojistas** é muito boa, com os **fornecedores** e **intermediários** também é boa. A Cooperação na área de produção de flores tropicais foi considerado a área mais importante. A área de **pós-colheita** foi dita como importante junto com áreas de **distribuição** e **tecnologia da informação (informática)**, conforme quadro 9.

Todos os problemas relacionados acima pelos agricultores *não-estruturados* poderiam ter sido amenizados se estivessem sob a liderança eficiente da cooperativa e atraído o auxílio dos produtores *estruturados e consolidados*, a partir da identificação de interesses convergentes. Observa-se que muitos problemas foram originados por conta da falsa expectativas por um precário fluxo de informações técnicas e mercadológicas entre os produtores. De qualquer forma a implantação e manutenção da produção de flores tropicais por um conjunto razoável de produtores vinculados a Copaflores constitui uma realidade. As ações de apoio ao segmento já encontra respaldo e respostas numa pequena, mas firme base produtiva instalada no município de Paudalho. O desenvolvimento de ferramentas e instrumentos de apoio a um processo consistente de cooperação para competitividade parece ter hoje condições de prosperar.

### **3.6.1. - A Expectativa dos Agricultores Familiares da Copaflores - Ambiente Favorável a Inclusão Competitiva**

Atualmente os agricultores familiares que fazem parte da Copaflores, diante das dificuldades passadas, sabem melhor como enfrentarão problemas que certamente aparecerão e não parecem temerem os percalços futuros. Os entrevistados demonstraram ter certa convicção da importância da *cooperação* articulada através da cooperativa para o enfrentamento de problemas comuns. É bem representativo este sentimento, como mostrado no relato de um dos agricultores familiares entrevistado:

“[...] o que eu entendo é estas visitas que a gente faz, no sítio do outro, por que cada uma pessoa trabalha de um jeito, né, o cara vai pegando(conhecimento) um do outro, um do outro, ... **oxente, é outra coisa, a gente sozinho não faz nada não [...].**”(ENTREVISTADO B, 2008). [grifo nosso].

Isso manifesta um claro sinal da disposição de ajudar (e de ser ajudado) para ter resultados promissores, revelando um ambiente favorável à inclusão competitiva. A cooperação, materializada através da cooperativa, tende a impulsionar o setor de floricultura tropical no estado de Pernambuco, possibilitando a inclusão competitiva dos agricultores familiares e dessa forma fomentando o desenvolvimento local.

A coordenação das ações de cooperação a serem dirigidas na busca das soluções dos problemas mais importantes, dentre eles a comercialização do produto, constitui fator fundamental no processo de desenvolvimento local na sua área da atuação desses produtores, devendo o aprendizado sobre essa articulação/cooperação ser incorporado como premissa de um programa mais efetivo de extensão rural para o setor. Dessa forma, pode-se promover a união dos agricultores como uma estratégia para vencer desafios, provocando, conseqüentemente, o desenvolvimento local.

**QUADRO 9**  
**COOPERAÇÃO NA PRODUÇÃO DE FLORES TROPICAIS**  
**- NA OPINIÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

<b>Áreas de Cooperação</b>	<b>Hierarquizado</b>
<b>Na Produção.</b>	1º. Item mais citado
<b>Na Pós-colheita.</b>	2º. Item mais citado
<b>Na Distribuição.</b>	3º. Item mais citado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

Não houve relatos de atividade compartilhada de forma sistemática entre os produtores no Setor de Floricultura, mas existem produtores que dão palestras e capacitam alguns interessados na área e esse tipo de capacitação vem se repetindo com frequência. Ademais, alguns produtores chegam a trocar informações, quando são solicitados a fornecer flores tropicais entre si para ajudar no atendimento de demandas.

Também constatou-se que a maioria dos entrevistados faz parte de algum grupo como associação e cooperativa. Porém, os produtores *estruturados* não dependem de associações

ou cooperativas, como mencionado tem condições financeiras e operacionais muito boas, e alguns tem relacionamentos com algum tipo de associação.

Esses produtores mais *estruturados e consolidados* poderiam ter ganhos substanciais se pudessem conduzir mercadologicamente os *não-estruturados*, fazendo-os também ganhar. Trata-se da busca de uma visão empreendedora por parte dos produtores *consolidados* que estariam em uma atividade que já dominam e poderiam obter retorno elevados.

Na verdade, se chamados por um ente que tem credibilidade, como o Sebrae ou a UFRPE, acredita-se que a maioria dos produtores participaria na criação de uma instância que agregasse todos os produtores, pois eles demonstram interesse em ações que pudessem ser articuladas conjuntamente com os outros envolvidos com o setor.

Entre os menos estruturados, registra-se, por exemplo, que a Copaflores mantém articulada conjuntamente entre os agricultores familiares, reuniões regularmente e visitas por parte da diretoria para estimular, apoiar e incentivar os cooperados, existindo uma troca de experiências e de informações, tendo como um assunto recorrente a busca de soluções para o escoamento e venda da produção.

### **3.7. - Levantamento dos Atores Sociais envolvidos com o Setor de Flores Tropicais de Pernambuco**

Segundo os produtores, atualmente não há instituições que estejam promovendo ações específicas em torno do setor. Como mencionado o **Sebrae** de Pernambuco é considerada a entidade de maior importância para o setor, destacando-se com projetos implementados no passado para a Floricultura Tropical, mas atualmente exerce um papel menos expressivo, sem conduzir ações específicas. Há uma expectativa, apurada os produtores, que o mesmo volte a se envolver com o Setor, como o fazia anteriormente.

Com relação a **Copaflora**, entre as instituições destacam, também o governo municipal de Paudalho, tem dado bastante apoio aos agricultores familiares; a **ONG CEAC** – Centro de Apoio a Pessoas Carentes que foi a operadora de negócios do projeto inicial **Promata** e a **UFRPE**, que tem apoiado no campo da pesquisa, os **bancos oficiais** também foram lembrados, conforme listados no quadro 10.

**QUADRO 10**  
**PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS CITADOS RELACIONADOS**  
**COM O SETOR DE FLORES TROPICAIS**  
**- NA OPINIÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS**  
**Período do Levantamento: 1º Semestre de 2008**

Principais Atores Sociais Citadas
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE – PE
Bancos Oficiais (BB, BNB)
Governo do Estado de Pernambuco- Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona-da-Mata/ PROMATA
Prefeitura Municipal de Paudalho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo.

### 3.8. - Possibilidades de Formação de Cooperação no Setor de Flores Tropicais

Os produtores entrevistados quando solicitados a se posicionarem sobre algumas fases ligadas à sua disposição de cooperação entre si, demonstram **concordar fortemente** que *“Pequenas empresas, operando de forma articulada, tornam mais fácil a inclusão competitiva”*, *“Reunião de pequenas empresa facilita o desenvolvimento local”* e *“Cooperação e espírito empreendedor entre empresas gera maior competitividade na Floricultura Tropical”*.

E **concordam** que *“Sozinho no negócio, é difícil uma inclusão competitiva”*, *“Grupo de empresas chama a atenção de compradores, de fornecedores e do próprio governo”* e *“Grupo de empresas têm mais facilidade de participação em feiras no Brasil e no exterior”*.

E também **concordam** que “*Sua empresa teria vantagens se trabalhasse em conjunto com outras*”. Logo, demonstraram boa disposição à cooperação entre si na busca por soluções a seus problemas comuns.

Ressalta-se que, quanto ao **nível de cooperação** entre as empresas do setor de flores tropicais do estado de Pernambuco os agricultores familiares **consideram de nível médio**.

Todavia, os agricultores familiares do setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco não costumam cooperar para: comprar insumos, vender, treinar mão-de-obra, produzir, distribuir. Contudo, existe uma preocupação comum com relação a estes pontos, sendo temas freqüentes em suas reuniões.

### **3.9. - Levantamento da Interatividade entre os Atores Sociais Envolvidos com o Setor de Flores Tropicais de Pernambuco – Ações Desenvolvidas de Cooperação**

Os produtores consideram as parcerias dentro do setor muito raras e, em geral, os produtores mais *estruturados e consolidados* julgam não necessitar das mesmas.

Há, contudo, parcerias informais e embrionárias da UFRPE com algumas unidades produtivas, podendo essas iniciativas serem desenvolvidas para algo mais estrutural no futuro.

Ademais, os agricultores familiares já fizeram parcerias com empresa de comercialização e prontamente buscam parcerias com: órgãos públicos, fornecedores, associações, universidades, Ong's, empresas do mesmo setor, empresas de outro setor.

Em resumo pode-se dizer que as possibilidades de cooperação entre os produtores e entre esses e as instituições ainda são pouco desenvolvidas. Há contudo, uma atividade positiva por parte dos produtores no sentido de buscarem coletivamente por soluções aos seus problemas comuns. Na verdade, a cooperação institucional aparece como uma promissora alternativa uma vez que pode efetivamente conduzir a uma nova dinamização

do setor através da articulação de ações e geração de sinergias. O setor mostra-se altamente viável na percepção dos produtores e instituições envolvidas e esse sentimento pode vim a funcionar como verdadeiro “motor” na busca por soluções articuladas para os problemas comuns.

### **3.10. - Síntese das Articulações Cooperativas dos Produtores Entrevistados da Floricultura Tropical: Uma Visão a Partir da Cadeia Produtiva do Setor**

#### **a. Ambiente Institucional Amplo**

Nenhum dos grupos de produtores – “*Estruturado e Consolidados*”, “*Estruturados e Não-consolidados*” e “*Não-estruturados e Não Consolidados*” -, está organizado o suficiente para exercer poder de barganha a ponto de influir na formulação de políticas governamentais e regulatórias de interesse do setor.

Em particular, observou-se a necessidade de que se desenvolva um melhor nível de articulação entre os produtores, de modo a fortalecer sua capacidade de influenciar nas formulações das *políticas de crédito* dos bancos oficiais dirigidas ao setor, melhorar as articulações das entidades envolvidas com *comércio exterior* em benefício do segmento em análise, bem como ajudar a instruir os órgãos competentes na *regulação de proteção ao meio-ambiente* etc. São ações que permitiram fontes importantes de competitividade para o setor de flores tropicais de Pernambuco frente a outros concorrentes nacionais e internacionais.

#### **b. Ambiente Organizacional**

Há um conjunto de atividades ligadas à logística, pesquisa e desenvolvimento (P&D), capacitação de mão-de-obra, desenvolvimento de canais de exportações, entre outras, onde os custos podem ser compartilhados em conjunto pelos produtores. Nesse aspecto, os produtores teriam muito a ganhar nesse compartilhamento de custos. Contudo, não houve

nenhum relato de compartilhamento de custos por parte dos produtores objetivando incremento da competitividade do setor como um todo.

Considerando-se os grupos de *produtores estruturados, consolidados* ou *não*, verificou-se, a partir de relatos nas entrevistas, que há uma incipiente interatividade desses produtores buscando-se melhorar o nível de articulação entre si, de modo a favorecer algumas atividades. Ocorre que pouco se tem feito para o conjunto maior desses produtores, estando tais ações circunscritas a grupos muito pequenos de amigos produtores. Isso poderia, evidentemente, ser tentado em círculos mais amplos, o que certamente traria retornos mais notáveis para o setor.

No âmbito dos *produtores não-estruturados e não-consolidados*, entretanto, algumas ações já foram empreendidas. Em particular, os produtores da Copaflorela relataram que já houve ocasião onde isso foi possível e que essas possibilidades são frequentemente discutidas nas reuniões que fazem. Contudo, não há, ainda, uma sistematização do aproveitamento do compartilhamento de custos a ponto de se tornarem uma vantagem competitiva para os mesmos.

Considerando o conjunto de produtores do Estado, muito se teria a aproveitar na utilização coletiva de ativos e de atividades geradoras de ganhos pelo compartilhamento de custos, por exemplo, na logística, no treinamento, no marketing etc. Para tanto, seria necessário um levantamento detalhado que permitisse avaliar onde e como se poderia obter ganhos pelo compartilhamento de ativos e ações. Esse seria um primeiro passo para se estabelecer a viabilidade de mobilizações para se efetivar os ganhos potenciais.

### **c. Sistema de Apoio Institucional**

Todo setor econômico está envolvido por um entorno institucional específico que é composto, entre outros elementos, pelos órgãos públicos (nas três esferas: federal, estadual e municipal), empresas privadas, bancos, universidades, organizações não-governamentais etc. O entorno institucional dos produtores de flores tropicais no Estado, inferindo-se a partir dos produtores entrevistados, é vasto e tem possibilidades de beneficiar amplamente

o setor. No entanto, grande parte do aparato institucional, na visão dos entrevistados, mostra-se apático relativamente ao setor em estudo.

Há, todavia, exceções importantes: O Sebrae, nos primórdios do desenvolvimento recente do setor, nos anos da década de 1990, teve um papel muito importante. Outra instituição que se mantém presente, mesmo de uma forma ainda incipiente, é a Universidade Federal Rural de Pernambuco, particularmente através do Departamento de Agronomia<sup>27</sup>. O Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também tiveram papéis destacados por ocasião da implantação de projeto do Promata ligado ao setor. O Promata também possibilitou o envolvimento de uma organização não-governamental (ONG CEAC–Organização Não Governamental Centro de Apoio às Famílias Carentes), além dos financiamentos obtidos dos bancos oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste). Também merecem registro as ações da Prefeitura de Paudalho em benefício do setor.

Contudo, o entorno institucional da floricultura tropical do Estado precisa ser “despertado” para as grandes potencialidades desse segmento econômico, notadamente para a viabilidade de sua expansão com relevantes contribuições potenciais na geração de emprego, renda, divisas e tributos.

Na análise por grupo, verificou-se a partir das entrevistas, que os produtores dos grupos *estruturados (consolidado ou não)* tem bom acesso às instituições. Todavia, esse acesso é mais consequência das condições individuais dos produtores do que pela sua condição de produtor de flores tropicais. Em outras palavras, eles gozam, individualmente como empresários e profissionais liberais, de acesso a tais instituições. Sendo assim, não há no sistema de apoio institucional do setor, nenhuma diferenciação no atendimento dos produtores de flores tropicais no Estado, algo que deve ser conquistado para dar conta dos requisitos competitivos cobrados desse setor.

---

<sup>27</sup> Espera-se que esse trabalho sirva de subsídio para que o Posmex possa institucionalmente contribuir para o desenvolvimento do setor através de uma extensão rural que privilegie os incentivos à articulação institucional e à cooperação entre os produtores, fatores fundamentais no desenvolvimento local dos territórios onde essa produção está presente.

O grupo de produtores “*não-estruturados e não-consolidados*” tem interagido com instituições públicas e privadas através da Copafloa. A prefeitura de Paudalho tem interagido de forma a favorecer esses produtores através do atendimento de demandas dos associados de sua cooperativa.

#### **d. Fornecedores de Insumos**

As parcerias formadas pelos produtores com os fornecedores de insumos para o setor são, pelo que se apurou nas entrevistas, muito incipientes. Há o relacionamento comercial, mas falta um relacionamento que seja gerador de diferenciais competitivos mais relevantes para o setor. Também nesse caso, ações conjuntas dos produtores poderiam melhorar o grau de barganha junto a alguns importantes fornecedores, ajudando não somente através de preços menores cobrados pelos mesmos, mas também através de outras condições: de prazo, garantias e logísticas envolvidas nas transações, por exemplo.

Quanto aos produtores *não-estruturados e não-consolidados*, como os da Copafloa, acredita-se que esses ganhos serão efetivos a partir da sua reestruturação.

#### **e. Grau de colaboração entre produtores**

Entre os *produtores estruturados e consolidados* há um debate quanto à viabilidade dos *produtores não-estruturados e não-consolidados*. entre os *estruturados e consolidados* alguns produtores acreditam que os produtores *não-estruturados e não-consolidados* possam se desenvolver e atender a uma fatia específica de mercado. Por acreditar nessa viabilidade e numa potencial complementariedade, esses vêm dando apoio através de consultoria, cursos, palestras e treinamentos práticos.

Outros, entre os *estruturados e consolidados*, não acreditam nessa possibilidade, considerando um desperdício os investimentos públicos e privados dirigidos para esse segmento e, conseqüentemente, negando qualquer espécie de apoio ao segmento de produtores não desenvolvido.

Não se pode deixar de lado os argumentos levantados por cada um dos lados do debate sobre a viabilidade econômica dos produtores *não-estruturados*. Sob o prisma analítico daqueles que não acreditam na viabilidade desse grupo de produtores pesam: a baixa escolaridade, a falta de técnica, falta de cultura no trato das flores tropicais e a falta de escala produtiva, entre outros fatores, inviabilizariam o desenvolvimento dos produtores *não-estruturados*. Esse argumento não é de todo desprezado pelos *produtores estruturados* que apóiam os *não-estruturados*, apenas divergem quanto ao futuro dos mesmos e eles conseguem enxergar a viabilidade através da consolidação de cooperativas de pequenos produtores.

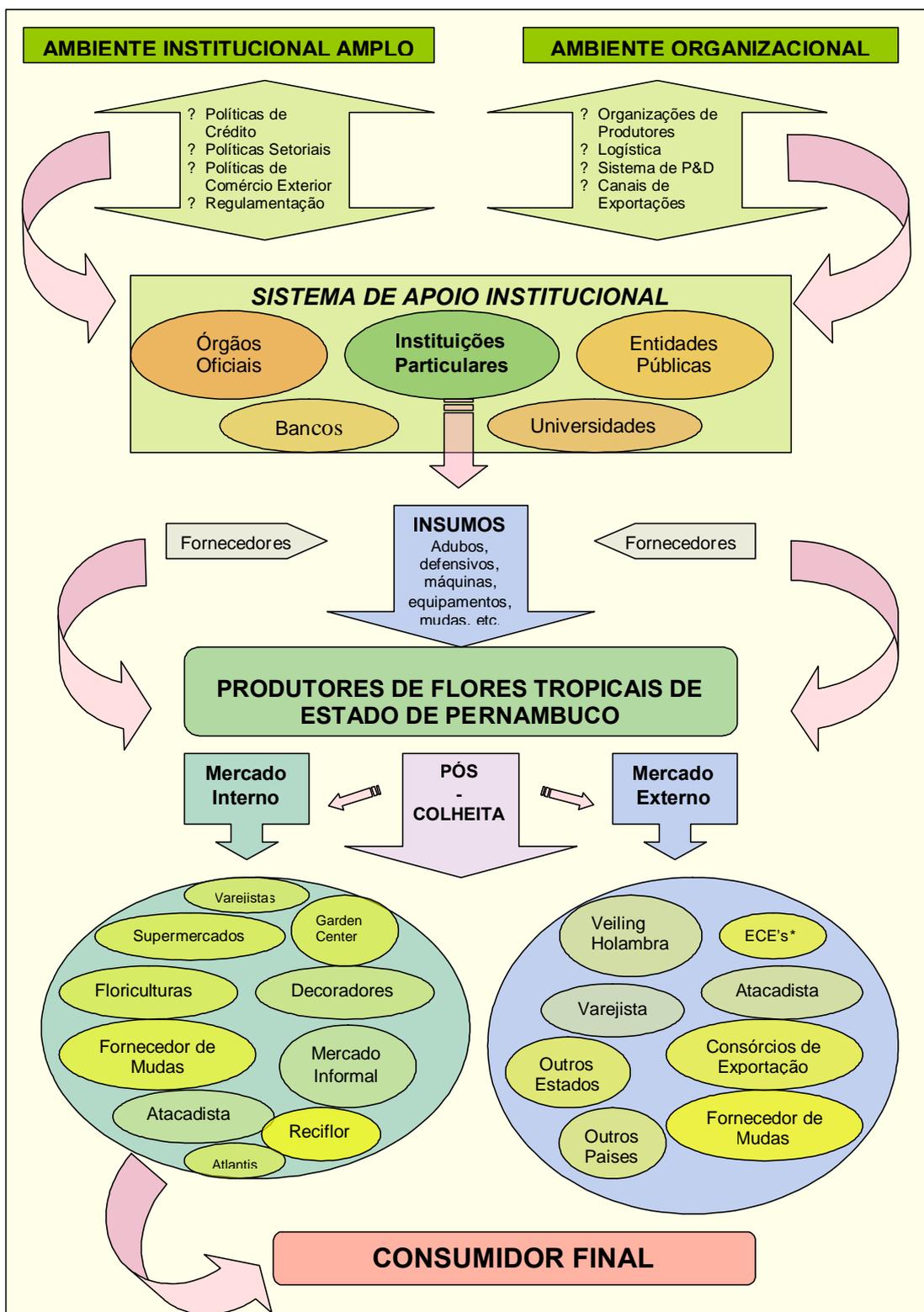
Na verdade, se deixados à própria sorte, sem se buscar a complementariedade da produção dos *produtores não-estruturados* com os *produtores estruturados*, dificilmente se viabilizaria a produção dos primeiros. Essa complementariedade parece ser mais provável através da consolidação de cooperativas e possibilitaria uma vantagem competitiva adicional aos *produtores estruturados e consolidados* relativamente à produção concorrente em outros estados brasileiros e mesmo frente a outros produtores concorrentes no mercado internacional, ganhando em escala, diversidade e flexibilidade na oferta. Para tanto, é necessário fazer ver para aqueles que não acreditam que eles podem ganhar se souberem apoiar estrategicamente os *produtores não-estruturados*. Podem ganhar, como mencionado, em escala, em diversidade e em flexibilidade na oferta de seus produtos. Um volume adicional de produtos poderia ser obtido desses últimos, viabilizando a produção dos mesmos e permitindo aos grandes, serem mais agressivos nos mercados, uma vez que esses estariam comandando uma maior e mais diversificada oferta de flores tropicais, seja no mercado interno seja no mercado externo.

O nível de cooperação entre os produtores nos diversos campos de trabalho – compra de insumos, produção, colheita, pós-colheita e distribuição – pode se transformar numa das principais fontes de competitividade para o setor de floricultura tropical do Estado de Pernambuco.

Deve-se superar o debate quanto à viabilidade, tentando-se enxergar os ganhos provenientes do binômio ***competição e cooperação***. Entre os *produtores estruturados* já se

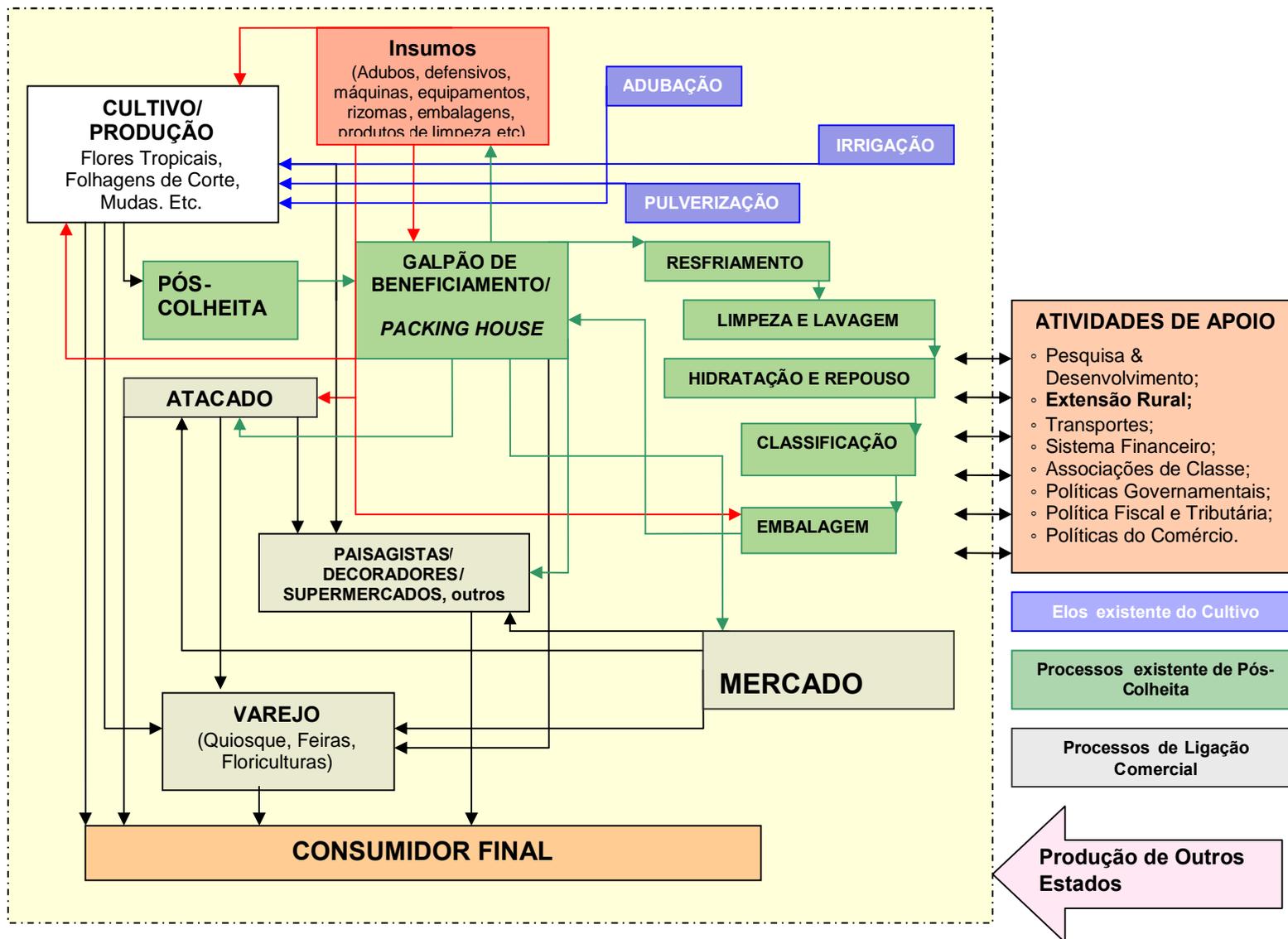
constitui uma prática a complementariedade entre os mesmos, uns satisfazendo as necessidades de algumas variedades de flores dos outros, por ocasião de demandas eventuais. Isso é muito salutar, mas ainda é bastante restrito a pequenos círculos de produtores, devendo-se avançar mais decididamente nessa prática em benefício da competitividade de todos. Na verdade, um elevado nível de competitividade deve ser atingido quando essa complementariedade for comum entre todos os grupos de produtores e em todos os níveis da cadeia produtiva: aquisição de insumos, logística, produção, colheita, pós-colheita, canais de distribuição, marketing e vendas.

Para um melhor entendimento observe-se as Figuras 2 e 3.



**FIGURA 2 - FLUXOGRAMA DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR DE FLORES TROPICAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Fonte: Elaboração da Autora(2008) baseada em Pedroza Filho(2006), Brainer e Oliveira(2006), Costa, M.P.B.(2003).



**FIGURA 3 – PROCESSOS E ELOS DA PRODUÇÃO DE FLORES TROPICAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO**

FONTE: Elaboração da Autora (2008) baseado em Lírio, V.S. (2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Extensão Rural no Brasil mostra como foi implantado um modelo conservador que não privilegiava os pequenos produtores, existindo uma política que implementava na agricultura ações voltadas apenas para uma modernização no campo sem preocupações sociais e ambientais. Esse processo de industrialização na Extensão Rural provocou uma agricultura subordinada e voltada apenas à agroindústria, elevando os grandes agricultores e negligenciando os pequenos produtores. Essas ações tiveram reflexos econômicos, sócias e ambientais, gerando um esgotamento desse modelo.

Particularmente, dadas as condições de maior vulnerabilidade existente no Nordeste por conta das dificuldades edafo-climáticas, concentração de terras nas mãos de poucos e o resultante nível de pobreza, de um lado, e toda a herança histórica vinculada às formas perversas de exploração da mão-de-obra (escravidão inclusive) e às idéias de coronelismo, por exemplo, de outro, não se poderia esperar uma tendência forte à cooperação entre os atores sociais nordestinos. Assim, o processo de socialização ocorrido no Nordeste do Brasil poderia estar por trás da dificuldade que se observa na propagação de práticas cooperativas na região.

Não é por acaso, portanto, que em função da ideologia remanescente desse modelo conservador de extensão rural não conseguiu no passado e não consegue, no presente, dar conta de novas realidades, onde os pequenos produtores familiares podem participar de um processo consistente de aumento da competitividade de um setor como o de floricultura tropical do Estado de Pernambuco. Espera-se que o presente trabalho sirva de subsídio para o redesenho de uma extensão rural que privilegie a perspectiva dos produtores familiares, tornado-a mais promissora e efetiva. Uma extensão rural que entenda as lacunas existentes no setor e se comprometa em cobrir necessidades como as que foram destacadas pelos entrevistados: problemas na área de pós-colheita, notadamente, no campo de pesquisa/estudos e de carência de material com informações técnicas/tecnológicas, pontos como esses são do alcance da extensão.

A cooperação legítima entre os produtores deve ser resultado de um entendimento entre eles sobre a necessidade de juntar forças para que todos os envolvidos saiam efetivamente ganhando. Não apenas de uma compreensão sobre efetivas possibilidades de ganhos, mas também só prevalecerá se baseado num clima de confiança mútua. Então, a base para o desenvolvimento de uma estratégia de efetiva cooperação deve ser composta de dois ingredientes fundamentais: i) confiança mútua entre as pessoas envolvidas (particularmente entre os próprios produtores); e ii) visão comum quanto às possibilidades de ganhos futuros (visão comum baseada, principalmente, no conhecimento que se tem sobre a realidade em que atuam e nas oportunidades que podem ser geradas dentro dessa mesma realidade).

Conclusivamente, portanto, deve-se reforçar os dois ingredientes de uma estratégia de cooperação bem sucedida para evitar repetições de equívocos como os que foram relatados pelos produtores entrevistados da Copaflorea: orçamento mal dimensionado, falta de infraestrutura (estradas, por exemplo), falta de mão-de-obra capacitada, equivocado dimensionamento da produção (meio hectare foi considerado insuficiente, por exemplo), desembolso de recursos não sincronizado com as reais necessidades dos produtores (liberação facilitada no início e escassos depois, por exemplo), problemas relacionados a mudança na produção sem um estudo profundo de mercado, insatisfação e a descrença no desenvolvimento da atividade e problemas que findaram por comprometer a confiança em ações conjuntas que pudessem gerar resultados mais concretos.

Primeiramente, deve haver certa visão comum sobre os ganhos potenciais provenientes da interação cooperativa que se tiver desenhando. Essa visão comum pode ter bases sólidas ou pode ser fruto apenas da intuição, ou até mesmo, resultado de um engodo. Todavia, tal visão comum será potencialmente benéfica se sustentada pelo conhecimento, sendo essa a melhor maneira de construí-la. Vale advertir que o conhecimento não é algo que ocorra de forma espontânea, na maioria das vezes ele é fruto de esforços conscientemente realizados para obtê-lo. Ou seja, os agentes ou as instituições envolvidos têm que querer saber. A construção do saber sobre a sua realidade e potencialidade torna-se uma ferramenta poderosa na construção da cooperação entre os produtores.

Portanto, um empreendimento para ser sucedido têm que privilegiar a capacitação dos produtores, particularmente no caso dos produtores não-estruturados, que, pelo que foi levantado, poderiam ter evitado vários problemas se tivessem sido melhor preparados para enfrentar as dificuldades de uma inclusão competitiva no mercado, capacitado-se melhor para o processo de comercialização de sua produção.

O outro ingrediente fundamental relaciona-se ao grau de confiança existente entre aqueles que se juntem para cooperar e, a partir daí, concebam e implementem ações comuns. Desses produtores será, certamente, exigido algum tipo de esforço para que as ações concebidas sejam, de fato, implementadas.

Assim, os produtores não-estruturados poderiam ter sido capacitados sobre todo o processo da cadeia produtiva de flores tropicais, apropriando-se do conhecimento dessa nova cultura e identificando os procedimentos de tarefas e procedimentos diferentes daquelas já praticadas nas lavouras mais tradicionais (macaxeira, inhame, milho, feijão etc.). A real apropriação desses novos conhecimentos (produtivos e de comercialização dos novos produtos) constitui etapa importante a ser enfrentada no processo de desenvolvimento do setor.

Pela literatura percorrida no arcabouço teórico deste trabalho, pode-se deduzir que visão comum, conhecimento e confiança são os ingredientes fundamentais para o desenvolvimento do capital social das comunidades de produtores familiares. Portanto, o aumento do capital social que irá servir para realização de ações de cooperação voltadas para a competitividade dos produtores familiares, configura-se como elemento fundamental para que haja a inclusão social e econômica dos mesmos, gerando, conseqüentemente, o desenvolvimento local.

Deduz-se do exposto que, objetivando-se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento para o setor de floricultura do Estado de Pernambuco, deve-se, primeiramente, configurar, a partir de um eficiente processo de interação entre os produtores, as reais possibilidades de expansão desse segmento e de seus impactos prováveis sobre todas as categorias de atores sociais e econômicos envolvidos. Em outras

palavras, todos vão querer saber se o setor pode efetivamente crescer e o que cada um vai ganhar com isso. Quando os agricultores vislumbrarem os ganhos potenciais de suas ações de cooperação mútuas, terá se dado um passo fundamental na construção do alicerce de uma estratégia de desenvolvimento local promissora. Esse papel pode, e deve, ser exercido por uma extensão rural efetiva.

Na reflexão sobre os potenciais impactos da inclusão competitiva dos produtores familiares (ainda não estruturados) no setor de flores tropicais do Estado de Pernambuco, verificou-se que a falta de conhecimento sobre os ganhos potenciais provenientes da cooperação já tem provocado, pelo que se apurou na pesquisa, perdas relevantes para todos os produtores familiares.. Afinal, os produtores familiares não-estruturados entrevistados relataram estar jogando fora toda a sua produção, utilizando-a apenas como forragem do solo. Ou seja, vêm experimentando perdas quase totais. E, impressionantemente, têm uma visão clara, ao menos uma crença clara, quanto às possibilidades lucrativas do setor. Os produtores não-estruturados acreditam no cultivo de flores tropicais, tem consciência de que se trata de uma nova cultura, tendo já produtores fortes no setor, ou seja: estruturados e consolidados, e que ganham muito com flores tropicais. Assim, os produtores da Copaflores manifestaram acreditar no potencial do setor, e buscam apoio para conceber e implementar estratégias de divulgação, tendo na Copaflores o suporte para tanto. Dessa forma demonstram acreditar no seu sucesso comercial futuro.

Na discussão sobre as possibilidades de convergências de interesses entre os produtores de flores tropicais não-estruturados e os já estruturados e consolidados no processo de dinamização do setor de flores tropicais do Estado de Pernambuco, que fossem favoráveis à inclusão competitiva dos produtores familiares, merece ressaltar que não seria difícil imaginar ganhos adicionais para todos a partir de uma visão mais empreendedora por parte dos produtores estruturados e consolidados sobre a realidade e potencialidades do setor. Estruturados e consolidados como são poderiam desenvolver, juntamente com os produtores familiares não-estruturados, meios de se aproveitar a produção que é jogada fora. Mas, as oportunidades que estão disponíveis no setor extrapolam em muito o aproveitamento dessa produção que é desperdiçada atualmente. Primeiro porque poderia se

melhorar relevantemente a qualidade do produto que é desprezado, tornando-o mercadologicamente aceitável. Mais importante: a quantidade produzida poderia ser fortemente aumentada se apoiada pelos produtores mais desenvolvidos. Eles têm condições materiais e técnicas para promover a o aumento da produção e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados pelos produtores não-estruturados.

Na verdade, esses produtores deixariam de serem desestruturados, passando a compor parte integrante do setor de floricultura do Estado de Pernambuco ao complementar a já bem sucedida produção dos produtores estruturados e consolidados. Há, portanto, possibilidades reais de ganhos por parte de todos os atores. Em outras palavras: há convergência potencial de interesses.

O esforço do desenvolvimento do setor deve ser preocupação principalmente dos produtores do setor. Por conta disso, recomenda-se que as políticas públicas dirigidas para a floricultura tropical no Estado devem privilegiar o diálogo e o incentivo à cooperação entre os mesmos.

Buscou-se a partir do exposto acima, mostrar a viabilidade e potencialidades do setor de flores tropicais de Pernambuco na inclusão competitiva dos atuais produtores não-estruturados e não-consolidados. A inclusão desses produtores familiares poderia colocar o setor em um elevado nível de competitividade, ajudando na concorrência provenientes de produtores localizados em outros estados brasileiros ou em outros países produtores de flores tropicais.

Faz-se necessário também apontar as limitações do presente trabalho que estão relacionados à natureza exploratória e qualitativa da pesquisa aqui desenvolvida , não se prestando, portanto, para fazer extrapolações sobre as características de outros produtores do Estado. Isso só seria possível se tivesse havido um levantamento e tratamento estatístico que se mostrou fora do escopo deste trabalho.

Em suma, o presente trabalho ao atingir os três objetivos perseguidos nesta pesquisa, demonstra que :

Primeiramente, foi delineado os processos e os elos da cadeia produtiva do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco e, a partir desse delineamento, examinou-se o papel da cooperação na inclusão competitiva dos Agricultores familiares no mercado, tendo como resultado conclusivo a confirmação da importância fundamental da cooperação entre os produtores nesse processo de inclusão e no desenvolvimento do setor.

O segundo objetivo atingido relacionou-se ao levantamento e análise, na perspectiva dos produtores familiares, os principais problemas enfrentados, as principais instituições envolvidas e as possibilidades de cooperação no setor de flores tropicais do estado de Pernambuco que possam ajudar no processo de inclusão competitiva. Ficou claro, pelo que foi levantado junto ao público entrevistado, que o principal problema do setor relaciona-se às dificuldades de escoamento e venda da produção: mesmo com as deficiências apontadas na análise, constatou-se que a produção já é uma realidade entre os produtores não-estruturados, mas a comercialização ainda é muito incipiente, tendo, alguns produtores, que jogar fora a produção realizada. Como conclusão, portanto, os principais problemas relacionam-se à comercialização da produção. Quanto às principais instituições envolvidas destacaram-se, na visão dos produtores, o Sebrae, os bancos oficiais, o Promata, A Prefeitura de Paudalho, a Copaflores e a UFRPE. Todavia, o envolvimento dessas instituições não tem sido geral, nem sistemático e nem coordenado. Portanto, conclui-se que se poderia avançar para que haja um mais intenso, efetivo e proveitoso processo de cooperação desse entorno institucional com o setor, tanto em termos do número de novos atores sociais e econômicos que poderiam ser chamados a contribuir com o setor, quanto ao aprofundamento do envolvimento dessas instituições com a floricultura tropical no Estado de Pernambuco.

Finalmente, foi possível concluir, na perspectiva dos produtores familiares, que as formas efetivas e potenciais de cooperação entre os produtores (e, também, entre esses e as instituições) vinculam-se ao desenvolvimento de esforços buscando-se conceber e

implementar ações que favoreçam à comercialização da produção. De fato, pelo que foi levantado, conclui-se que as possibilidades de cooperação que parecem ser mais promissoras relacionam-se à área de comercialização, onde os ganhos mostram-se com mais clareza, na visão dos produtores entrevistados.

Nesse contexto, a elevação da competitividade entre os agricultores familiares é fundamental para o avanço no processo de desenvolvimento e, de fato, o estabelecimento de instrumentos e mecanismos que induzam à cooperação entre os agricultores familiares e atores econômicos atuantes em determinadas comunidades têm sido encarado como uma estratégia que pode levar a melhorias das condições de vida de parte significativa dessa população. A cooperação entre agricultores familiares deve ser encarada como elemento considerado fundamental para o sucesso econômico das atividades produtivas desenvolvidas em pequenas comunidades.

Acredita-se que este trabalho tenha proporcionado uma visão sobre o setor que subsidie outras pesquisas futuras que aprofundem o conhecimento sobre a floricultura tropical do Estado de Pernambuco, sejam elas de caráter qualitativo ou quantitativo. Especificamente, recomenda-se a elaboração de pesquisas que promovam o levantamento de dados quantitativos abrangentes sobre o setor. Propõe-se, também, que outras pesquisas busquem analisar a questão ambiental do setor que ajudem na antecipação dos impactos ambientais decorrentes de uma eventual expansão de sua produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. - São Paulo: Editora Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. Entrevista **O Futuro do Rural** à Revista Globo Rural Retirado do site: Disponível em: <  
<http://revistagloborural.globo.com.br/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344-1,00.html>>. Acesso em: 05 dez.2005.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (Notas para uma Investigação). In: ZIZEK, Slavoy. Um Mapa da Ideologia. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Contraponto, p. 105, 1996.
- AMORIM, Mônica Alves. **Clusters como estratégias de Desenvolvimento Industrial no Ceará**. – Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de (Coord.). **Atlas Escolar Pernambucano**. Espaço Geo-Histórico e Cultura. 2ª.ed.- João Pessoa: Editora Grafset, 2003.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. - Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.30.n.2, p.144-161, abr/jun 1999.
- ATLANTIS, **Instituições do Setor de Floricultura Tropical**. Atlantis Flora Tropical LTDA . Disponível em:< <http://www.atlantis.agr.br/links.html>>. Acesso em: 31 Mar.2008.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginario Social**. Enciclopédia Einaudi, Volume 5. Anthhops – Homem, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Rio de Janeiro, 1985.
- BORDERNAVE, Juan Diaz et al. **Comunicação Rural – Discurso e Prática**. In: Comunicação Rural – Discurso e Prática. BRAGA, Geraldo Magela e KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Orgs.). - Trabalhos apresentados no IX Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM – Viçosa/MG: Imprensa Universitária, 1993.

- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Tradução: SILVEIRA, Cássia R. da. et al. Revisão Técnica: MONTERO, Paula. – São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **El capital social. Apuntes provisionales**. In: Capital Social (Comps.), HERREROS, Francisco e FRANCISCO, Andrés de. –Zona Abierta 94/95, 2001.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A Voz do Mar: Construção Simbólica da Realidade dos Pescadores Brasileiros pela Missão do Cruzador ‘José Bonifácio’ (1919-1924)**. Capítulo 2 - Comunicação para Desenvolvimento e História: uma aproximação teórica. – tese de Doutorado em Ciências da Comunicação – Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. - São Paulo, 1994.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **A Globalização Imaginada**. Tradução: MOLINA, Sérgio – IlumiNuras, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena – Propaganda Política no varguismo e no peronismo** - Coleção Textos do Tempo. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1998.
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTA BEBER, José Antonio. **Por uma Extensão Rural: Fugindo da Obsolescência**. Reforma Agrária, v.24, n3, p.70-90.set./dez. 1994.
- CASTÃN, Jordi. et al. **Flora Catarina** – Uma história da nossa floricultura. Joinville: Soluções e Informática, 2006.
- CIRBERDÚVIDA, da **Língua Portuguesa**. [Pergunta] – O que se entenderá por condições edafo-climáticas?. Disponível em : <<http://ciberduvidas.sapo.pt/pergunta.php?id=21025>>. Acesso em : 29 Abr. 2008.
- COLEMAN, James S. **Capital Social y creación de capital humano**. In: Capital Social (Comps.), HERREROS, Francisco e FRANCISCO, Andrés de. - Zona Abierta 94/95, 2001.
- COSTA, M.P.B. **Uma análise dos fatores determinantes da competitividade do setor de flores no estado do Ceará**. - Fortaleza: UNIFOR, 2003.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. - Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2003.

- DE JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local**. In: A Outra Economia. CATTANI, Antonio David. (Org.) - São Paulo: Editora Veraz, 2003.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Vida Urbana**. Disponível em: <[http://www.pernambuco.com/diario/2001/01/29/urbana4\\_2html](http://www.pernambuco.com/diario/2001/01/29/urbana4_2html)>. Acesso em:11 jan./2004. Disponível em: <[http://www.dpnet.com.br/diario/2001/01/29/urbana4\\_0html](http://www.dpnet.com.br/diario/2001/01/29/urbana4_0html)>. Acesso em:11 jan./2004.
- DURKHEIM, Emile. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 5ª.ed. – São Paulo: Editora Ática,1990.
- EAGLETON, Terry, **Ideologia**. - São Paulo: Editora Biotempo,1997.
- FRANÇA, Genauto Carvalho. **A Perspectiva da Economia Solidária**. In: Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos Teóricos do Desenvolvimento e Avaliação. FISCHER, Tânia (Org.). - Salvador: Casa de Qualidade Editora, 2002.
- FRANCO, Augusto. **Capital Social**. - Brasília: Instituto de Política - Millennium,2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução: OLIVEIRA, Rosisca Darcy de. - São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALILIANO, A. Guilherme. **Introdução à Sociologia**. - São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1981. p.337.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução: NETZ, Sandra R. - Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. Tradução : MACHADO, Maria Lúcia. - São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GORENDER, Jacob. **Introdução: o nascimento do materialismo histórico**. In: A Ideologia Alemã. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 2 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GUIMARÃES, N. A. e MARTIN,E. **Descentralização, Equidade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. In: Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais. - São Paulo: Editora Senac-SP, 2001.
- HERREROS, Francisco e FRANCISCO, André de. **Capital Social**. Zona Abierta 94/95, 2001.

- HÓRTICA, **Assessoria, Consultoria e Treinamento**. Hórtica Consultoria e Treinamento. Disponível em: < <http://www.hortica.com.br>>. Acesso em: 12 Mai. 2008.
- IBGE, **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.municipios.pe.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2005.
- IBGE, Relatório. **Síntese de Indicadores Sociais 2005. Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.cim.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2006.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: JUGMANN, Ruy – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.
- JORNAL ESTADÃO. **Potencial do País é a venda de flores e plantas tropicais** - Entre as espécies preferidas do consumidor no exterior, estão helicônias, ananás e folhagens. O Estado de S.Paulo, 31 de Março de 2008 | Atualizado às 17:01h  
Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/suplementos/not\\_sup110110,0.htm](http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup110110,0.htm)>. Acesso em: 31/03/2008.
- KVJAWSKI, Gilberto de Mello. **A Crise do Século XX** – Editora Ática, 1988.
- LEITÃO, M. do Rosário F. Andrade. **Trabalho, Gênero e Desenvolvimento em Lagoa do Carro**. – Bogotá: Revista Territórios No.13, Universidad de los Andes, 2005, p.115-132.
- \_\_\_\_\_. **El Mito de la Modernización en el Varguismo. Brasil 1930- 1945**. no Dicionario analítico, El Espacio en la Cultura Latinoamericana – Varsovia: 1998
- LIMA, Irenilda de Souza. **O Brasil Agrário E Alguns Aspectos Sobre As Novas Ruralidades**. Trabalho parte da tese: “Mídia educativa : uso do vídeo em escolas agrotécnicas em Pernambuco”. - ECA-USP, 2000.
- LÍRIO, V.S. (Coord.) et al. **Diagnóstico da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais no estado do Rio de Janeiro**. - Rio de Janeiro: UFV/FUNARBE, 2003.
- LOGES, Vivian; TEIXEIRA, Maria do Carmo F.; CASTRO, Ana Cecília R. de; COSTA, Andreza S. da. **Colheita, pós-colheita e embalagem de flores tropicais em Pernambuco**. Horticultura Brasileira. Print ISSN 0102-0536-

- Hortic Brás. Vol.23 No. 3. - Brasília: July/Sept. 2005. ARTIGO CONVIDADO – Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-05362005000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362005000300001)>. Acesso em 31 Ago 2007.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia** Coleção Grandes Cientistas Sociais, – São Paulo: Editora Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e Utopia**, -Rio de Janeiro: Zahar, 1986
- MARCONI, Marina da Andrade. e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. – São Paulo: Atlas, 1986.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: COSTA, Luis Cláudio de Castro e.– São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- MATOS, Aécio Gomes de. **Capital Social e Autonomia**. (On line) NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: artigo do Mês, [2004] Disponível em: <<http://www.nead.org.br/indewx.php?acao=artigo&titulo=Artigo+do-Mês>>. Acesso em: 24 ago. 2006.
- MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. - São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MIRADOR, **Enciclopédia Mirador Internacional**. Volume 11. Ed. Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. - São Paulo: 1986.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução: NOGUEIRA, Celso. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NIELSEN NETO, H. **Filosofia Básica**, 3.ed. – São Paulo: Atual, 1986.
- NOGUEIRA, Maria Alice e ATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. – **Capítulo III O Capital Social – Notas Provisórias . Pierre Bourdieu**. (Ciências Sociais da Educação). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. – **Capítulo IV Os Três Estados do Capital Cultural . Pierre Bourdieu**. (Ciências Sociais da Educação). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- OLIVEN, Ruben George. **Mitologia da Nação**. In: Mitos e Heróis – Construção de Imaginários. FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). - Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998.
- OLIVEIRA, Alfredo Augusto P. e BRAINER, Ma. Simone de C.P. **Floricultura: Caracterização e Mercado(livro)**. Coleção: Série Documentos do ETENE , Vol. 16. - Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007. Disponível em: < <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livro.aspx> .> Acesso em 31 Ago. 2007
- \_\_\_\_\_. **Perfil da Floricultura no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. Disponível em: < <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/artigos/docs/floricutura.pdf> > Acesso em: 05 dez.2007.
- OLIVEIRA, Pécio S. **Introdução à Sociologia**. 24ª Ed. - São Paulo: Editora Ática, 2001.
- PADILHA, Romeu. **A Extensão Rural no Brasil – I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural – Universidade Federal de Santa Maria – Curso de Mestrado em Extensão Rural**, 1981.
- PEDRINI, Dalila, et al. **Apontando Caminhos a Solidariedade na Economia Catarinense**. Capítulo do Livro Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil, GAIGER , Luiz Inácio (Org.) – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- PEDROZA FILHO, Manoel X. **A cadeia produtiva da Floricultura Tropical de Pernambuco: análise da inserção no mercado europeu**. - Pernambuco: UFRPE, 2006.
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O Cooperativismo Agrícola em Questão: A Trama Das Relações Entre Projeto E Prática Cem Cooperativas Do Nordeste Do Brasil E Do Leste (Quebec) Do Canadá**. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.
- PROMATA, **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona-da-Mata**. Disponível em: < <http://www.promata.pe.gov.br/internas/busca/busca.asp> > Acesso em: 10.Jul.2008.

- PUTNAM, Robert D. In: **Capital Social** (Comps.), HERREROS, Francisco e FRANCISCO, Andrés de. – **La comunidad próspera. El capital social y la vida pública.** Zona Abierta 94/95, 2001.
- QUESADA, Gustavo M. **Comunicação E Comunidade: Mitos da Mudança Social** – São Paulo: Editora Loyola, 1980.
- REAPE, Rede de Educação Ambiental de Pernambuco. **Exposição Fotográfica na França destaca flores tropicais de Pernambuco.** Disponível em: < [http://www.reape.pe.gov.br/flores\\_tropicais.shtml](http://www.reape.pe.gov.br/flores_tropicais.shtml) >. Acesso em: 02 set. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.(Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais.** 3a. Edição – São Paulo: Cortez, 2005.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Coordenação Nacional e Agências. Escritório Estadual de Pernambuco. **Flores Tropicais – Lista de Empresas.** Disponível em: < <http://www.pe.sebrae.com.br:8080/notitia/download/produtores.pdf> >. Acesso em: 02 set. 2007.
- SILVA FILHO, Guerino. **A Interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da Teoria do Desenvolvimento Econômico Periférico da Cepal.** - Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.28.n.4, p.433-450, out/dez 1997.
- SIMMEL, Georg. **O Fenômeno Urbano –A Metrôpole e a Vida Mental.** - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- TELEFLORES SILVESTRE, **Buquês, Arranjos, Ramalhetes, Cestas de Flores, Coroas de Flores, Cestas de Café da Manhã.** - Av. Cons. Rosa e Silva, 1312 , Aflitos , Fone: (81) 3241.8257, - Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.telefloressilvestre.com.br/pagarramjo.htm> ons. Rosa>. Acesso em: 18 Jun. 2008.
- TURNER, Jonathan H. **Sociologia Conceitos e Aplicações.**Tradução: NAVAS, Márcia Marques Gomes; Revisão técnica: SOUZA NETO, João Clemente de. - São Paulo: Marron Books, 1999.p.253
- UFRPE, É Notícia. **Exportação é o caminho para empresas.** Diário de Pernambuco – 11/09 Disponível em: < <http://www.ufrpe.br/enoticia/0609/noticia-042.html> >. Acesso em: 31 Ago 2007.

URANI A. et al. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O**

**Caso da Terceira Itália.** 2ª Ed. - Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

VELHO, Otávio. **O Fenômeno Urbano – Introdução.** - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia.** - São Paulo: Atlas, 6ª Ed., 2004.

WIRTH, Louis. **O Fenômeno Urbano – O Urbanismo como Modo de Vida.** - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

**INSTRUMENTO DE PESQUISA**

---

**Formulário Aplicado em Pesquisa aos Produtores do Setor de Flores Tropicais do Estado de Pernambuco**



# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Departamento de Educação  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E**

34

## **EXTENSÃO RURAL E FLORICULTURA TROPICAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: A COOPERAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO COMPETITIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM PERNAMBUCO**

Orientanda: *Fausta Calado Silva*  
Orientadora: *Profa.Dra.Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão*

(FORMULÁRIO APLICADO EM PESQUISA SEMI-ESTRUTURADA)

### O SETOR DE FLORICULTURA TROPICAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TABELA DE ABREVIATURA DAS SIGLAS:

<b>MI</b>	Muito Importante	<b>PI</b>	Pouco Importante	<b>H</b>	Hierarquize	<b>N</b>	Neutro	<b>E</b>	Excelente	<b>R</b>	Regular
<b>I</b>	Importante	<b>SI</b>	Sem Importância	<b>MS</b>	Muito Satisfeito	<b>IS</b>	Insatisfeito	<b>MB</b>	Muito Boa	<b>IN</b>	Inexistente
<b>IM</b>	Importância Média	<b>P</b>	Principal	<b>S</b>	Satisfeito	<b>SIN</b>	Sem Interação	<b>B</b>	Boa	<b>C</b>	Concorda
<b>CF</b>	Concorda Fortemente			<b>D</b>	Discorda	<b>DF</b>	Discorda Fortemente				

ENTREVISTADOR(A): \_\_\_\_\_ DATA/HORA: \_\_\_\_\_

#### 1: IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO (A)

##### 1.1: PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO(A) ENTREVISTADO (A)

- 1.1) Nome do(a) Entrevistado(a): \_\_\_\_\_  
1.2) Nome ou Razão Social: \_\_\_\_\_  
1.3) Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ Home Page: \_\_\_\_\_  
1.4) Endereço: \_\_\_\_\_  
1.5) Nome do(a) Produtor(a): \_\_\_\_\_  
1.6) Local da Produção: \_\_\_\_\_  
1.7) Quanto tempo está nesta atividade: \_\_\_\_\_  
1.8) Dedicar-se: 1. ( ) Somente a Floricultura Tropical; 2. ( ) Outras Plantações; 3. ( ) Outras atividades.  
1.8.1) Tempo que dedica à produção? \_\_\_\_\_

#### 2: CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

- 2.1) A produção emprega quantos trabalhadores? 1. (\_\_\_\_\_) Na Produção; 2. (\_\_\_\_\_) Na Administração;  
3. (\_\_\_\_\_) Quantos Homens; 4. (\_\_\_\_\_) Quantas Mulheres; 5. (\_\_\_\_\_) Quantos da família estão envolvidos.  
2.2) Área plantada: \_\_\_\_\_ hectares plantados.  
2.3) Produção: Produção Anual \_\_\_\_\_; (valor) \_\_\_\_\_; (Toneladas) \_\_\_\_\_; (Hastes) \_\_\_\_\_  
2.4) A empresa exporta flores tropicais? 1. ( ) Não; 2. ( ) Sim.  
Exportação Anual \_\_\_\_\_; (valor) \_\_\_\_\_; (Toneladas) \_\_\_\_\_; (Hastes) \_\_\_\_\_  
2.5) Na produção de Flores Tropicais quais as principais espécies cultivadas? Colocar as três espécies principais (ex.: 1ª., 2ª., 3ª.)

Flores Tropicais	MI	I	IM	PI	SI	P
1. Heliconia (caeté ou bananeira do mato)	4	3	2	1	0	
2. Alpinia (gingibre-vermelho)	4	3	2	1	0	
3. Etlingera(bastão-do-imperador, flor-da-redenção, rosa-da-malásia, rosa-de-porcelana)	4	3	2	1	0	
4. Zingiber Spectabilis (sorvete)	4	3	2	1	0	
5. Costus (Zingiber)	4	3	2	1	0	
6. Tapeinochilo	4	3	2	1	0	
7. Musa (bananeira-da-abissínia)	4	3	2	1	0	
8. Calathea	4	3	2	1	0	
9. Anthurium (antúrios ou copo-de-leite)	4	3	2	1	0	
10. Renanthera	4	3	2	1	0	
11. Outros, citar	4	3	2	1	0	

### 3: VENDAS DA PRODUÇÃO DE FLORES TROPICAIS

3.1) Para onde o(a) Sr.(a) vende o que produz?

Flores Tropicais	MI	I	IM	PI	SI
1. Na RMR	4	3	2	1	0
2. Em feiras de Bairros	4	3	2	1	0
3. Para intermediários	4	3	2	1	0
4. Para lojistas	4	3	2	1	0
5. Outros estados do Nordeste	4	3	2	1	0
6. Outros estados do Brasil	4	3	2	1	0
7. Outros Países	4	3	2	1	0
8. Outros, citar	4	3	2	1	0

3.2) Mercado Potencial:

Mercado	MI	I	IM	PI	SI
1. RMR	4	3	2	1	0
2. Interior do estado de Pernambuco	4	3	2	1	0
3. Estados do Norte e Nordeste do Brasil	4	3	2	1	0
4. Estados do Sul e Sudeste do Brasil	4	3	2	1	0
5. Outros estados do Norte e Nordeste	4	3	2	1	0
6. Outros estados do Brasil	4	3	2	1	0
7. Exterior	4	3	2	1	0
8. Outros, citar	4	3	2	1	0

3.3) Qual época do ano vende mais?

1. ( ) Dia das Mães; 2. ( ) Dia dos Namorados; 3. ( ) Dia de Finados; 4. ( ) Outra data e/ou período \_\_\_\_\_.

3.3.1) Há alguma ação desenvolvida pelos produtores nestas datas? 1. ( ) Não 2. ( ) Sim, qual?

### 4: PRINCIPAIS PROBLEMAS DA FLORICULTURA TROPICAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

4.1) Indique, dentre as áreas listadas abaixo, aquelas que apresentam os principais problemas do setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco. Depois na coluna "H", hierarquize, apontando Um (1) para o *problema mais grave*, dois (2) para o *segundo problema mais grave* e Três (3) para o *terceiro problema mais grave*.

PROBLEMAS POR ÁREAS	MI	I	IM	PI	SI	H
1. Assistência Técnica	4	3	2	1	0	
2. Crédito	4	3	2	1	0	
3. Na Produção	4	3	2	1	0	
4. Na Pós-colheita	4	3	2	1	0	
5. Na Distribuição	4	3	2	1	0	
6. Na Comercialização/Mercado	4	3	2	1	0	
7. Na Cooperação	4	3	2	1	0	
8. Recursos Humanos	4	3	2	1	0	
9. Regulação do Setor	4	3	2	1	0	
10. Tecnologia da Informação (Informática)	4	3	2	1	0	

## 4.1.1) Problemas por sub-áreas:

<b>PROBLEMAS POR SUB-ÁREAS</b>					
<b>Na produção</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
1. Adubação e/ou correção do solo	4	3	2	1	0
2. Análise do solo	4	3	2	1	0
3. Assistência Técnica	4	3	2	1	0
4. Ausência de Pesquisa/Estudos	4	3	2	1	0
5. Baixa Profissionalização dos Produtores	4	3	2	1	0
6. Baixa qualidade do produto	4	3	2	1	0
7. Compra de Variedades de outros Países	4	3	2	1	0
8. Desenvolvimento de Novas variedades de Plantas	4	3	2	1	0
9. Equipamentos	4	3	2	1	0
10. Falta de Qualificação de Mão-de-obra	4	3	2	1	0
11. Infra-Estrutura(Energia, Comunicações, Construções Cívicas, etc.)	4	3	2	1	0
12. Insumos (Herbicida, inseticida)	4	3	2	1	0
13. Integração da Cadeia Produtiva	4	3	2	1	0
14. Perecibilidade (estraga rápido)	4	3	2	1	0
15. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (Amadorismo)	4	3	2	1	0
16. Mecanização Agrícola	4	3	2	1	0
17. Mudanças e Sementes	4	3	2	1	0
18. Regularidade na oferta	4	3	2	1	0
19. Técnica de Manejo	4	3	2	1	0
20. Tecnologia de Colheita	4	3	2	1	0
21. Tecnologia de Plantio	4	3	2	1	0
<b>Na Pós-colheita</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
1. Assistência Técnica	4	3	2	1	0
2. Ausência de Pesquisa/Estudos	4	3	2	1	0
3. Emprego de Tecnologia Inadequada	4	3	2	1	0
4. Equipamentos	4	3	2	1	0
5. Embalagens	4	3	2	1	0
6. Falta de Assistência Técnica	4	3	2	1	0
7. Falta de Pessoal Qualificado	4	3	2	1	0
8. Inadequação dos Meios de Apoio Logístico (na Unidade Produtiva)	4	3	2	1	0
9. Inexistência de Material com Informações Técnicas	4	3	2	1	0
10. Tecnologia Pós-colheita	4	3	2	1	0
<b>Na Distribuição</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
1. Assistência Técnica	4	3	2	1	0
2. Ausência de Infra- Estrutura (Construções Cívicas:estradas,ferrovias, portos, aeroportos, etc.)	4	3	2	1	0
3. Ausência de Pesquisa/Estudos	4	3	2	1	0
4. Deficiência na Embalagem e Beneficiamento do Produto	4	3	2	1	0
5. Falta de Especialista para Monitoramento/Orientação	4	3	2	1	0
6. Inadequação dos Canais de Distribuição (Varejistas,Atacadistas, Distribuidores, etc.,)	4	3	2	1	0
7. Inadequação dos Meios de Transporte/ Logística deficiente	4	3	2	1	0
<b>Na Comercialização/Mercado</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
1. Assistência Técnica	4	3	2	1	0
2. Alta Carga Tributária	4	3	2	1	0
3. Ausência de Pesquisa/Estudos	4	3	2	1	0
4. Ausência de Uma Marca Comercial Reconhecida	4	3	2	1	0
5. Concorrência com os Importados	4	3	2	1	0
6. Falta de acesso a canais de distribuição (distribuidores, representantes, varejistas, etc.)	4	3	2	1	0

<b>PROBLEMAS POR SUB-ÁREAS</b>					
<b>Na Comercialização/Mercado</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
7. Falta de Cultura para o Consumo	4	3	2	1	0
8. Falta de Divulgação do Produto (no Mercado Nacional)	4	3	2	1	0
9. Falta de Divulgação do Produto (no Mercado Internacional)	4	3	2	1	0
10. Falta de Regularidade na Demanda	4	3	2	1	0
11. Falta de um Sistema de Informações Gerenciais e Mercadológicas	4	3	2	1	0
12. Pagamento de Royalties	4	3	2	1	0
<b>Recursos Humanos</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
1. Falta de Instituições voltadas para treinamento	4	3	2	1	0
2. Falta de interesse da população local por treinamento	4	3	2	1	0
3. Falta de Oportunidades de treinamento	4	3	2	1	0
4. Falta de pessoal qualificado (na área Administrativa)	4	3	2	1	0
5. Falta de pessoal qualificado (na Produção)	4	3	2	1	0
<b>Na Cooperação</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
1. Ausência de Cooperativas	4	3	2	1	0
2. Dispersão das Informações (Tecnologia e Mercadológicas)	4	3	2	1	0
3. Falta de Proximidade/Cooperação entre os Produtores	4	3	2	1	0
4. Falta de maior aproximação dos órgãos de pesquisa (ex.: Embrapa, Universidades, etc.)	4	3	2	1	0
5. Falta de maior Proximidade /Cooperação com os fornecedores	4	3	2	1	0
6. Falta (ou Pouco) de apoio de Órgão Públicos (Municípios, estaduais, federais)	4	3	2	1	0
7. Falta (ou Pouco) apoio de Ong's	4	3	2	1	0
8. Falta (ou Pouco) apoio da Associações ligadas ao setor	4	3	2	1	0
9. Individualidade dos Produtores Rurais	4	3	2	1	0
10. Problemas entre os Produtores (Relacionamento)	4	3	2	1	0

## 5: INSTITUIÇÕES RELACIONADAS COM O SETOR DE FLORES TROPICAIS

5.1) Assinale abaixo os itens correspondentes às instituições com as quais sua empresa tem interagido nos últimos anos, indicando o grau de satisfação às mesmas:

ITEM	MS	S	N	IS	SIN
1. Associações	4	3	2	1	0
2. RECIFLOR	4	3	2	1	0
3. IBRAFLOR	4	3	2	1	0
4. APEX – Agência Nacional de Promoção de Exportações	4	3	2	1	0
5. Governo Federal	4	3	2	1	0
6. Governo Estadual	4	3	2	1	0
7. SEBRAE – PE	4	3	2	1	0
8. SENAC	4	3	2	1	0
9. SENAI	4	3	2	1	0
10. ONG's	4	3	2	1	0
11. Universidades	4	3	2	1	0
12. EMBRAPA	4	3	2	1	0
13. Institutos Tecnológicos	4	3	2	1	0
14. Bancos Oficiais (BB, CEF, BNB, BNDES)	4	3	2	1	0
15. Correios	4	3	2	1	0

## 6: AÇÕES NA PRODUÇÃO DE FLORES TROPICAIS - ESTRATÉGIA DE MARKETING

### 6.1) Estratégia de Marketing:

ITEM	MI	I	IM	PI	SI
1. Tem algum Selo (ou a criação de uma logomarca) desenvolvido	4	3	2	1	0
2. O(a) Sr.(a) participa de esforço para criação do Selo	4	3	2	1	0
3. Promoção de Feiras	4	3	2	1	0
4. Contratação de Consultores/Técnicos (Brasil)	4	3	2	1	0
5. Contratação de Consultores/Técnicos (Exterior)	4	3	2	1	0

### 6.2) Maneiras (Estratégias) de dinamização do setor de Floricultura Tropical de Pernambuco:

ITEM	MI	I	IM	PI	SI
1. Feiras de negócios	4	3	2	1	0
2. Estratégia de promoção junto a clientes potenciais	4	3	2	1	0
3. Levantamento de informações sobre o cliente	4	3	2	1	0
4. Produtores juntando forças (Cooperação)	4	3	2	1	0
5. Eventos envolvendo técnicos e acadêmicos, produtores e outros atores ligados ao Setor	4	3	2	1	0
6. Promoção de pesquisas científica de interesse do setor	4	3	2	1	0
7. Sensibilizando os órgãos públicos de pesquisa a se envolverem mais com o Setor	4	3	2	1	0
8. Sensibilização dos próprios produtores a se organizarem	4	3	2	1	0
9. Outros (Especificar)	4	3	2	1	0

## 7: COOPERAÇÃO NA PRODUÇÃO DE FLORES TROPICAIS

### 7.1) Como é a forma de relacionamento com alguns atores?

Grau de Relacionamento	E	M B	B	R	IN
1. Fornecedores	4	3	2	1	0
2. Lojistas	4	3	2	1	0
3. Intermediários	4	3	2	1	0
4. Varejistas	4	3	2	1	0
5. Outros, Citar	4	3	2	1	0

### 7.2) Áreas de Cooperação na Produção de Flores Tropicais:

ÁREAS DE COOPERAÇÃO	MI	I	IM	PI	SI	H
1. Assistência Técnica	4	3	2	1	0	
2. Crédito	4	3	2	1	0	
3. Na Produção	4	3	2	1	0	
4. Na Pós-colheita	4	3	2	1	0	
5. Na Distribuição	4	3	2	1	0	
6. Na Comercialização/Mercado	4	3	2	1	0	
7. Na Cooperação	4	3	2	1	0	
8. Recursos Humanos	4	3	2	1	0	
9. Regulação do Setor	4	3	2	1	0	
10. Tecnologia da Informação (Informática)	4	3	2	1	0	

#### 7.2.1) Existe alguma atividade compartilhada entre os produtores no Setor de Floricultura?

1. ( ) Não. 2. ( ) Sim, qual \_\_\_\_\_

7.2.2) Faz parte de algum grupo?

( ) Associação; ( ) Cooperativa; ( ) Clube; ( ) Nenhum; ( ) Outros, não formais. \_\_\_\_\_.

7.2.2.1) Ocupa alguma função na organização?

1. ( ) Não. 2. ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_

7.2.2.2) Tem interesse em participar em algum grupo?

1. ( ) Sim. 2. ( ) Não, porque? \_\_\_\_\_

7.3) Como acontece a Cooperação entre o grupo dos agricultores familiares / produtores locais?

1. ( ) Só em momentos de escoar/vender a produção; 2. ( ) Quando tem algumas datas comemorativas; 3. ( ) Outros eventos, citar;

4. ( ) \_\_\_\_\_; 5. ( ) \_\_\_\_\_; 6. ( ) \_\_\_\_\_.

7.4) Existem ações destinadas a promover a Cooperação entre os produtores da Floricultura Tropical do estado de Pernambuco? Quais? \_\_\_\_\_

## 8: LAVANTAMENTO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS COM O SETOR DE FLORES TROPICAIS DE PERNAMBUCO

8.1) Áreas dirigidas para o Setor facilitada por algum desses Atores.

ITEM	MI	I	IM	PI	SI	AÇÃO
1. Clubes Esportivos	4	3	2	1	0	
2. Empresários	4	3	2	1	0	
3. Igreja	4	3	2	1	0	
4. Líderes Políticos	4	3	2	1	0	
5. Partidos Políticos	4	3	2	1	0	
6. Personagens importantes	4	3	2	1	0	

8.2) Projetos implementados no Setor de Floricultura Tropical pelas entidades abaixo listadas:

ITEM	MI	I	IM	PI	SI	NOME DO PROJETO
1. Governo Municipal	4	3	2	1	0	
2. Governo Estadual	4	3	2	1	0	
3. Governo Federal	4	3	2	1	0	
4. Bancos Oficiais	4	3	2	1	0	
5. Sebrae	4	3	2	1	0	
6. Senac	4	3	2	1	0	
7. Senar	4	3	2	1	0	
8. Universidades	4	3	2	1	0	
9. ONG's	4	3	2	1	0	
10. Outros	4	3	2	1	0	

8.3) Quais os principais momentos de atividades sociais em que os produtores têm mais contatos visando à competitividade do Setor?

ATIVIDADES SOCIAIS	MI	I	IM	PI	SI
1. Feiras e Exposições	4	3	2	1	0
2. Congressos	4	3	2	1	0
3. Eventos & Workshoping	4	3	2	1	0
4. Convenções	4	3	2	1	0
5. Conferências	4	3	2	1	0

6. Seminários	4	3	2	1	0
<b>ATIVIDADES SOCIAIS</b>	<b>MI</b>	<b>I</b>	<b>IM</b>	<b>PI</b>	<b>SI</b>
7. Cursos ou Treinamentos	4	3	2	1	0
8. Almoços	4	3	2	1	0
9. Jantares	4	3	2	1	0
10. Encontros Culturais	4	3	2	1	0
11. Atividade Recreativa	4	3	2	1	0
12. Atividade de Filantropia	4	3	2	1	0
13. Festas	4	3	2	1	0

### 9: POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DE COOPERAÇÃO NO SETOR DE FLORES TROPICAIS

9.1) Considerando o Setor de Flores Tropicais do Estado de Pernambuco, indique entre as afirmativas abaixo aquelas que o(a) Sr.(a) concorda e as que discorda:

ITEM	CF	C	N	D	DF
1. "Sozinho no negócio, é difícil uma inclusão competitiva".	4	3	2	1	0
2. "Grupo de empresas chama a atenção de compradores, de fornecedores e do próprio governo".	4	3	2	1	0
3. "Pequenas empresas, operando de forma articulada, tornam mais fácil a inclusão competitiva".	4	3	2	1	0
4. "Reunião de pequenas empresa facilita o desenvolvimento local".	4	3	2	1	0
5. "Grupo de empresas têm mais facilidade de participação em feiras no Brasil e no exterior".	4	3	2	1	0
6. "Cooperação e espírito empreendedor entre empresas gera maior competitividade. Floricultura Tropical".	4	3	2	1	0
7. Sua empresa teria vantagens se trabalhasse em conjunto com outras.	4	3	2	1	0

9.2) Quanto ao nível de cooperação entre as empresas do setor de flores tropicais do estado de Pernambuco o(a) Sr.(a) considera? 1. ( ) Nível Alto; 2. ( ) Nível Médio; 3. ( ) Nível Baixo.

9.3) A empresa costuma cooperar para:

1.( ) Comprar Insumos; 2.( ) Vender; 3.( ) Treinar mão-de-obra; 4.( ) Produzir; 5.( ) Distribuir.

9.4) Quais os motivos que conduzem e/ou limitam o processo de cooperação entre os produtores de Flores Tropicais no estado de Pernambuco?

---



---

### 10: LAVANTAMENTO DA INTERATIVIDADE ENTRE OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS COM O SETOR DE FLORES TROPICAIS DE PERNAMBUCO – QUAIS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS DE COOPERAÇÃO

10.1) Como é feita a negociação entre a empresa e os Fornecedores de flores tropicais? \_\_\_\_\_

---

10.1.1) Na negociação entre a empresa e os Fornecedores existe alguém (pessoa, entidade) para mediar? \_\_\_\_\_

---

10.2) Como é feita a negociação entre a empresa e os Compradores, Distribuidores e Varejistas de flores tropicais? \_\_\_\_\_

---

10.2.1) Na negociação entre a empresa e os Compradores, Distribuidores e Varejistas existe alguém (pessoa, entidade) para mediar? \_\_\_\_\_

---

10.3) Existe alguma ação voltada para as necessidades dos produtores do setor de flores tropicais? \_\_\_\_\_

---

10.4) A empresa procura parcerias?

PARCERIAS	CF	C	N	D	DF
1. Órgãos Públicos					
2. Fornecedores					
3. Associações					
4. Universidades					
5. Ong's					
6. Empresas do mesmo Setor					
7. Empresas de outro Setor					

10.5) Existe algum plano de ação para a melhoria do setor de flores tropicais?

ATOR	AÇÃO

10.6) Existe alguma mobilização com autoridades ou órgãos para a melhoria do setor de flores tropicais?

---



---

### 11: OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS COM O SETOR DE FLORES TROPICAIS DE PERNAMBUCO – QUAIS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS DE EXTENSÃO RURAL

11.1) Existem ações (de entidades) que motivam os produtores a discutirem seus problemas e os estimulam a buscarem (eles próprios) as suas soluções? Quais? \_\_\_\_\_

---

11.2) Há ações da empresa dirigidas às Comunidades Locais? Quais? \_\_\_\_\_

---

11.3) A empresa procura intervir no desenvolvimento Local? Como? \_\_\_\_\_

---

11.4) Como se dá a Cooperação entre Produtores e Comunidade Local? \_\_\_\_\_

---

11.5) Quais, se houver, são as Ações dos Produtores voltadas as Mulheres (Gênero) da Comunidade? \_\_\_\_\_

---

11.6) Quais as Ações dos Produtores voltadas ao Meio Ambiente? \_\_\_\_\_

---

11.7) Há ações na Empresa dirigidas especificamente para as mulheres (funcionárias ou da Comunidade)? Quais? \_\_\_\_\_

---



---

**APÊNDICE B**

---

**Lista dos Produtores Entrevistados envolvidos com o Setor de Flores Tropicais do Estado de Pernambuco**

**ENTREVISTADOS (PRODUTORES):****FAZENDA ARARAS-Paudalho/ PE**

Contato/Produtor: Sr. Gilson Pereira (Diretor)

E-mail: gilsonpaudalho@yahoo.com.br

(Cooperado da *COPAFLORA*)**FAZENDA ESPAÇO REVIVER PROMOÇÕES E EVENTOS – (Aldeia)****Camaragibe/PE**Contato/ Produtora: Sr<sup>a</sup>Isabela Perazzo

E-mail: belaperazzo@hotmail.com

**FAZENDA MUMBECAS FLORES TROPICAIS Ltda.ME - Paulista/PE**Contato/ Produtora: Sr<sup>a</sup>Maria do Carmo Teixeira

E-mail: mariadocarmo@florestropicais.com.br

**FAZENDA CANHOEIRINHA ( MATA SUL FLORES TROPICAIS ) -  
Ribeirão/PE**

Contato/ Produtor: Dr.Paulo Carneiro Leão (Produtor Independente)

E-mail: matasulflores@terra.com.br

**SÍTIO DA JAQUEIRA-Paudalho/ PE**

Contato/ Produtor: Sr. Francisco Cavalcanti (Conselho Fiscal)

(Cooperado da *COPAFLORA*)**SÍTIO DANTAS-Paudalho/ PE**

Contato/Produtor: Sr.Salustiano Flor

(Cooperado da *COPAFLORA*)

**APÊNDICE C**

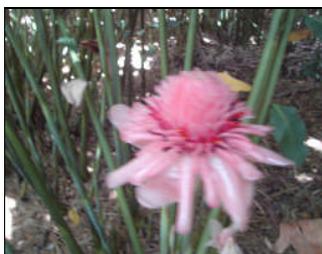
---

**Registro Fotográfico do Setor de Flores Tropicais do Estado de Pernambuco  
(Algumas Espécies de Flores Produzidas, Plantações, Produção e Arranjos de Flores Tropicais).**

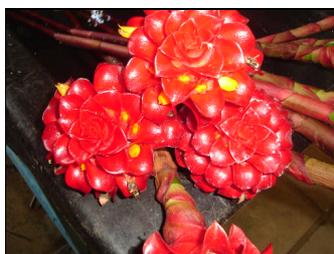
**ALGUMAS ESPÉCIES DE FLORES PRODUZIDAS (Fotos registradas durante a pesquisa de campo):**



***Etilingera Elatior* /Red Torch Ginger, (Bastão-do-Imperador –Vermelho, Bastão vermelho)**



***Etilingera Elatior* /Pink Torch Ginger, (Bastão-do-Imperador-Rosa, Bastão Porcelana)**



***Tapeinochillus Ananassae* /Costus, (Tapeinoquilus)**



***Heliconia Bihai* (Caeté ou Bananeira-do-Mato)**



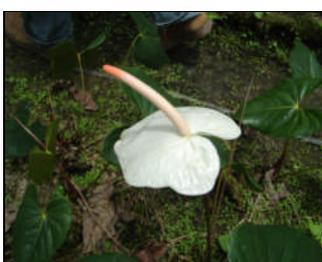
***Heliconia Rostrata*, (Caeté ou Bananeira-do-Mato)**



***Heliconia Rostrata*, (Caeté ou Bananeira-do-Mato)**



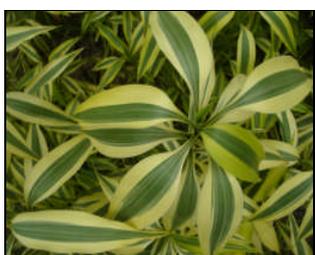
***Anthurium andreaeanum* - Vermelho (Antúrios ou Copo-de-Leite-vermelho)**



***Anthurium andreaeanum* - Branco (Antúrios ou Copo-de-Leite-branco)**



***Anthurium andreaeanum* - Rosa (Antúrios ou Copo-de-Leite-rosa)**



***Pleomele Reflexa Variegata*, (Dracena Malaia ou Pau-d'água)**



***Zingiber Spectabilis* ou Shampoo Ginger (Sorvetão)**



***Heliconia Golden Torch***

Todo o registro fotográfico faz parte do arquivo pessoal relacionado à pesquisa da autora.

**PLANTAÇÕES, PRODUÇÃO (Fotos registradas durante a pesquisa de campo):**

**Fazenda (Paulista/Pe):**



**Área de Plantações**



**Área de Produção**



**Telados de Produção**



**Cultivo de Pleomele Reflexa Variegata e outras folhagens (Profa. Vivian)**



**Tratamento das flores (Packing House)**



**Transporte da flores (Pós-Colheita)**

**SÍTIO DA JAQUEIRA (Paudalho/Pe):**



**Plantação de Golden Torch**



**Área de Plantação**



**Área de Plantação (Sr. Francisco – Produtor)**



**Plantação de Sorvetão (Zingiber Spectabilis)**



**Plantação de Bihai (Heliconia)**



**Detalhe da Heliconia Bihai**

Todo o registro fotográfico faz parte do arquivo pessoal relacionado à pesquisa da autora.

**SÍTIO DANTAS(Paudalho/Pe):**



**Detalhe da Heliconia  
Rauliniana  
(Sr.Salustiano- Produtor)**



**Plantação de Heliconia  
Rauliniana**



**Plantação de Golden Torch**



**Plantação de Heliconia  
Rauliniana  
(Sr. Gilson- Diretor da  
COPAFLORA)**



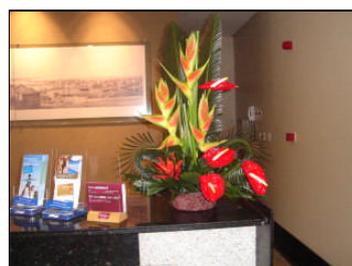
**Área de Plantação  
de Heliconia**



**Plantação de Golden Torch**

**ARRANJOS DE FLORES TROPICAIS:**

Visão de arranjos em ambientes.



Todo o registro fotográfico faz parte do arquivo pessoal relacionado à pesquisa da autora.

**APÊNDICE D**

---

**Lista de Instituições Governamentais e Privadas Envolvidas  
Direta ou Indiretamente com o Setor de Flores Tropicais do  
Estado de Pernambuco**

<b>INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS ENVOLVIDAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM O SETOR DE FLORICULTURA TROPICAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
Agencia Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - ( Companhia Pernambucana do Meio Ambiente) CPRH
Agência de Desenvolvimento de Pernambuco - AD-DIPER
Agência de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil - APEX / Brasil
Agência Nacional de Águas - ANA - (Ministério do Meio Ambiente – MMA)
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG
Associação de Agricultura Orgânica – AAO
Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco - AEAPE
Associação dos Exportadores de Flores de Petrolina - <b>FLOREXPORT</b>
Associação dos Floricultores do Agreste de Pernambuco - <b>FLORAPE</b>
Associação dos Produtores de Flores e Folhagens Tropicais do Alecrim - <b>AFLORA</b>
Associação dos Produtores de Flores e Plantas Tropicais da Mata Atlântica de Pernambuco - <b>AMA</b>
Associação dos Produtores de Flores e Plantas Tropicais de Pernambuco - <b>RECIFLORA</b>
Associação dos Produtores de Flores e Plantas Tropicais do Cabo de Santo - <b>CABO FLORA</b>
Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais e Medicinais de Igarassu - <b>AFLORI</b>
Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF
Associação Plantas do Nordeste – APNE
Atlantis Flora Tropical LTDA.
Banco do Brasil - BB
Banco do Nordeste do Brasil - BNB
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES
Biolab Tecnologia Vegetal LTDA.
Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do Ministério da Agricultura - Ministério da Agricultura, Pecuária E Abastecimento – MAPA ;
Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco - CEASA – RECIFE
Centro de Apoio às Famílias Carentes - ONG CEAC
Comitê Estadual de Floricultura de Pernambuco
Comissão Pernambucana de Floricultura
Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco – CODEVASF
Confederação Nacional da Agricultura - CNA
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Consultoria Alonso Lamas

**INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS ENVOLVIDAS DIRETA OU  
INDIRETAMENTE COM O SETOR DE FLORICULTURA TROPICAL DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO**

Consultoria Augusto Aki

Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Tropicais de Pernambuco - **FLORESPE**

Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho - **COPAFLORA**

Cooperativa Mista dos Produtores de Flores de Garanhuns - **COOFENGA**

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS

Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Superintendência Regional do Nordeste / Recife – INFRAERO ;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA

Federação da Agricultura Estadual de Pernambuco - Comissão de Floricultura da FAEPE

Flora Of North America ( Institutos Internacionais ) ;

Flortec - Consultoria e Treinamento

Fundação do Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE

Hórtica Consultoria e Treinamento

Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA

Instituto Biodinâmico - IBD - (Agricultura Orgânica) ;

Instituto Brasileiro de Floricultura - (Programa Flora Brasiliis ) IBRAFLOR

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER

Instituto do Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Delegacia Regional do Ministério da Agricultura  
- Delegacia Estadual - Delegacia Federal de Agricultura em Pernambuco

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB Estaduais

Prefeituras Municipais - Portal dos Municípios Brasileiros

Produtores Independentes

Programa Brasileiro de Exportação de Flores e Plantas Ornamentais - FLORABRASILIS

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata - PROMATA

Receita Federal - Superintendência Regional da Receita Federal - Unidade da Delegacia da Receita Federal - Recife ;

Rede de Educação Ambiental de Pernambuco – REAPE

SciELO Brasil – Scientific Electronic Library Online - (Institutos Nacionais)

**INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS ENVOLVIDAS DIRETA OU  
INDIRETAMENTE COM O SETOR DE FLORICULTURA TROPICAL DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO**

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco - SECTMA

Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária em Pernambuco

Secretaria Estadual de Produção Rural e Reforma Agrária

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Coordenação Nacional e Agências  
– Escritório Estadual de Pernambuco - SEBRA / PE;

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

Sociedade Botânica do Brasil – SBB (Sociedade Rural)

Sociedade Nordestina de Ecologia SNE- (Organização Não Governamental de Cunho Ambientalista e Caráter Científico)

Sociedade Orquidófila de Pernambuco - **SOPE**

Sociedade Rural Brasileira – SRB (Sociedade Rural) ;

SOS Mata Atlântica - (Organização Não-governamental) ;

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

